

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Raíssa Pacheco Ayres Heringer Daher

**AS OPERAÇÕES DE PAZ EM MOÇAMBIQUE E RUANDA – UMA CRÍTICA PÓS-
COLONIAL**

Belo Horizonte

2014

Raíssa Pacheco Ayres Heringer Daher

**AS OPERAÇÕES DE PAZ EM MOÇAMBIQUE E RUANDA – UMA CRÍTICA PÓS-
COLONIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Leonardo César Souza Ramos

Belo Horizonte

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

D129o Daher, Raíssa Pacheco Ayres Heringer
As operações de paz em Moçambique e Ruanda - uma crítica pós-colonial /
Raíssa Pacheco Ayres Heringer Daher. Belo Horizonte, 2014.
150f.:il.

Orientador: Leonardo César Souza Ramos
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

1. Forças de paz - Moçambique. 2. Forças de paz - Ruanda. 3. Pós-colonialismo. 4. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociológicos. 5. Nações Unidas. I. Ramos, Leonardo César Souza. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 327.36

Raíssa Pacheco Ayres Heringer Daher

AS OPERAÇÕES DE PAZ EM MOÇAMBIQUE E RUANDA – UMA CRÍTICA PÓS-COLONIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Prof. Dr. Leonardo César Souza Ramos (Orientador) – PUC Minas

Prof. Dr. Otávio Soares Dulci (Examinador) – PUC Minas

Prof. Dra. Marta Fernandez Moreno (Examinadora) – PUC Rio

Belo Horizonte, 22 de Agosto de 2014.

Aos meus pais, pelo incentivo e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e à minha irmã pelo grande incentivo para a realização deste trabalho. Ao Daniel, pela compreensão e apoio neste período.

Gostaria de agradecer aos professores do PPGRI pelos ensinamentos e em especial ao meu orientador, o Professor Leonardo Ramos, pela paciência e por toda a ajuda que possibilitou a construção desta pesquisa.

Ao professor e amigo Rodrigo Teixeira, pelas conversas e o encorajamento para seguir em frente.

A minha amiga Vívian Machado, pelas risadas e conselhos que facilitaram a elaboração deste trabalho.

Agradeço a valiosa contribuição dos meus colegas do mestrado, em especial a: Carolina, Gabriel, Roberto e Rúbia.

Aos meus colegas da APNI pelo ânimo e apoio que foram imprescindíveis na reta final do trabalho.

Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça. (COUTO, 2012)

RESUMO

Esta dissertação desenvolveu uma análise crítica, a partir do pensamento pós-colonial, sobre a influência dos pressupostos democráticos e liberais da Organização das Nações Unidas (ONU), através das operações de paz, na tentativa da resolução dos conflitos internos e reconstrução dos Estados de Moçambique e Ruanda na década de 1990. Assim, foi realizado um estudo sobre as características dos pressupostos democráticos e liberais e a aplicação destes nas operações de paz nos dois países. Para a análise da situação, foram utilizadas as premissas do modelo da paz democrática liberal e os questionamentos pós-coloniais sobre a ideia de desenvolvimento e intervenção. Após este embasamento, foram analisados os desdobramentos dos conflitos a partir do momento em que as operações de paz da ONU instituíram suas atividades nos respectivos territórios. Assim, foi desenvolvida uma comparação entre Moçambique e Ruanda, em que o mesmo modelo de intervenção foi utilizado, mas proporcionou resultados distintos. Em Moçambique as operações de paz contribuíram para a estabilização, reestruturação e a promoção de novas eleições, enquanto que em Ruanda, após a entrada da ONU e demais desdobramentos internos há o retorno dos conflitos entre os grupos locais. Os estudos sobre a temática expõe que o modelo ocidental de democratização e liberalização econômica, utilizado nestas missões de *peacebuilding*, trouxeram consequências adversas. Sendo que este não foi o fator determinante para o estabelecimento da paz nestes países, assim, surge a necessidade de se repensar a proposta e o modelo das missões da ONU.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Operações de Peacebuilding. Pós-colonialismo. Moçambique. Ruanda.

ABSTRACT

This work developed a post-colonial analysis about the influence of democratic and liberal premise of the United Nations (UN), through peace operations, in attempt to resolve the internal conflicts and reconstruction of Mozambique and Rwanda in the 1990s. Thus, was conducted a study about the characteristics of democratic and liberal assumptions and its application in peacekeeping operations in the two countries. The assumptions of the liberal democratic peace model and postcolonial questioning about the idea of development and intervention were used for the analysis of the situation. Upon this foundation were analyzed the unfolding of the conflict from the moment that the UN peacekeeping operations have instituted their activities on their territories. Thus, a comparison was carried out between Mozambique and Rwanda, when the same type of intervention has been used, but gave different results. In Mozambique peacekeeping operations contributed to the stabilization, restructuring and the promotion of new elections, while in Rwanda after the intervention of the UN and other internal changes there was a return of conflicts between local groups. Studies on the subject state that the Western model of democratization and economic liberalization employed on these peacebuilding missions had adverse consequences. Being that this was not the determining factor for establishing peace in these countries, so there is a need to rethink the proposal and the model of UN missions.

Keywords: Development. Peacebuilding Operations. Postcolonialism. Mozambique. Rwanda.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A Principal Estratégia das Operações de Paz Multidimensionais das Nações Unidas	33
Figura 2 – A Genealogia da Paz Liberal	39
Figura 3 – Exemplos Atuais da Paz Liberal	42

LISTA DE SIGLAS

CDR – Coalizão para a Defesa da República
DPKO – Departamento de Operações de Paz da ONU
ECOWAS – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
FAR – Forças Armadas Ruandesas
FMI – Fundo Monetário Internacional
FRELIMO – Frente de Libertação Moçambicana
MANU – Mozambique African National Union
MRND – Movimento Revolucionário Nacional pelo Desenvolvimento
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA – Organização da Unidade Africana
PADEMO - Partido Democrático de Moçambique
RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique
RPF – Frente Patriótica Ruandesa
UA – União Africana
UD – União Democrática
UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique
UNAMI – União Africana de Moçambique Independente
UNAMIR – Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda
UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNOMOZ – Operações das Nações Unidas em Moçambique

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO: AS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU E O MODELO DA PAZ LIBERAL	16
2.1 Desenvolvimento e Democracia	16
2.2 O Processo de Desenvolvimento e Democratização no Continente Africano	24
2.3 As Operações de Paz da ONU no Pós Guerra Fria	28
2.4 A Paz Liberal.....	35
2.5 Considerações Finais.....	47
3 O PÓS COLONIALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	49
3.1 Descolonização das Relações Internacionais	49
3.2 Principais Perspectivas Pós-coloniais	53
3.3 O Eurocentrismo e a História Africana.....	57
3.4 O Desenvolvimento e seus Questionamentos.....	66
3.5 Considerações Finais.....	71
4 HISTÓRIAS CRUZADAS: MOÇAMBIQUE E RUANDA	75
4.1 A Colonização do Continente Africano	75
4.2 A Colonização de Moçambique	80
4.3 A Independência Moçambicana	87
4.4 O Processo de Colonização em Ruanda.....	95
4.5 A Independência de Ruanda.....	101
4.6 Considerações Finais.....	106
5 AS OPERAÇÕES DE PAZ EM MOÇAMBIQUE E RUANDA	107
5.1 FRELIMO, RENAMO e o Processo de Pacificação em Moçambique	107
5.2 Implicações dos Acordos de Paz em Ruanda	116
5.3 Comparações entre Moçambique e Ruanda	133
6 CONCLUSÃO.....	140

REFERÊNCIAS.....	144
-------------------------	------------

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar, através da perspectiva crítica pós-colonial, a influência dos pressupostos democráticos e liberais da Organização das Nações Unidas (ONU), através das operações de paz, na tentativa da resolução dos conflitos internos e reconstrução dos Estados de Moçambique e Ruanda na década de 1990. Isso, para compreender se a construção de um novo sistema político e econômico – tendo como propósito a transformação destes Estados em democracias liberais – auxiliou para o estabelecimento da paz nestes países.

Dessa forma os objetivos específicos desta pesquisa consistem em: caracterizar os pressupostos democráticos e liberais das operações de paz da ONU no pós Guerra Fria, juntamente com os objetivos da aplicação destes através da promoção de eleições democráticas e multipartidárias em Moçambique e Ruanda. Analisar a partir da perspectiva pós-colonial os conceitos sobre desenvolvimento e paz democrática liberal, para assim compreender a sua relação na aplicação das operações de paz (*peacebuilding*) na década de 1990. E assim, analisar e comparar os desdobramentos dos conflitos nos dois países, a partir do momento em que as operações de paz instituíram suas atividades nos respectivos territórios.

O estudo dos pressupostos democráticos e liberais difundidos pelas operações de paz e suas influências nos conflitos internos de Ruanda e Moçambique se mostra importante para compreender o papel e a atuação política das Nações Unidas naqueles processos. Proporciona, também, um melhor entendimento acerca das consequências dos conflitos em questão, após a intervenção da organização. Que tinha como um dos principais propósitos a manutenção da paz na região através da promoção de processos eleitorais democráticos e o estabelecimento de modelos econômicos liberais dentro desses países.

A base teórica pós-colonial se mostra importante para contrapor a ideia de que pressupostos difundidos internacionalmente pelos países do Ocidente poderiam ser considerados exemplos e padrões a serem seguidos por outros Estados. Esta pesquisa também permitirá o aprofundamento teórico sobre o modelo da paz liberal e suas perspectivas, ressaltando sua importância nos estudos relacionados à intervenção e à segurança internacional. Assim, a perspectiva pós-colonial será utilizada para o desenvolvimento de uma análise crítica em relação às premissas da paz democrática liberal nas operações de paz.

A abordagem sobre a paz liberal, assim como sua aplicação nas regiões em situação de pós-conflito, se torna importante para a compreensão da utilização deste modelo nas operações da paz da ONU no período pós Guerra Fria, e, em especial, nos casos de intervenção desta organização em Ruanda e Moçambique nos anos noventa. Os pressupostos democráticos e liberais foram utilizados na tentativa de reconstrução do sistema político e econômico com vistas à constituição da paz nas regiões.

Essas premissas de boa governança instituíram parâmetros para outras sociedades, porém no campo prático a aplicação destas ações se tornou em alguns casos pouco efetivas. O sistema político de muitos países – em especial os Estados africanos – funcionava por mecanismos diferentes e não se adaptaram a esta formulação. A história pós-colonial do continente africano traz obstáculos para aplicação de fórmulas pré-definidas baseadas em um modelo político e econômico ocidental. A partir da perspectiva pós-colonial pode ser observado o desenvolvimento de estudos que contribuem para novos arranjos políticos, além de se repensar a função da teoria do desenvolvimento em relação à economia destes países.

A opção por Ruanda e Moçambique como estudos de caso, foi baseada no fato de que no mesmo período – a década de 1990 – estes países africanos passaram por conflitos internos, ocasionados por divergências sociais, pela disputa do poder e tentavam estabelecer acordos de paz. Ao mesmo tempo, estes Estados receberam as operações de *peacebuilding*, por meio do auxílio da ONU, juntamente com instituições financeiras internacionais e outras organizações. O objetivo destas operações era a promoção da paz nestas regiões através da implementação de um novo modelo de governança. As ações destas operações e suas consequências tiveram grandes repercussões internacionais, de forma positiva ou negativa, sendo assim um estudo comparativo se mostra interessante para o desenvolvimento deste projeto.

As consequências deste tipo de intervenção foram diversas, considera-se que em Ruanda estas tentativas não foram efetivas. Pois após o estabelecimento dos acordos de paz ocorreu o aumento das divergências entre as partes envolvidas em que não foi possível a planejada reconstrução do sistema político e nem mesmo a efetivação de novas eleições. Em Moçambique, as Nações Unidas consideraram os resultados satisfatórios, visto de maneira positiva o desenvolvimento dos acordos de paz que teve como consequência a promoção de eleições democráticas e a implementação de um modelo econômico liberal.

Porém para se considerar casos de sucessos ou fracassos destas operações de paz se faz necessário desenvolver um estudo sobre as consequências que os pressupostos das operações de paz tiveram nestes países. Dessa forma, esta pesquisa auxiliará no

desenvolvimento de uma análise em relação aos efeitos do modelo teórico da paz liberal nas operações de *peacebuilding*, em regiões do continente africano que eram consideradas instáveis, na década de 1990. A partir destes casos, poderá ser elaborada uma comparação das estruturas internas de cada país, a aplicação destas intervenções e as diferentes consequências do processo de democratização nestes Estados.

Para auxiliar a elaboração desta pesquisa será utilizado o método comparativo histórico. Menicucci (1998) argumenta que esta perspectiva de análise procura enfatizar a importância de uma contextualização histórica para a interpretação de fenômenos e a formulação de hipóteses. Skocpol e Somers (1980) desenvolvem uma análise em que diferenciam três estilos dentro desta perspectiva comparativa: a história comparativa como demonstração paralela da teoria, a história comparativa como contraste de contextos e a “análise macro causal”. No contexto deste trabalho, a última lógica citada será utilizada para o seu desenvolvimento metodológico. A análise “macro-causal” está relacionada ao estudo de casos que se relacionam, as conclusões são tiradas a partir das relações analisadas nestes casos e assim são estudadas semelhanças e diferenças destes casos.

Dentro desta abordagem, a comparação feita nessa pesquisa utilizará o método da diferenciação, Skocpol e Somers (1980) explicam que este esquema tem como objetivo comparar diversos aspectos de casos parecidos. Em que “o fenômeno a ser explicado e as causas hipotetizadas estão presentes em alguns casos e ausentes em outros (casos negativos), usados como controle”. (MENICUCCI, 1998, p. 30).

A comparação entre dois casos permite desenvolver análises mais gerais sobre o mesmo contexto. Pois, diversos países no continente africano – no mesmo período – passaram por processos similares de reformulação política e econômica, por meio de intervenções externas. Dessa forma, no contexto da presente pesquisa é possível perceber que o processo de pacificação e tentativa de reconstrução de Moçambique e Ruanda foi similar, porém alguns pontos distintos resultaram em diferentes consequências nestes processos de democratização.

A construção deste trabalho consiste na elaboração de mais cinco capítulos. No segundo, serão expostos conceitos gerais relacionados à ideia de desenvolvimento e democracia para que seja possível desenvolver uma análise sobre a influência destas premissas nas operações de paz da ONU, em especial nas operações de *peacebuilding*. Para auxiliar esta argumentação serão utilizados conceitos sobre a paz democrática liberal e a aplicação deste modelo em regiões que se encontram em conflito.

No terceiro capítulo deste trabalho será desenvolvido um estudo sobre o pós-colonialismo, principalmente entorno de conceitos estratégicos como: a inserção da crítica

pós-colonial dentro das Relações Internacionais, o eurocentrismo, o desenvolvimento e as intervenções dos países ocidentais em outras regiões do globo. O quarto capítulo da dissertação consiste em uma análise histórica sobre Moçambique e Ruanda. Será exposta a história desde os processos de colonização até a emergência dos conflitos internos após a independência destas regiões. Este capítulo se mostra de extrema importância para a compreensão sobre as características locais dos Estados e para análises sobre os desdobramentos na região.

O quinto capítulo tem como o objetivo estabelecer uma análise comparativa dos casos, em que em um primeiro momento são analisados – a partir do modelo da paz democrática liberal e das críticas pós-coloniais – os processos de pacificação e reconstrução de Moçambique e Ruanda. Após esta análise será desenvolvido um estudo comparativo sobre as consequências do processo de intervenção da ONU em Moçambique e Ruanda, em que serão destacadas as principais semelhanças e as diferenças destas atuações. Na conclusão, serão expostas as considerações finais sobre esta proposta de comparação dos casos, a partir da associação da crítica pós-colonial aos conceitos na área de segurança internacional e aos estudos sobre as operações de paz.

2 DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO: AS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU E O MODELO DA PAZ LIBERAL

Este capítulo tem como objetivo analisar a influência das organizações internacionais – em especial a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – no processo de desenvolvimento e democratização dos países africanos. Para que seja possível compreender esse processo, a primeira parte do capítulo tem como função expor a discussão dos conceitos sobre desenvolvimento e democracia para que, depois, sejam aplicados ao estudo de caso.

Após tal discussão, será ressaltado o papel da ONU por meio das operações de paz no pós Guerra Fria. Sendo assim, será desenvolvida uma análise histórica dessas ações, com a caracterização dos pressupostos democráticos e liberais existentes nessas operações – em especial as de *peacebuilding*.

Na segunda parte deste capítulo, será feita uma análise sobre a perspectiva liberal nas Relações Internacionais, juntamente a estudos relacionados à paz liberal, assim como o surgimento de algumas perspectivas críticas relacionadas a esse modelo. Para facilitar o entendimento dessa perspectiva, serão expostos os principais conceitos relacionados ao modelo teórico da paz liberal, a fim de se desenhar uma análise sobre a aplicação desse modelo na tentativa de promoção de paz em regiões que se encontram em conflito.

2.1 Desenvolvimento e Democracia

A ideia da associação entre desenvolvimento e democratização se desenvolveu ao longo do século XX. Para que seja possível compreender a relação entre essas ações, é necessário conceituar e analisar cada um dos termos. O conceito de desenvolvimento possui diversas interpretações, de acordo com Rist (2008), a premissa geral é relacionar o desenvolvimento à ideia de progresso. Neste processo, há o crescimento econômico e a promoção de justiça social. Porém torna-se complicado tomar tal premissa como um conceito geral para a ideia de desenvolvimento, pois existem compreensões distintas sobre a mesma. Assim, muitas vezes, o conceito de desenvolvimento pode ser considerado subjetivo.

Rist (2008) analisa três definições diferentes sobre desenvolvimento para expor uma premissa geral acerca do tema. A primeira conceituação está relacionada a uma visão dos países industrializados em que se tem a ideia de uma evolução social; a segunda definição se

refere ao indivíduo e ao progresso pessoal; já a terceira conceituação é baseada na economia, em que o desenvolvimento é visto com base no crescimento e na elevação dos lucros. Dessa forma, “podemos também mostrar como as próprias definições são normativas (o que deve acontecer) ou instrumentais (o que é o objetivo), e registrar o uso abundante de intensificadores (por exemplo, ‘mais democrática e mais participativa’).” (RIST, 2008, p.9, tradução nossa¹).

Para Rist (2008), as definições sobre desenvolvimento, em sua maioria, possuem como base a visão de grupos ou indivíduos específicos que determinam as condições relacionadas à existência social de todos. Sendo assim, é possível perceber um processo de legitimação dos conceitos por meio de ações institucionais.

No entanto, o "desenvolvimento" existe, de certa forma, por meio das ações que o legitimam, através das instituições que o mantêm vivo e os sinais que atestam a sua presença. Como poderia ser negado que existem países desenvolvidos e em desenvolvimento, projetos de desenvolvimento, ministros de cooperação para o desenvolvimento, um Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, um Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (mais conhecido como o Banco Mundial), institutos de estudos para o desenvolvimento, ONGs responsáveis pela promoção do desenvolvimento, e muitas outras instituições e atividades com o mesmo objetivo declarado. (RIST, 2008, p.11, tradução nossa²).

Conforme essa ideia sobre o desenvolvimento e a sua legitimidade, diversas atividades são realizadas. Rist (2008) argumenta que todas as ações relacionadas à modernização estão inseridas na justificativa desenvolvimentista. Assim as atuações se encontram em diversas áreas, como o incentivo aos Estados para construção de uma infraestrutura interna básica – a criação de escolas, hospitais, sistema de saneamento, rodovias, etc. Outros exemplos podem ser vistos nas ações de Estados e organizações internacionais para o estabelecimento de planos econômicos, a liberalização do comércio, a importação de tecnologia, a mobilização dos atores internacionais e outras diversas ações relacionadas à modernização.

A ideia de desenvolvimento já era aplicada antes de se iniciarem os estudos relacionados conceituação do termo. No período colonial, já se tinha a noção de que as colônias não eram civilizadas e, assim, era de responsabilidade do colonizador (europeu) levar

¹ We might also show how the definitions themselves are either normative (what should happen) or instrumental (what is the purpose), and register the abundant use of intensifiers (e.g. ‘more democratic and more participatory’).

² Yet ‘development’ does exist, in a way, through the actions that it legitimates, through the institutions it keeps alive and the signs testifying to its presence. How could it be denied that there are developed and developing countries, development projects, development co-operation ministers, a United Nations Development Programme, an International Bank for Reconstruction and Development (better known as the World Bank), institutes for development studies, NGOs responsible for furthering development, and many other institutions and activities with the same stated aim.

os conhecimentos considerados por eles necessários para o progresso dessas regiões. Rist (2008) expõe que o processo de colonização utilizou uma série de argumentos para justificar a intervenção fora da Europa, em que o real objetivo era suprir as necessidades e os interesses dos países europeus. A partir de 1919, a Liga das Nações incentivou as intervenções, o que trouxe credibilidade para a expansão. A justificativa utilizada era a necessidade de se levar a ‘civilização’ para outras partes do globo. Já que a ideia de civilização tinha como princípio uma herança compartilhada entre os países europeus.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a necessidade de reconstrução da Europa, a atenção se volta para os países desta região. Com a criação da Organização das Nações Unidas, em 1945, intensificaram-se os debates acerca do conceito e dos meios para se conquistar o desenvolvimento. Nesse contexto, os Estados Unidos surgem como um ator estratégico no auxílio para a estabilização dos países europeus. Em 1949, o presidente norte-americano, Harry Truman, estabeleceu algumas diretrizes de sua política externa que foram baseadas em quatro pontos.

De acordo com o Truman Library (2013), o primeiro ponto do presidente reforçava o apoio do país à Organização das Nações Unidas. O segundo reafirmava o compromisso para o auxílio na reconstrução da Europa. O terceiro ponto foi de fundação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com a justificativa de se criar uma área conjunta de defesa. O quarto ponto relacionado à política externa norte-americana, estava relacionado ao programa de assistência técnica para países mais pobres. De acordo com Mello (2009) o presidente Truman foi “gerador de uma doutrina de ação política que ineditamente propunha o uso sistemático e organizado dos progressos científicos e industriais para o desenvolvimento das áreas mais atrasadas”. (MELLO, 2009, p.5).

Rist (2008) destaca que o quarto ponto declarado pelo presidente Truman foi considerado como um marco para a ‘era do desenvolvimento’. Assim, a partir dessa ideia de se levar assistência para áreas consideradas economicamente atrasadas, tem-se a criação do termo ‘subdesenvolvido’ como uma nova denominação para estas regiões.

O surgimento do termo ‘subdesenvolvimento’ evocou não só a ideia de mudança na direção de um estado final, mas, acima de tudo, a possibilidade de realizar a mudança. Já não era apenas uma questão de coisas ‘em desenvolvimento’, agora foi possível ‘desenvolver’ a região. Assim, o "desenvolvimento" assumiu um significado transitivo (uma ação realizada por um agente sobre o outro), que corresponde a um princípio de organização social, enquanto "subdesenvolvimento"

tornou-se um acontecimento "natural" (isto é, aparentemente sem causa) do estado de coisas. (RIST, 2008, p.73, tradução nossa³).

Com os processos de independência e formação de novos Estados, a relação entre os países do Norte e do Sul – que antes eram tipificadas pela ideia do colonizador e o colonizado – tornou-se uma interação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Rist (2008) argumenta que, a partir dessa nova denominação, os países intitulados como subdesenvolvidos passaram a adotar práticas determinadas pelos Estados desenvolvidos para terem chances de progredir e alcançarem o desenvolvimento. Dessa forma, é possível analisar que a busca pelo desenvolvimento se tornou um empenho coletivo, em que se tem a atuação de Estados, organizações e demais atores do sistema internacional. A iniciativa teve como base o aumento da produção e a otimização dos recursos humanos e naturais. Ou seja, a política de desenvolvimento foi focada na assistência externa (dos países desenvolvidos), com ações que promovessem o crescimento econômico da região.

No início da Guerra Fria – em que havia grande influência dos Estados Unidos e da União Soviética em países menos desenvolvidos –, a conferência de Bandung, em 1955, surgiu como importante ação e posicionamento dos países – asiáticos e africanos – que não eram alinhados a nenhum dos lados. Rist (2008) destaca que, nas negociações de Bandung, foram estabelecidos acordos para a promoção da cooperação entre esses países em busca do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, foram criadas diversas instituições e organizações internacionais que tinham como objetivo a promoção do desenvolvimento em regiões consideradas periféricas.

Ao mesmo tempo uma série de novas instituições ou orientações políticas foram esboçadas. Em 1958 a ONU iria criar SUNFED, o Fundo Especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Económico (mais tarde se fundiu com o Programa Expandido de Assistência Técnica - criado em 1949 - para formar o PNUD). O Banco Mundial teria vindo gradualmente a alocar quase todos os seus recursos para o Terceiro Mundo, e em 1956, criou a Corporação Financeira Internacional (IFC) para promover o investimento privado. A Agência Internacional de Energia Atômica surgiu em 1957, e os bancos regionais de desenvolvimento foram criados para a África (1964) e na Ásia (1966). Quanto à estabilização dos preços das matérias-primas e os problemas de transporte, estas foram algumas das razões para a criação da UNCTAD⁴, em 1964. (RIST, 2008, p.73, tradução nossa⁵).

³ The appearance of the term 'underdevelopment' evoked not only the idea of change in the direction of a final state but, above all, the possibility of bringing about such change. No longer was it just a question of things 'developing'; now it was possible to 'develop' a region. Thus 'development' took on a transitive meaning (an action performed by one agent upon another) which corresponded to a principle of social organization, while 'underdevelopment' became a 'naturally' occurring (that is, seemingly causeless) state of things.

⁴ UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)

⁵ At the same time, a number of new institutions or political orientations were sketched out. In 1958 the UN would create SUNFED, the Special United Nations Fund for Economic Development (later merged with the

Nesse período, iniciou-se a ideia de que o desenvolvimento – por meio de ações conjuntas entre diversos atores – auxiliaria no processo de descolonização de muitos países africanos e asiáticos. Dessa forma, Rist (2008) expõe que a ONU teve três pilares para implementar suas ações: o desenvolvimento, os direitos humanos e o incentivo a descolonização. Em 1960, com esse processo em andamento, os países subdesenvolvidos perceberam que, a partir da formulação de novas regras e do auxílio financeiro e técnico, seria possível se obter benefícios políticos e melhorias.

No final de 1950 e início de 1960, Walt W. Rostow desenvolveu um estudo que ficou conhecido como uma das principais bases conceituais sobre o alcance do desenvolvimento. Rostow (1959) tinha como objetivo estabelecer pré-condições para o crescimento econômico dos países por meio de uma base política e social democrática e progressista que permitiria o alcance do desenvolvimento. Assim seu estudo propôs cinco etapas do crescimento econômico para tal fim.

A primeira etapa é caracterizada pela denominada sociedade tradicional; esta poderia ser considerada como um estágio inicial. A sociedade teria um baixo nível de produtividade já que não se tem o acesso a novas tecnologias e, assim, a maioria de seus recursos seria utilizado em práticas agrícolas. Nestas sociedades Rostow (1959) analisa que existe um elevado grau de desigualdade social e uma tendência hierárquica nas estruturas sociais.

O segundo estágio proposto é denominado como “pré-condições para decolagem” (ROSTOW, 1959, p.4, tradução nossa⁶). O autor ressalta que o progresso econômico se torna uma condição imprescindível, pois essa sociedade inicia a incorporação de novos conhecimentos para a diversificação da produção; assim, o setor de serviços e a indústria crescem. Como consequência dessas ações tem-se mudanças nas bases políticas e institucionais de um país; áreas como educação e infraestrutura começam a ser priorizadas. É possível analisar que surge, então, como necessidade uma mudança do tradicional para o moderno, e essa transformação seria o resultado de circunstâncias externas.

A terceira fase proposta por Rostow (1959) foi denominada pelo termo ‘decolagem’. “A decolagem consiste, em essência, no alcance de um crescimento rápido em um grupo limitado de setores, onde são aplicadas modernas técnicas industriais.” (ROSTOW, 1959, p.7,

Expanded Programme of Technical Assistance – established in 1949 – to form the UNDP). The World Bank would gradually come to allocate nearly all its funds to the Third World, and in 1956 it set up the International Finance Corporation (IFC) to promote private investment. The International Atomic Energy Agency came into being in 1957, and regional development banks were created for Africa (1964) and Asia (1966). As to the stabilization of raw materials prices and the problems of transport, these were among the reasons for the creation of UNCTAD in 1964.

⁶ Preconditions for take-off

tradução nossa⁷). O crescimento econômico tem um forte alicerce devido ao acelerado desenvolvimento das estruturas sociais e políticas da sociedade.

A quarta etapa é caracterizada como o caminho para a maturidade do país. O período ocorre “quando uma sociedade aplica efetivamente a (então) variedade de tecnologia moderna para a maior parte de seus recursos.” (ROSTOW, 1959, p.8, tradução nossa⁸). Ou seja, nesse momento, há o domínio da tecnologia, e a atividade econômica predominante está relacionada à indústria e aos serviços. Como consequência, surge uma força de trabalho mais qualificada. A forma de pensar, os padrões de consumo e as decisões na esfera política dessa sociedade também são modificadas.

A quinta etapa foi denominada por Rostow como “a era do consumo em massa”. (ROSTOW, 1959, p.11, tradução nossa⁹). A sociedade está completamente industrializada, os ganhos de produtividade são distribuídos aos trabalhadores para que se aumente o consumo e, como consequência, há uma mudança nos parâmetros de consumo da população. O autor exemplifica esse momento pela década de 1960 em que seriam enquadrados no contexto os Estados Unidos, os países europeus e o Japão.

A partir do contexto histórico apresentado sobre o desenvolvimento, a ideia desse modelo foi utilizada como base para diversas análises sobre regiões consideradas subdesenvolvidas. Tais etapas muitas vezes foram analisadas como pré-condições para alcance do progresso dos países. Outro requisito que passa a ser discutido – nas sociedades desenvolvidas – é a aplicação do modelo político democrático. Dessa forma, é necessária uma análise sobre o conceito de democracia e o modelo que passa a ser difundido no período.

Przeworski e Limongi (1997) argumentam que não se sabe ao certo como surgem as democracias, somente que estas se iniciam a partir do momento que as ditaduras acabam. Em seus estudos, elaboram uma análise relacionada ao desenvolvimento de países democráticos a partir da premissa de Lipset – este argumenta que as chances de uma democracia em um país se sustentar são maiores por meio do seu desenvolvimento econômico. De qualquer forma, os autores explicam que a premissa de que a economia sustentaria a democracia não pode ser considerada uma variável dependente, pois existem outras possibilidades.

Os estudos de Przeworski e Limongi (1997), contudo, apontam a existência de uma relação significativa entre o nível de desenvolvimento com a ocorrência de regimes democráticos. A possibilidade de uma democracia perdurar se torna maior em países com

⁷ The take-off consists, in essence, of the achievement of rapid growth in a limited group of sectors, where modern industrial techniques are applied.

⁸ [...] when a society has effectively applied the range of (then) modern technology to the bulk of its resources.

⁹ The Age of High Mass Consumption

níveis elevados ou crescentes de modernização. Inserido nesse contexto de desenvolvimento e modernização, está o aumento recorrente da renda *per capita* dos Estados. Países democráticos pobres quando enfrentam crises econômicas tendem a ser desestabilizados. “O que desestabiliza regimes são crises econômicas, e democracias, particularmente democracias pobres, são extremamente vulneráveis ao mau desempenho econômico.” (PRZEWORSKI; LIMONGI, 1997, p. 169, tradução nossa¹⁰).

Przeworski e Limongi (1997) analisam, ainda, uma diferença em relação à fragilidade dos regimes democráticos. Argumentam que, em sua maioria, nos denominados “novos países” (regiões independentes a partir de 1950), as democracias se tornam mais frágeis do que nos países já consolidados. Porém, é necessário explicar que a fragilidade aqui levantada não necessariamente implica diretamente no fim desse modelo político. Os seus estudos apontam que o nível de desenvolvimento econômico não determinaria sozinho a manutenção democrática de um país, mas seria um dos fatores importantes para a sustentação desse tipo de regime. Para compreender a essência do regime democrático é necessário destacar o conceito de democracia.

A definição procedimental de democracia utilizada como base por muitos autores na Ciência Política é a de Schumpeter (1961), elaborada no contexto da década de 1950. A premissa consiste basicamente na realização de eleições livres, periódicas e competitivas; em que há a alternância de poder, a institucionalização das regras e, como consequência, se tem a incerteza dos resultados. É interessante adicionar a esse estudo sobre democracia a análise histórica desenvolvida por Dahl (1982), em especial a ideia da democracia moderna.

O autor argumenta que a democracia é um regime político que possui muitas críticas, principalmente porque há um equívoco em associar as premissas da democracia antiga com a moderna. Pois, no nascimento desse regime, sua representação era direta, dessa forma o conceito de cidadão e a forma de participação eram diferentes da ideia atual. Dessa forma, na democracia moderna, o surgimento da representação permitiu o exercício da democracia em sociedades pluralistas heterogêneas e de grandes números. Portanto, podem ser consideradas como propriedades da democracia: estabilidade, representatividade, responsividade e responsabilidade pública.

Dahl (1989) expõe que democracias podem ser várias e existem diversas maneiras de organizar tal arranjo institucional. O autor propõe o modelo democrático da poliarquia, em que a decisão da maioria é a que prevalece. Inserido nesse contexto está a premissa de que a

¹⁰ What destabilizes regimes are economic crises, and democracies, particularly poor democracies, are extremely vulnerable to bad economic performance.

democracia não ocorre apenas nas eleições – a votação é um tipo de exercício democrático. Sendo necessário considerar o período anterior à votação, o presente e posterior a esta. Uma de suas proposições é de que, para ter igualdade política, é necessário o intercâmbio dos indivíduos sem que seja afetado o resultado da decisão.

Sendo assim, Dahl (1989) explica que a poliarquia pode ser definida como um sistema político a partir das características descritas a seguir. Durante o período de votação, todos os componentes da organização, demonstram através do voto, suas preferências. O peso dos votos é o mesmo, a opção vencedora será a que possuir maior número de votos. Na época entre as votações os membros do grupo podem inserir opções entre as já existentes a serem escolhidas pela coletividade; e, ao mesmo tempo, nesse período, todos devem ter acesso igual às informações.

Após a votação a proposta ou o político que possuir o maior número de votos será considerado vencedor e, como consequência, as diretrizes dos eleitos devem ser executadas. Dahl (1989) ressalta que as eleições são de certa forma, um mecanismo de controle, pois as medidas adotadas no período entre eleições são dependentes das decisões aceitas durante o período eleitoral. Desse modo, novas decisões estabelecidas entre eleições – além de atuarem em condições institucionais diferenciadas – são baseadas a partir das condicionalidades expostas anteriormente.

É válido ressaltar, para que alcançar a poliarquia é necessário que se tenha a diversidade de opinião. A atividade política também está vinculada à renda, ao *status* socioeconômico, educação, e também se relaciona ao sistema de crenças, expectativas e estruturas de personalidade. Dahl (1989) ressalta que as variáveis sociais devem ser analisadas antes das variantes e dos controles constitucionais.

A poliarquização pode ser alcançada a partir de diferentes sequências e ritmos, Dahl (1997) argumenta que esse processo é dividido em dois eixos: liberalização e ampliação da participação. A primeira linha consiste na institucionalização de direitos fundamentais – liberdades civis, estabelecimento de normas, opções livres no processo eleitoral, formação de instituições consistentes, etc. Já a ampliação na participação está relacionada ao aumento das ações do cidadão nas instituições. Para o autor, o percurso ideal seria que a inclusão ocorresse à medida que são propostos os direitos fundamentais. Porém, na prática muitas vezes isso não acontece; assim esse seria um ‘modelo ideal’.

Se primeiramente ocorre a participação, mas a liberalização não acontece, a poliarquização se torna mais difícil, pois é necessário o estabelecimento de instituições consistentes (além dos outros fatores já citados) para que possa existir a ampliação da

participação. Quando se tem o estabelecimento de uma forte institucionalização, em que os direitos já existem – liberalização – torna-se mais fácil a inclusão da participação; logo a poliarquia seria alcançada com uma maior facilidade.

A partir da conjuntura proposta sobre a definição dos conceitos de democracia (em especial o modelo utilizado por Dahl) e desenvolvimento, é possível analisar que a essência dos seus princípios é utilizada pelos países desenvolvidos, com o auxílio de importantes organizações internacionais, para a propagação de um novo modelo político e econômico em regiões consideradas subdesenvolvidas. Os países do continente africano, em sua maioria, fizeram parte desse cenário, já que, no processo de independência dos Estados, houve um grande esforço para que na região fossem incorporadas ações que levassem a promoção do desenvolvimento e da democracia.

2.2 O Processo de Desenvolvimento e Democratização no Continente Africano

O processo de independência dos Estados africanos – a partir da metade do século XX – expôs a fragilidade da maioria desses países, devido à falta de infraestrutura, aos problemas de governança, ao baixo desenvolvimento econômico, às disputas internas pelo poder, entre outros fatores. No contexto internacional, esses novos Estados atraem o interesse das grandes potências. Devido à conjuntura da Guerra Fria, houve a possibilidade da adesão de novos aliados ao bloco capitalista ou ao comunista.

Oliveira (2009) relata que nesse contexto, os Estados mais fortes ofereciam aos países africanos auxílio para o desenvolvimento interno em troca de um posicionamento favorável a um dos blocos. Mesmo que parte considerável do continente africano tenha optado pelo não alinhamento a nenhum dos lados, alguns Estados aceitaram a oferta e receberam investimentos externos.

[...] a existência de competição feroz a nível internacional permitiu o acesso por parte dos estados africanos a várias fontes de patrocínio internacional, tanto ao nível de rendas como de apoio político-militar. Em geral, a pertença a um dos campos da Guerra Fria fortaleceu o estatuto internacional dos estados africanos e, neste quadro, a vasta maioria conseguiu uma grande margem de manobra, subordinando de forma competente os recursos externos às agendas domésticas dos actores políticos dominantes. (OLIVEIRA, 2009, p.96)

A conjuntura econômica era favorável aos países africanos desde o fim da II Guerra Mundial. Devido à escassez de matérias-primas (em especial produtos agrícolas e minerais)

no continente europeu, a África se tornou uma importante região exportadora desses produtos. Oliveira (2009) relata que, até 1970, os Estados africanos tinham uma alta demanda de produção. Esse foi um dos fatores importantes para a aplicação da estratégia desenvolvimentista na região. É válido ressaltar que, no período, os investimentos internos realizados que estavam relacionados à melhoria da infraestrutura, à promoção de políticas públicas, entre outros, não foram significativos. Pois havia uma crença, por parte das lideranças africanas, de que progresso econômico da região perduraria e, assim, as ações poderiam ser postergadas.

É importante destacar que, no período de recente independência dos países africanos, não havia a intenção pelos líderes internos e nem das grandes potências internacionais em reformular os sistemas políticos e estabelecer regimes democráticos. Ake (1991) argumenta que após a independência, os líderes desses países seguiram a lógica do período colonial, em que aquele não seria o momento de compartilhar o poder do Estado. Os líderes aderiram à ideia de promover o desenvolvimento de suas nações para que depois implementassem um sistema de governança participativo. Mesmo utilizando o argumento, é possível analisar que a manutenção daquela situação política era favorável aos grupos que se encontravam no poder.

Resistindo às pressões para a transformação estrutural e redistribuição, eles alegaram que a prioridade absoluta para a África deveria ser a busca pelo desenvolvimento - o bolo tinha que ser assado antes de ser compartilhado. Para desencorajar a oposição e perpetuar o seu poder, eles argumentaram que os problemas de desenvolvimento exigiam uma unidade de propósito completa, justificando por esse motivo a criminalização da dissidência política e a marcha inexorável para monolitismo político. O resto do mundo vivamente encorajou essas tendências políticas. Antigos senhores coloniais da África, ansioso para a alavancagem com os novos líderes, adotaram a ideia de parceria no desenvolvimento e deram a esses regimes seu apoio indulgente. As grandes potências ignoraram violações dos direitos humanos e buscaram clientes sempre que podiam. (AKE, 1991, p.32, tradução nossa¹¹).

Ao mesmo tempo, os países desenvolvidos que estavam dispostos a investir na novas nações não estavam interessados no tipo de regime político vigente, mas na oportunidade de investimentos e na possibilidade de abertura de novos mercados para sua produção. É possível analisar que, no primeiro momento após a independência de grande parte do continente

¹¹ Resisting pressures for structural transformation and redistribution, they claimed that the overriding priority for Africa must be to seek development--the cake had to be baked before it could be shared. To discourage opposition and perpetuate their power, they argued that the problems of development demanded complete unity of purpose, justifying on these grounds the criminalization of political dissent and the inexorable march to political monolithism. The rest of the world heartily encouraged these political tendencies. Africa's former colonial masters, anxious for leverage with the new leaders, embraced the idea of partnership in development and gave these regimes their indulgent support. The great powers ignored human rights violations and sought clients wherever they could.

africano, a ideia de desenvolvimento não foi associada à democratização desses países. A visão era de primeiro estabilizar a região por meio do desenvolvimento econômico, para depois planejar a reestruturação do sistema políticos desses países.

A conjuntura internacional das décadas de 1970 e 1980 modificou o cenário dos países africanos. A crise do petróleo e o período de recessão das economias fizeram com que a demanda por matérias-primas africanas diminuíssem. Dessa forma, Oliveira (2009) argumenta que a economia da região foi desestabilizada, pois os Estados criaram uma grande dependência em seu modelo de exportação e não investiram em tecnologia, na modernização da produção e nem especialização de sua mão de obra. Naquele momento, era necessário que os governantes africanos ajustassem suas economias; porém na prática essas lideranças não reestruturaram suas prioridades e continuaram com gastos excessivos. A consequência foi a necessidade dos Estados em recorrer a credores internacionais – em especial às instituições financeiras internacionais – para tentar saldar suas dívidas e obter mais crédito.

A solução à crise proposta veio através da adoção maciça dos programas de ajustamento estrutural em muitos países africanos nos anos 80 e 90 e significou a consolidação do chamado Consenso de Washington, a cartilha do paradigma neoliberal que passou a ditar os destinos do continente, com forte influência das instituições financeiras internacionais (IFIs), como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Os programas de ajustamento estrutural eram pacotes de reforma de políticas com o objectivo de alcançar estabilidade macro-económica e um modelo de crescimento baseado nas exportações, assumindo-se que esta receita poderia reduzir a pobreza. (MACUANE, 2005, p.1)

Macuane (2005) ressalta que as ações propostas pelas instituições financeiras consistiam na liberalização da economia, no incentivo à privatização de companhias estatais, na redução das despesas públicas, na aplicação de políticas fiscais e econômicas efetivas e no provimento de serviços públicos básicos. Ao longo do tempo, o número de requerimentos aumentou, e eles foram colocados como condicionalidades para que as instituições auxiliassem os países africanos. É importante ressaltar que tais reformas teriam um monitoramento direto das instituições. Oliveira (2009) analisa essas ações como “uma intrusão sem precedentes em assuntos domésticos dos estados africanos”. (OLIVEIRA, 2009, p. 97).

O fim da Guerra Fria trouxe consequências diretas para África, os países do continente que apoiavam um dos blocos perderam os incentivos financeiros e os privilégios políticos recebidos nas décadas anteriores. Diversos problemas relacionados à desigual distribuição de renda e à permanência de governos autoritários levaram ao crescimento de conflitos internos em muitas regiões do continente africano. Assim, a situação política e econômica da região se

tornou mais instável. Naquele período, com o apoio dos Estados Unidos e de outros países ocidentais, teve início o incentivo à democratização e à liberalização econômica em outras partes do globo, em especial aos países que detinham anteriormente a influência do bloco soviético.

Para Ake (1991), a reforma política na parte oriental da Europa auxiliou no processo de expansão do modelo democrático para outras regiões; em que o Ocidente passou a sobrepôr seus princípios políticos, considerando tal regime como a melhor opção a ser adotada pelos Estados para o alcance do desenvolvimento. Começou então, uma pressão para que os países africanos reformulassem seus modelos políticos para o estabelecimento de democracias.

As três evidências habitualmente associadas aos processos de democratização em África são: a ideia de que a democracia é uma exigência da sociedade civil; a democracia é o veículo privilegiado dos valores africanos; a democracia é a saída para a crise. Qualquer uma destas evidências vê a democracia como uma panaceia, capaz de eliminar contradições, dificuldades e subtilezas da experiência política africana. As três evidências sugerem uma saída baseada numa maior dinâmica social. (LOPES, 1997, p. 142)

Além do papel fundamental de países como os Estados Unidos, Lopes (1997) expõe que a propagações de valores liberais e democráticos influenciaram diversas organizações – por exemplo, Organizações Não Governamentais (ONGs), agências nacionais de desenvolvimento e principalmente a ONU (em conjunto com suas agências especializadas). O modelo democrático difundido pelas Nações Unidas, baseado em pressupostos de países ocidentais, estabelece que essa forma possa ser considerada um requisito para a aplicação dos direitos humanos, o desenvolvimento dos Estados e, em algumas situações, a instauração da paz nessas nações.

A internacionalização econômica também proporcionou importantes mudanças naquele período. Reiterando a ideia de mudança entre os países (fim dos modelos políticos e econômicos da Guerra Fria), a estrutura econômica internacional foi alterada e, consequentemente, auxiliou na consolidação dos pressupostos liberais. Hibou (2002) argumenta que instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial foram de grande importância no processo – pois além das condicionalidades já impostas para os países africanos desde a década de 1980 – foram adicionadas questões como a necessidade investimentos internos e a prática da ‘boa governança’ (baseada no modelo político democrático, com uma economia liberal).

No início de 1990 o conceito de ‘boa governança’ teve dois significados paralelos no discurso dominante de desenvolvimento. O primeiro e com um significado mais limitado descreve governança principalmente em termos administrativos e gerenciais e está associado com o Banco Mundial, enquanto o segundo, mais associado com os ‘governos doadores bilaterais Ocidentais’, “envolve esta preocupação para a melhoria administrativa, mas também incluiu uma insistência sobre a política da concorrência democrática” (Leftwich, 1993), e destaca as questões de direitos humanos, a prestação de contas por parte do Estado, e o papel da sociedade civil. (CONNOLLY; O’NEILL, s/d, p.3, tradução nossa¹²).

A partir dessa exposição é possível perceber que no início da década de 1990 (fim da Guerra Fria), se tem a associação entre desenvolvimento e democracia. Santiso (2001) argumenta que as condicionalidades impostas, as quais inicialmente estavam direcionadas à arena econômica, passam a valer também para esfera política. Na África foi adotado, na maioria de seus países, o modelo da democracia liberal. Obi (2008) ressalta que para o auxílio da promoção do modelo, organizações regionais, como, a União Africana (UA) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), estabeleceram mecanismos que auxiliariam na coibição de golpes militares no continente.

2.3 As Operações de Paz da ONU no Pós Guerra Fria

A Organização das Nações Unidas, desde sua criação em 1945, desenvolveu uma série de mecanismos para garantir a estabilidade do sistema internacional. Nesse contexto, surgiu a ideia do conceito de segurança coletiva, em que a ameaça a um país dentro do sistema deveria ser interpretada como uma ameaça a todo o sistema. Dessa forma, é possível analisar que, na esfera do sistema ONU, a ideia de segurança coletiva, relacionada aos países membros, está inserida nos capítulos VI, VII e VIII da Carta das Nações Unidas.

No capítulo VI da Carta da ONU é proposta a solução pacífica de controvérsias quando existir uma ameaça à paz e à segurança internacional. A primeira ação a ser tomada em cenários como este, seria a tentativa de mediação, negociação, formulação de acordos, entre outras medidas consideradas pacíficas para a solução do problema entre as partes. Nesse mesmo capítulo, também são estabelecidas algumas atribuições ao Conselho de Segurança, que tem função de investigar situações que possam ser caracterizadas como ameaça à paz e à

¹² In the early 1990s the concept of 'good governance' had two parallel meanings in dominant development discourse. The first and more limited meaning describes governance primarily in administrative and managerial terms and is associated with the World Bank, while the second, more associated with Western bi-lateral donor governments, 'involves this concern for administrative improvement, but it also included an insistence on competitive democratic politics as well' (Leftwich, 1993), and highlights issues of human rights, accountability on the part of the state, and the role of civil society.

segurança. Nesses casos, o Conselho também tem como papel a elaboração de recomendações relacionadas a procedimentos que devem ser adotados para solucionar as divergências entre as partes. É importante ressaltar que o mesmo capítulo estabelece a possibilidade de qualquer membro ou não membro da Organização das Nações Unidas requerer a atenção do Conselho de Segurança, com o objetivo de auxílio para a resolução de conflitos.

O Capítulo VII da Carta da ONU está relacionado a medidas que podem ser adotadas em casos de ameaça à paz e atos de agressão. O Conselho de Segurança visa a determinar possíveis ações que possam ser consideradas ameaça, e assim, definir medidas que devem ser tomadas em cada situação. Antes de iniciar qualquer ação, o Conselho de Segurança deve pedir às partes envolvidas para que adotem medidas provisórias que julgarem necessárias. Sendo assim, caso o Conselho constate o não cumprimento desses acordos, atos mais severos devem ser adotados como a o estabelecimento de sanções e até o uso da força.

O Artigo 41 do Capítulo VII propõe ações em que o emprego da força ainda não seria necessário. Por exemplo, a aplicação sanções externas, inclusive econômicas e de transporte, ou o endurecimento nas relações diplomáticas. Caso o Conselho de Segurança chegue à conclusão de que as medidas provisórias não obtiveram sucesso, o Artigo 42 estabelece que o Conselho tem a possibilidade de agir conforme julgue necessário para que a paz e a segurança internacionais sejam estabelecidas, adicionando ações executadas mediante o uso da força. “Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos Membros das Nações Unidas.” (CARTA DA ONU, 1945, art. 42, p.26).

O Capítulo VIII ressalta a possibilidade de utilizar acordos regionais, via instituições locais, para auxiliarem a Organização na resolução de conflitos que sejam considerados uma ameaça à paz e à segurança do sistema. É válido ressaltar que tais acordos não podem contestar as proposições da Carta da ONU e o Conselho de Segurança deve monitorar e aprovar as ações propostas. Sendo assim, é possível perceber que a Carta das Nações Unidas passa a legitimar intervenções externas – por meio da organização – em casos que sejam considerados como ameaça à paz e a segurança do sistema internacional.

De acordo com o Departamento das Operações de Paz da ONU (2008), as operações de paz da entidade sempre se posicionaram de acordo com mandatos do Conselho de Segurança. Assim, o requerimento para uma intervenção deve ser emitido pelo Conselho, e cada mandato é diferente, pois dependerá de uma série de fatores específicos relacionados às características da região e à natureza do conflito.

No período da Guerra Fria, devido à bipolaridade existente entre União Soviética e os Estados Unidos, o sistema internacional foi separado pelo bloco comunista, o bloco capitalista e os países não alinhados. Devido a essa configuração, a Organização das Nações Unidas, muitas vezes, detinha uma atuação política limitada principalmente em ações relacionadas à resolução de conflitos e intervenções. As operações de paz promovidas poderiam atuar somente em Estados que não fossem alinhados a nenhum dos blocos e sua principal função era a manutenção da ordem.

Dados das Operações de paz da ONU (2012) revelam sua limitada atuação, já que forneciam auxílio para a resolução dos conflitos por meio de monitoramentos e estudos realizados por militares que atuavam como observadores para a manutenção da paz. Kenkel (2013) ressalta que, naquele período, as operações de paz lideradas pelas Nações Unidas tinham seus mandatos baseados no capítulo VI da Carta ONU, por isso, tinham restrições às ações dessas forças. O Departamento das Operações de Paz da ONU (2008) descreve que outras partes, como organizações regionais e até acordos bilaterais entre os países, auxiliavam nas operações da paz.

Essas operações ocorreram com maior frequência em países do continente africano e do Oriente Médio, que eram recém-independentes, pois nas áreas de influência capitalista e comunista a resolução dos conflitos era função do bloco ao qual o país estava alinhado. Em suma, as operações de paz no período da Guerra Fria tinham como base três princípios: “O consentimento da nação anfitriã. Imparcialidade (tratamento igual sem discriminação) entre as facções em conflito. O não uso da força pelas tropas das Nações Unidas.” (KENKEL, 2013, p.126, tradução nossa¹³).

De acordo com o Histórico de Operações de Paz da ONU (2012), a primeira operação de paz associada à Organização foi em 1948 no Oriente Médio, essa operação tinha como objetivo monitorar o armistício entre os países árabes e Israel. Durante a Guerra Fria, as missões enfrentaram dificuldades relacionadas ao financiamento e à mobilização de suas tropas e também ao cumprimento efetivo dos mandatos. Em alguns casos, como em 1967 no Egito, a operação de paz UNEF (Primeira Força de Emergência das Nações Unidas) foi expulsa do território e não pôde auxiliar na contenção do conflito que veio em seguida, entre Israel e os Estados árabes.

¹³ The consent of the host nation(s). Impartiality (equal treatment without discrimination) between the conflict factions. The non-use of force by United Nations troops.

Com o fim da Guerra Fria, diversas modificações ocorreram nas aplicações das operações de paz realizadas pela ONU, resultantes de fatores políticos que alteraram a estrutura do sistema internacional. De acordo com Paris (2003), naquele período, a democracia liberal surgiu como um modelo de governo que poderia obter uma extensa legitimidade ideológica. Ao mesmo tempo, as organizações encarregadas pelas missões passaram a utilizar instituições democráticas e liberais, conjuntamente a seus valores, como um padrão para a instauração de novos governos em Estados onde estavam sendo aplicadas as operações de paz.

Conforme Penna Filho (2004), a ONU teve uma importante função na resolução de conflitos no pós Guerra Fria, já que crescia a escalada dos mesmos, principalmente dentro dos Estados. Como África e Ásia eram regiões em que existiam grandes divergências, a organização criou mecanismos para aumentar a vigilância e sua atuação nesses territórios.

Podem ser ressaltadas importantes mudanças na forma em que as operações de paz atuaram após a Guerra Fria. De acordo com informações das Operações de Paz da ONU (2012) e o seu departamento de operações de paz (DPKO), os objetivos das operações foram modificados de forma que não somente ações militares estavam inseridas, mas também atividades como a preservação dos direitos humanos, a obtenção e aplicação de acordos de paz, o auxílio no estabelecimento de instituições governamentais, a reforma dos setores de segurança e desarmamento, entre outras tarefas. A princípio, as operações de paz atuavam em conflitos entre Estados e, com o tempo, foram inseridas em conflitos intraestatais.

Com o fim da Guerra Fria, dois importantes desafios surgiram. Os conflitos armados emergiram no nível intra-estatal. O nível e o escopo de atuação (das operações de paz) foram modificados. A transformação da natureza dos conflitos juntamente com o fim da Guerra Fria criou um imperativo para a ONU lançar uma nova era de intervenções humanitárias, algumas das quais entraram em conflito com o conceito de soberania. Porém, a ONU aumentou os seus recursos (sua área de atuação) e perdeu muito de seu apoio político. As forças de operações de paz foram atingidas por problemas conceituais e estruturais. Duas soluções foram propostas: reforma e regionalização. (OSMANÇAVUŞOĞLU, 1999/2000, p.1, tradução nossa¹⁴).

Sendo assim, o DPKO passou a considerar algumas prerrogativas como principais atribuições das operações de paz. A primeira seria apoiar nas atividades diplomáticas, em

¹⁴ With the end of the Cold War came two important challenges. Armed conflicts more often emerged at the intra-state level. The level and scope of involvement had to change accordingly. The changing nature of conflicts following the end of the Cold War made it imperative for the UN to launch a new era of humanitarian interventions, some of which came into conflict with the concept of sovereignty. But, the UN over-extended its resources and lost much of its political backing. Peacekeeping forces were plagued with conceptual and structural problems. Two solutions followed: reform and regionalisation.

ações como a observação de cessar-fogo, o controle de armas, a promoção dos direitos humanos e a garantia da ocorrência de eleições. O segundo grupo de ações consistia na manutenção da lei e da ordem. Um ponto relevante estava relacionado ao uso da força, que poderia ser tanto para restauração da paz, quanto para a ajuda humanitária. Outra importante característica incorporada às missões de paz se referia à proteção dos civis; tarefa que consistia principalmente em assegurar os suprimentos necessários, proteger os trabalhadores de missões humanitárias e aos refugiados e no estabelecimento de *safe heavens* (zona de proteção dentro de uma área de conflito).

Ainda de acordo com dados da ONU, naquele período, as atividades de manutenção da paz das Nações Unidas ocorreriam se três condições básicas fossem alcançadas: é preciso um consentimento entre as partes do conflito, que devem concordar com a operação de paz; os *peacekeepers* devem ser imparciais diante das partes envolvidas; existe um limite em relação do uso da força pelos *peacekeepers*, em que será utilizada somente como autodefesa.

Nesta conjuntura de conflitos internos, foi necessária a reformulação dos princípios das operações de paz. O Departamento de Operações de Paz da ONU (2008) relata que tais intervenções passaram a deter características multidimensionais, principalmente pelo fato de que uma das novas prerrogativas era a proteção dos civis. Para que isso fosse possível, agências humanitárias das Nações Unidas juntamente com organizações não governamentais passaram a assumir diversas atividades. Nesse momento essas operações multidimensionais tinham uma atuação na resolução dos conflitos, e normalmente os mandatos do Conselho de Segurança visavam a ações que promovessem a reconciliação das partes. Esse tipo de operação detinha grande legitimidade internacional e, de acordo com a ONU, as ações representam

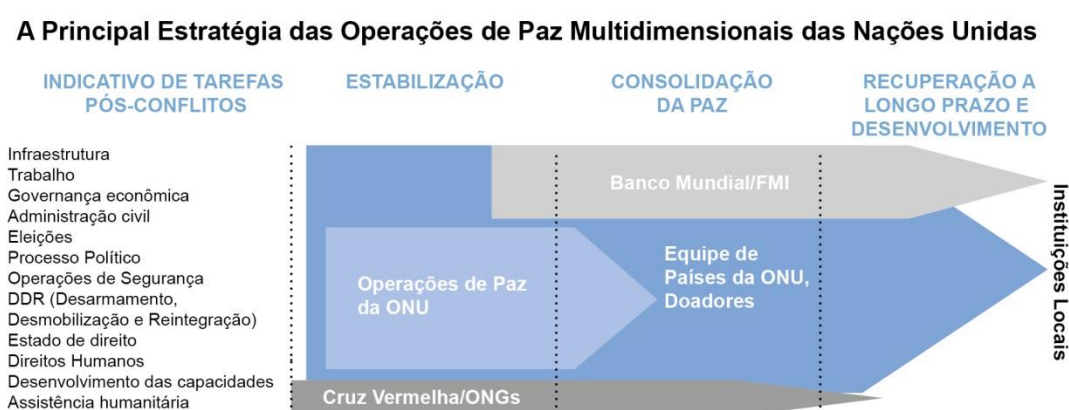
[...] a vontade coletiva da comunidade internacional e lhes dão influencia considerável sobre as partes. Esta alavancagem pode ser usada para construir e sustentar um consenso político em torno do processo de paz, promover a boa governança e manter a pressão sobre as partes para implementar reformas institucionais importantes. (Departamento de Operações de Paz da ONU, 2008, p.24, tradução nossa¹⁵).

O mesmo documento destaca que, em algumas operações paz daquele período, consideradas como situações extraordinárias, foi obtida a autorização do Conselho de

¹⁵ [...] the collective will of the international community gives them considerable leverage over the parties. This leverage can be used to build and sustain a political consensus around the peace process, promote good governance and maintain pressure on the parties to implement key institutional reforms.

Segurança para que a missão assumisse temporariamente o Poder Legislativo do Estado até que ocorresse uma colocação legítima de novos governantes no poder. Assim, a ONU auxiliaria o país a reestruturar suas bases administrativas. É possível perceber que os mandatos dessas operações de paz multidimensionais eram embasados em distintas áreas de especialização, envolviam múltiplos atores, além de consistirem em diversas etapas. O processo dessas operações multidimensionais pode ser exemplificado pela figura 1:

Figura 1 – A Principal Estratégia das Operações de Paz Multidimensionais das Nações Unidas



Fonte: DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU, 2008

As propagações de valores liberais e democráticos influenciaram diversas organizações internacionais, principalmente a ONU. O modelo democrático difundido pela organização, baseado em pressupostos de países ocidentais, estabelece que possa ser considerada um requisito para a aplicação dos direitos humanos, o desenvolvimento dos Estados, e a instauração da paz nos mesmos. Ao mesmo tempo, a instituição passa a difundir a ideia de que minorias e a oposição política dentro dos países possuem o direito de se expressar. Paris (2008) expõe a importância desses pressupostos para a aplicação da promoção da paz na década de 1990.

As evidências das mudanças nas organizações políticas internacionais são abundantes. Os membros da Organização pela Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), por exemplo, declararam em 1990 que “o desenvolvimento de sociedades baseadas em uma democracia pluralista e no Estado de Direito são pré-requisitos para o progresso no estabelecimento de uma ordem duradoura de paz, segurança, justiça, e cooperação que se procura estabelecer na Europa”. Da mesma forma, em dezembro de 1991 a Assembléia Geral da ONU aprovou a resolução que foi sem precedentes em seu apoio para os princípios democráticos ocidentais, declarando

que “eleições periódicas e legítimas” são um “fator crucial para uma efetiva ação... em uma vasta gama de outros direitos humanos”. Durante o mandato do secretário geral da ONU, Boutros-Ghali explicitamente conectou as noções ocidentais de democracia para a conquista da paz, afirmando que “a democracia é um dos pilares em que um mundo mais pacífico, mais justo e seguro possa ser construído”. (PARIS, 2008, p. 61, tradução nossa¹⁶).

Em 1992, na conjuntura do pós Guerra Fria e da independência de novos Estados, o Conselho de Segurança da ONU se reuniu com o objetivo de negociar o bom relacionamento entre os Estados a partir de novas definições em relação a questões de segurança. Assim foi formulado um documento intitulado como “A Agenda para a Paz” –, que representava análises e recomendações do Conselho de Segurança com diversas propostas de ONGs e agências regionais. O objetivo era auxiliar nas temáticas das operações de paz e da diplomacia preventiva. Foram designadas novas atribuições a essas operações com a finalidade de instaurar o pressuposto democrático nos países recém-independentes e naqueles que estavam em conflito.

De acordo com o documento “A Agenda para a Paz” (1992), além de informações do Departamento de Operações de Paz da ONU (DPKO), as operações de paz podem ser caracterizadas por três etapas. A primeira, *Peacemaking*, é destinada à produção de compromisso de paz entre as partes; a segunda, *Peacekeeping*, propõe à manutenção da paz nas áreas de conflito; e a terceira, *Peacebuilding*, trabalha com atividades para preservação da paz depois do fim do conflito, visando à construção de Estados democráticos.

Conforme descreve o Departamento de Operações de Paz da ONU (2008), para que fosse possível atingir uma paz duradoura nas regiões de atuação das operações de paz, é necessário o progresso em quatro áreas. A primeira está relacionada à reestruturação do Estado, em que ele esteja apto a promover a segurança e a ordem pública. O respeito aos direitos humanos e a consolidação do Estado de direito são o segundo ponto. Outra área consiste no apoio à criação legítima de novas instituições políticas participativas dentro do país. A quarta área busca a promoção do desenvolvimento social e econômico da região.

¹⁶ Evidence of this shift in the policies of international organizations is abundant. The members of the Organization for Security and Cooperation in Europe (OSCE), for example, declared in 1990 that “the development of societies based on pluralistic democracy and the rule of law are prerequisites for progress in setting up the lasting order of peace, security, justice, and cooperation that they seek to establish in Europe”. Similarly, in December 1991 the UN General Assembly passed resolution that was unprecedented in its support for Western democratic principles, declaring that “periodic and genuine elections” are a “crucial factor in the effective enjoyment ... of a wide range of other human rights”. During the tenure as UN secretary-general, Boutros-Ghali explicitly linked Western notions of democracy to the achievement of peace, asserting that “democracy is one of the pillars on which a more peaceful, more equitable, and more secure world can be built.

De acordo com Paris (2008) a maioria das organizações que participavam das operações de *peacebuilding* eram orientadas pelo “internacionalismo liberal”, que consistia na consolidação da paz por meio da implementação de uma democracia liberal e uma economia orientada pelo mercado. As operações de *peacebuilding*, a partir do final dos anos 1980, atuaram em países que saíam de conflitos internos – Ruanda e Moçambique foram alguns desses cenários. As organizações responsáveis por essas missões auxiliavam na transformação dos Estados em democracias com mercados liberais. As atuações das Nações Unidas tiveram grande influência no processo, já que auxiliavam e supervisionavam novas eleições nesses países.

2.4 A Paz Liberal

A partir do século XVIII, as ideias liberais passaram a ter grandes influências na esfera política dos Estados europeus, com pressupostos baseados nas relações sociais, nos interesses e na liberdade do indivíduo, e no papel do governo. Hoffmann (1995) explica que os conceitos liberais se colocam contra regimes que atuam de forma autoritária, já que os indivíduos precisam ser livres para reconhecerem as instituições políticas que garantam mecanismos de impedimento do Estado na vida dos cidadãos. Hegre (2004) expõe que, desde o século XVIII, as teorias liberais - econômicas e políticas - estão correlacionadas. Na esfera econômica, autores como Adam Smith ressaltam a preocupação com o indivíduo, ao mesmo tempo em que pensadores como Kant e Stuart Mill, mais ligados ao âmbito político, propõem formas de liberdades individuais, livre comércio e modelos de governos democráticos ou republicanos.

Do século XX em diante, a abordagem liberal passa a ser discutida dentro das teorias de Relações Internacionais. Na nova abordagem, são considerados muitos dos pressupostos liberais clássicos, havendo, ainda, o reconhecimento de que existem múltiplos atores importantes na esfera internacional. De acordo com Doyle (1983), Kant (1989) em seu livro “A paz perpétua”¹⁷, já abordava o pensamento que Estados republicanos seriam mais pacíficos. A premissa atual transforma a ideia do regime republicano para o democrático, em que se acredita na premissa de que países democráticos possuem a condição de menos conflituosos. O autor considera que a democracia, o livre-comércio e as instituições

¹⁷ O livro “A paz perpétua” de Kant foi originalmente escrito em 1795

internacionais são importantes aspectos a serem abordados pela vertente liberal, que podem levar à ocorrência de menos conflitos e à maior cooperação entre os Estados.

Com o desenvolvimento do pensamento liberal, a partir do século XX, surge a ideia de expansão do modelo democrático e do livre comércio em uma dimensão internacional, tal ideologia passa a ser denominada de internacionalismo liberal. De acordo com Hoffmann (1995), o internacionalismo liberal tinha sua sustentabilidade conceitual baseada nos sistemas políticos e econômicos liberais, juntamente ao livre comércio global. Após a II Guerra Mundial, foram aderidas a essa ideologia ideias como a promoção dos direitos humanos e uma confiança parcial em instituições internacionais que promoveriam a cooperação entre os Estados. No período da Guerra Fria os internacionalistas liberais também utilizam suas premissas contra o regime comunista. Mesmo com o fim da Guerra Fria e a mudança nas características dos conflitos, Doyle (1983) reforça que países que seguiam a doutrina liberal não entrariam em combate.

A partir de 1990, grande parte dos Estados ocidentais passou a adotar um modelo político baseado nos fundamentos liberais e democráticos. Fischer (2000) os denomina como democracias liberais. Segundo o autor, a aplicação desses dois fundamentos juntos – democracia e liberalismo – seria mais efetiva em um regime político de um país, do que se somente um deles for utilizado.

Na modernidade ocidental, essas duas abordagens para o governo têm sido regularmente combinadas em que são chamadas "democracias liberais". Esta combinação é agradável no sentido de que uma democracia deve, no mínimo, conceder aos cidadãos a liberdade de voto com a finalidade de funcionar como a regra do povo. Além disso, pode permitir a formação de partidos que competem por votos, expressar opiniões políticas, e publicar estas em jornais. Por outro lado, o liberalismo consagra essas liberdades, como o direito de voto, a prática da liberdade de expressão, a possibilidade de reunião e associação. (FISCHER, 2000, p. 3, tradução nossa¹⁸).

As democracias liberais baseiam sua política externa a partir dos pressupostos clássicos liberais. Owen (1994) expõe que as instituições políticas internas de Estados democráticos são fundamentadas nas ideias liberais, passando a ter uma influência na formulação de políticas para outros países. Por exemplo, a “ideologia liberal proíbe guerras contra democracias liberais, mas às vezes são chamadas para a guerra contra Estados não

¹⁸ In Western modernity, these two approaches to government have been regularly combined in what are called “liberal democracies.” This combination is congenial in the sense that a democracy must, at a minimum, grant its citizens the freedom to vote in order to function as the rule of the people. In addition, it may allow them to form parties that compete for votes, voice political opinions, and publish newspapers. Conversely, liberalism enshrines these liberties as the right to vote, to practice free speech, to assemble, and to associate.

liberais. As instituições democráticas permitem que essas unidades afetem a política externa e as relações internacionais”. (OWEN, 1994, p. 93, tradução nossa¹⁹).

Na literatura sobre segurança internacional, a definição sobre o que consiste a paz liberal e a paz democrática é ampla, existindo preferências, de acordo com os autores, sobre a composição dos elementos de tais pressupostos. De forma geral, pode-se analisar que os conceitos estão relacionados; enquanto a paz democrática consiste na ideia de que Estados democráticos não entram em conflito, a premissa liberal agrega questões como o desenvolvimento econômico e a interdependência dessas economias. “A ideia de paz liberal, por exemplo, combina e funde 'liberal' (como princípios econômicos e políticos liberais contemporâneos) com a 'paz' (a atual política de predileção para a resolução de conflitos e para a reconstrução social)” (DUFFIELD, 2001, p. 11, tradução nossa²⁰).

A paz democrática internacional se refere a teorias que sustentam haver uma relação pacífica entre os Estados democráticos. As teorias podem ser separadas sob duas perspectivas, a estrutural e a normativa. De acordo com Owen (1994), do ponto de vista estrutural a paz democrática está relacionada a restrições impostas pelos aparatos institucionais de países democráticos, já que, para entrar em um conflito, os governantes devem ter a aprovação interna tanto dos legisladores e da população. Hegre (2004) expõe que, o custo da tomada de decisão a favor do conflito é ampliado devido à exposição das informações e à abertura para discussão.

Conforme a perspectiva normativa, a paz está ligada a um compartilhamento de normas e valores entre Estados democráticos. Dessa forma, acredita-se que países que possuem internamente as mesmas regras e ideias democráticas não entram em conflito. Hegre (2004) ressalta que essa abordagem normativa não caracteriza necessariamente que países democráticos são pacifistas.

Um argumento relacionado é que as guerras de conquista são normativamente erradas, uma vez que, por definição, são violações do princípio liberal de que os cidadãos do Estado (conquistado) possuem o direito de eleger seus próprios líderes. Guerras de “libertação”, e em particular guerras para impor democracias em países não democráticos, são uma exceção, pois podem ser um instrumento de concessão desses direitos aos cidadãos do Estado conquistado. (HEGRE, 2004, p. 43, tradução nossa²¹).

¹⁹ Liberal ideology prohibits war against liberal democracies, but sometimes calls for war against illiberal states. Democratic institutions allow these drives to affect foreign policy and international relations.

²⁰ The idea of liberal peace, for example, combines and conflates 'liberal' (as in contemporary liberal economic and political tenets) with 'peace' (the present policy predilection towards conflict resolution and societal reconstruction).

²¹ A related argument is that wars of conquest are normatively wrong, since they by definition are violations of the liberal principle that citizens of the (conquered) state have the right to elect their own leaders. Wars of

A paz liberal é considerada um modelo com a finalidade de construir um Estado pacífico, que normalmente é aplicado em regiões onde se encontram em situação de pós-conflito. De acordo com Richmond (2005), a paz liberal é constituída por aspectos como a promoção dos direitos humanos, a democracia, a formulação e aplicação da lei, a liberalização dos mercados e a promoção do desenvolvimento.

Com o fim da Guerra Fria, parecia que uma nova época “liberal” das relações internacionais tinha emergido baseada em um consenso de que a democracia, o Estado de direito e a economia de mercado criariam uma paz sustentável – em Estados e sociedades em transição e pós-conflito – e na ordem internacional em que eles eram parte. (CAMPBELL; CHANDLER; SABARATNAM, 2011, p.1, tradução nossa²²).

Nessa perspectiva, Richmond (2005) analisa a paz liberal a partir de quatro conceituações: a paz do vencedor, a paz institucional, a paz constitucional e a paz civil. A paz do vencedor consiste na perspectiva de que a paz está associada à vitória de caráter militar, assim como a hegemonia está ligada à sobrevivência. A paz institucional se baseia nas normas que influenciam os Estados em seu comportamento, na tentativa que todos participem e realizem suas ações conforme as mesmas regras. Richmond (2005) argumenta que o discurso da paz institucional proporcionou o desenvolvimento de organizações como a ONU e outros importantes órgãos multilaterais.

A terceira conceituação, a paz constitucional, utiliza algumas premissas do pensamento cosmopolita kantiano, afirmando que a paz é atingida por meio de valores como a democracia, o comércio, etc. Enquanto que a paz civil consiste na participação da sociedade civil com vistas à promoção de valores sociais, por exemplo, ações pela proteção dos direitos humanos. Segundo o autor essas conceituações que formam a paz liberal, influenciam nas estratégias de intervenção, na atuação das operações de paz e na construção da paz.

Richmond (2005) argumenta que o modelo da paz liberal proporciona algumas críticas em relação à transferência de pressupostos e conceitos externos do que consiste a paz e a aplicação destes na solução de conflitos.

Todas as quatro vertentes de pensamento relacionados à paz, como a paz do vencedor à paz civil, nomeiam efetivamente terceiros que são colocados em posições de transferir noções externas da paz em sociedades e ambientes de conflito.

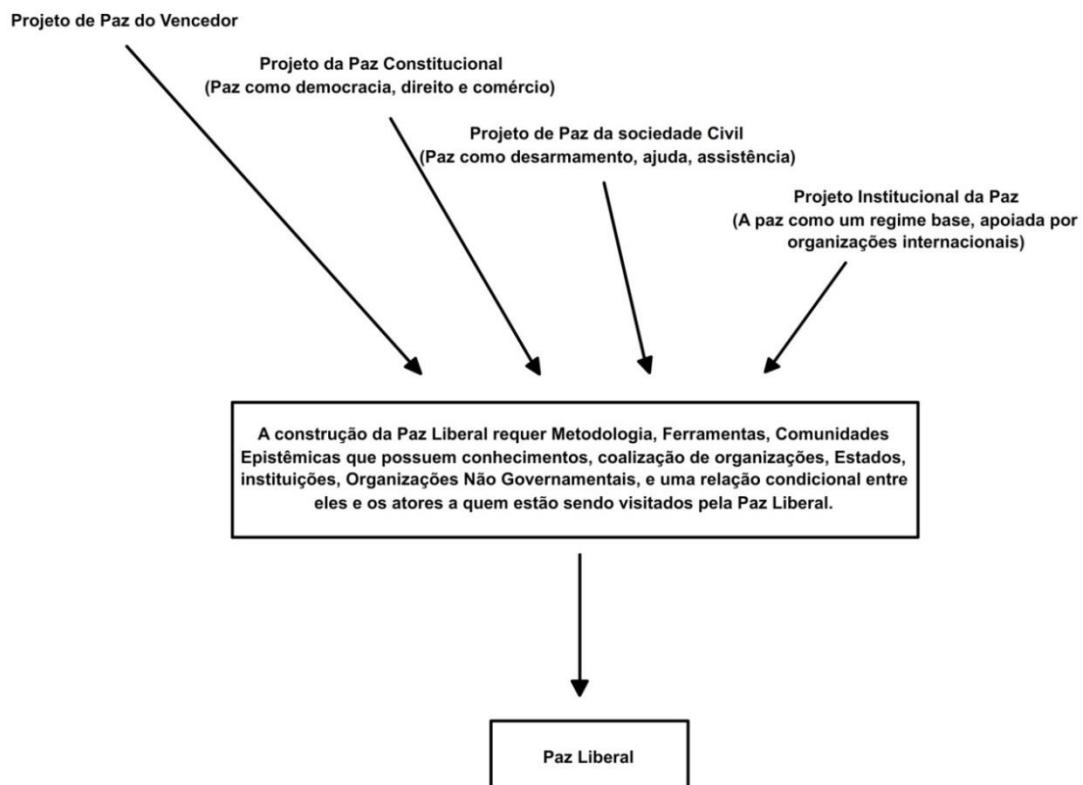
‘liberation’, and particularly wars to impose democracy on non-democratic states, are an exception, since they may be instrumental in granting such rights to the citizens of the conquered state

²² With the end of the Cold War, it appeared that a new “liberal” epoch of international relations had emerged, based on a consensus that democracy, the rule of law and Market economics would create sustainable peace in post-conflict and transitional states and societies, and in the larger international order that they were a part of.

A paz liberal depende da intervenção e de um balanceamento entre consentimento e coerção. Tudo isso é medido contra a paz liberal. É claro, a paz do vencedor, as noções constitucionais, institucionais e civil de paz foram fortemente influenciadas pelo pacifismo em que elas constroem o uso da força como defensiva ou em nome da paz liberal (daí sua conotação imperial e neo-colonial) (RICHMOND, 2005, p. 3, tradução nossa²³).

Para melhor compreensão da origem do conceito em questão, será apresentada uma esquematização (FIGURA 2) em que as quatro conceituações (paz do vencedor, constitucional, institucional e civil) formam o modelo da paz liberal.

Figura 2 – A Genealogia da Paz Liberal



Fonte: RICHMOND, 2005

²³ All four strands of thinking about peace, from the victor's peace to the civil peace, effectively nominate omniscient third parties which are then placed in a position to transfer external notions of peace into conflict societies and environments. The liberal peace depends upon intervention, and a balance of consent and coercion. All of this is measured against the liberal peace. Of course, the victor's peace, the constitutional, institutional, and civil notions of peace, have been strongly influenced by pacifism in that they construct the use of force as either defensive or in the name of the liberal peace (hence its imperial and neo-colonial overtones).

Existe uma relação entre a paz liberal e o consenso sobre a construção da paz (“*peacebuilding consensus*”). Richmond (2005) argumenta que os Estados liberais compartilham os mesmos pressupostos em uma sociedade internacional, orientada pelas perspectivas ocidentais, em que os países são democráticos, defendem ações ligadas aos direitos humanos, o multilateralismo, os mercados livres e uma maior participação da população, entre outros ideários. Devido a tais aspectos, juntamente à divisão conceitual sobre a paz liberal, surgem como atores importantes não só os Estados, mas também organizações internacionais, organizações não governamentais (ONGs) e a sociedade civil.

As junções das conceituações sobre a paz direcionam para a definição do que vem a ser a “paz como governança” (“*peace-as-governance*”), utilizada por atores internacionais em regiões de conflitos para a busca do consenso em processos de construção da paz (“*peacebuilding consensus*”).

Assim, a criação da paz liberal exige um acordo sobre o método, que pode ser encontrado no consenso sobre construção da paz, enquadrado na noção de paz como governança. Isso ocorre no contexto das operações de paz, em que a construção da paz recria uma ordem estatal centralizada, a integridade territorial e os direitos humanos básicos; além de tentar institucionalizar as reformas políticas, sociais e econômicas de acordo com os preceitos da paz democrática, que têm sido amplamente aceitos no ambiente pós Guerra Fria. (RICHMOND, 2004, p. 92, tradução nossa²⁴).

Segundo Richmond (2004), as operações de paz no pós Guerra Fria passaram a ser orientadas por um consenso democrático liberal, pelo qual se alcançaria a paz positiva. De acordo com Galtung (1969), a paz positiva pode ser caracterizada pelo fim da violência estrutural, alcançando a justiça social, assim, essa paz geraria mudanças estruturais que diminuiriam a potencialidade de conflito.

A aplicação do modelo da paz liberal em determinada região pode ser dividido em quatro etapas: a hiper-conservadora, a conservadora, a ortodoxa e a emancipatória. É necessário explicar que não são em todas situações que se ocorre completamente as graduações. Richmond (2005) explica que a etapa hiper-conservadora pode ser analisada nos primeiros momentos de uma intervenção para a construção da paz, caracterizados pelo emprego da força militar e ações unilaterais. A segunda, denominada de conservadora, na

²⁴ Thus, the creation of the liberal peace requires an agreement on the method, which can be found in a peacebuilding consensus framed by the notion of peace-as-governance. This occurs in the context of peace operations in which peacebuilding recreates the state-centric order, territorial integrity and basic human rights, while also attempting to institutionalize political, social and economic reform according to the precepts of the democratic peace, which have been widely accepted in the pos-Cold War environment.

maioria das vezes também consiste na aplicação de ações unilaterais (atores externos) que transferem um modelo de paz externo a determinada região e, dessa forma, associam a construção da paz (*peacebuilding*) com o desenvolvimento.

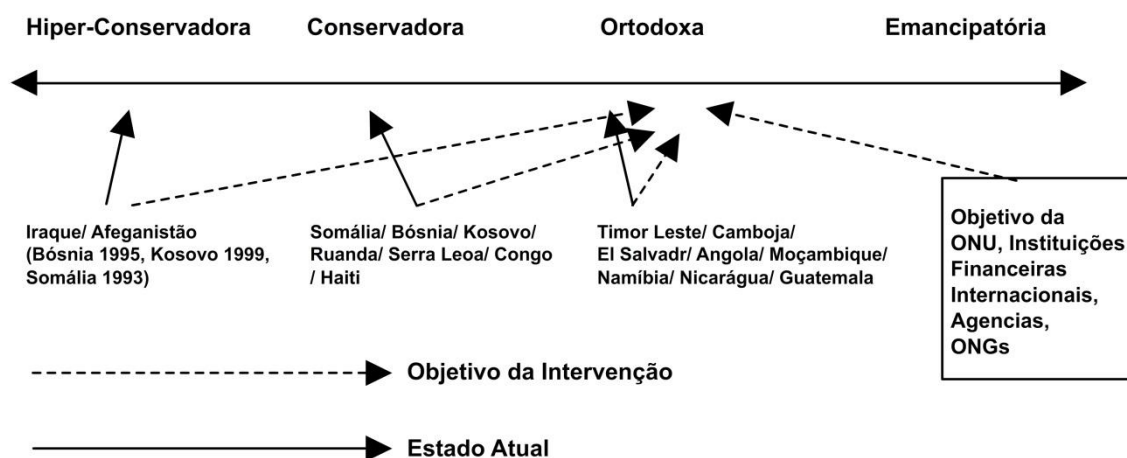
A etapa ortodoxa pode ser caracterizada por uma transferência de valores e normas relacionados ao modelo político a ser implementado que visa à construção da paz. Nela, é possível perceber a maior atuação de organizações internacionais e grandes instituições financeiras. Richmond (2005) explica que a fase ortodoxa pode ser exemplificada pelas ações das Nações Unidas a partir do final da Guerra Fria, com a adoção de medidas como a reforma das instituições governamentais, e com a construção da paz. Na etapa emancipatória, há a participação de um maior número de atores, como organizações não governamentais (internacionais e nacionais), organizações internacionais e diversos países. As ações, em sua maioria por meio de negociações, têm maior foco – na região que está em processo de construção da paz – na promoção de justiça e igualdade social.

Estes principais aspectos do modelo de paz liberal tendem a ser combinados com o consenso sobre a construção da paz (*peacebuilding consensus*) e são expressos em diferentes graus em qualquer intervenção para a construção da paz, dependendo das prioridades associadas com os interesses do Estado dominante, dos doadores e a capacidade dos atores em construir a paz. Atores locais também podem ter algum impacto. (RICHMOND, 2005, p.8, tradução nossa²⁵).

Tais etapas favorecem a compreensão de que tipo de paz está sendo construída no momento da intervenção e quais são as condições para que a paz possa ser sustentada. Abaixo será exposto um esquema (FIGURA 3) demonstrando as graduações da paz liberal em alguns casos de intervenção e as diferentes participações dos atores. É importante ressaltar que as fases podem variar devido às especificidades de cada intervenção.

²⁵ These main aspects of the liberal peace model often tend to be combined in the peacebuilding consensus and are expressed to different degrees in any one peacebuilding intervention, depending upon priorities associated with dominant state interests, donor interests, and the capacity of peacebuilding actors. Local actor's responses may also have some impact.

Figura 3 – Exemplos Atuais da Paz Liberal



Fonte: RICHMOND, 2005

Para a construção de uma paz liberal em uma região, é necessário que ocorra a criação de arranjos, em que os diversos participantes dessa operação entrem em acordo com as etapas da intervenção, tendo em vista que esse pacto deve ser firmado, principalmente, entre os agentes externos e os locais. É válido adicionar que “a ênfase dos diferentes aspectos da paz liberal – a paz do vencedor, constitucional, institucional e civil – depende de que os atores assumam a liderança na intervenção ou coordenação”. (RICHMOND, 2005, p. 12, tradução nossa²⁶).

Outra abordagem utilizada para explicar a paz liberal aponta que ela é composta por quatro importantes fatores: a paz democrática interna e internacional, o comércio e o desenvolvimento socioeconômico.

Em um Estado democrático, há a premissa de que todos possuem direitos que passam a ser reivindicados quando a sociedade (ou grupo ao qual pertencem) se encontra insatisfeita, respaldada nos aparatos institucionais construídos por esse sistema interno. Em relação à resolução de conflitos internos, Hegre (2004) explica que os estudos sobre a paz liberal argumentam que a democracia interna pode ser considerada um mecanismo para a construção de Estados pacíficos, já que se tem divisão do poder por meio da constituição, do parlamento – por meio das câmaras alta e baixa -, entre outros fatores. Dessa forma, quando um grupo

²⁶ [...] the emphasis of different aspects of the liberal peace - the victor's peace, constitutional, institutional, and civil - depends on which actors take the lead in intervention or coordination.

(uma minoria) está insatisfeito, ele tem o direito de se organizar para negociar com o governo. Já em um país autocrático, onde os indivíduos não possuem tais direitos, sob a perspectiva da paz liberal, considera-se que as chances de grupos se rebelarem contra governantes adeptos a esse sistema político são maiores.

O termo “paz liberal” é normalmente restrito à forma como o comércio e a democracia reduzem a propensão dos países a se envolverem em conflitos militares interestaduais. No entanto, paz interna democrática está intimamente ligada. Um pressuposto básico é que a grande maioria das pessoas tem interesse na paz. Isso coincide com o ponto de partida de Kant [...] Na argumentação baseada na ganância apenas uma minoria restrita sempre possui um interesse na utilização da força militar organizada. Para impor essa preferência pela paz na sociedade, as instituições políticas, que restringem tanto os governantes e grupos periféricos armados, são necessárias, assim como é o caso de outros componentes da paz liberal. A literatura sobre guerra civil é menos explícita sobre o papel da liberdade econômica do que a literatura sobre conflitos interestatais. No entanto, as rebeliões motivadas pela ganância sempre irão violar os interesses econômicos e (possivelmente somente o informal) os direitos de outros cidadãos, desde que os recursos originalmente pertenciam a eles ou a grupos que são membros. (HEGRE, 2004, p. 40, tradução nossa²⁷).

Outro aspecto apontado para que os países democráticos não entrem em conflito são os altos custos da audiência e do julgamento, já que, se ocorrerem erros nas ações dos governantes, a população – o público – tem o poder de retirá-los ou não votarem no mesmo novamente. Dessa forma, os modelos democráticos podem proporcionar maior legitimidade em relação às suas políticas, diferente da instabilidade que as declarações e ações que regimes não democráticos proporcionam. (HEGRE, 2004).

O comércio é outro fator que compõe os pressupostos da paz liberal, sendo fundamentado por abordagens liberais tradicionais, em que o livre comércio entre países diminui a possibilidade de conflito entre os mesmos. O custo econômico pode influenciar nas ações dos Estados, conforme Hegre (2004), ao expor que a crescente dependência econômica relacionada ao comércio dos Estados enfraquece a propensão ao conflito. Isso porque seria realizado um cálculo entre os benefícios que o comércio proporciona ao país, os custos e as

²⁷ The ‘liberal peace’ term is normally restricted to how trade and democracy reduces countries’ propensity to become involved in interstate militarized conflict. The domestic democratic peace is closely related, however. A basic assumption is that the vast majority of individuals have an interest in peace. This coincides with Kant’s point of departure [...] In the grievance-based argument, this preference for peace requires that individuals are granted certain fundamental rights from the elites controlling the state. In the greed-based argument, only a narrow minority ever have an interest in the organized use of military force. In order to impose this preference for peace on the society, political institutions that constrain both the rulers and more peripheral armed groups are necessary, just as is the case in the other components of the liberal peace. The literature on civil war is less explicit on the role of economic liberty than the literature on interstate conflict. Note however, that greed-motivated rebellions always will violate the economic interests and (possibly only informal) rights of other citizens, since the appropriated resources originally belonged to them or to groups they are members of.

consequências de entrar em um conflito com outra nação que se tem importantes parcerias comerciais.

O regime político vigente em um Estado – democracia ou autocracia – pode influenciar nas decisões comerciais, mas ambos ressaltam a importância desse tipo de relações para as economias nacionais. O comércio em um país democrático tem a propensão de interferir na formulação de algumas políticas externas. Isto ocorre devido à participação não apenas do governante na formulação das políticas, mas também de grupos afetados pelas relações comerciais, que tentam influenciar nas decisões governamentais.

A abrangência da constituição política também afeta os ganhos da estratégia comercial do Estado. Por exemplo, as democracias e as autocracias possuem interesses comerciais. Os interesses comerciais geralmente não gostam de guerras, uma vez que temem um corte no comércio com o inimigo ou com terceiros. Se os interesses das empresas têm acesso à política externa, estas vão influenciar o Estado em suas estratégias comerciais. Nas democracias, é mais provável que os interesses empresariais influenciem sobre as decisões de política externa. Isto também implica que as democracias devem ter maior propensão a optar por estratégias comerciais do Estado. (HEGRE, 2004, p. 51, tradução nossa²⁸).

Outro aspecto faz com que o comércio entre os Estados diminua a probabilidade de conflito. Trata-se dos investidores internacionais que, quando percebem a instabilidade da região, pensam na possibilidade de mudar sua rota de comércio e investimento. Hegre (2004) acrescenta a esses fatores o estabelecimento de um regime internacional que favoreça as discussões sobre os interesses comerciais e, ao mesmo tempo, desenvolva um vínculo entre os Estados. Assim, caso haja a iminência de algum conflito, o regime pode auxiliar na negociação ou até mesmo na sua prevenção. O último tópico a ser acrescentado é que o comércio pode proporcionar maior riqueza para os Estados, gerando a diminuição das desigualdades internas e, conseqüentemente, a propensão a conflitos internos também diminui.

O desenvolvimento econômico e social é outro fator que compõe a paz liberal. Para Hegre “o desenvolvimento é em certa medida uma condição prévia para a emergência de zonas de paz liberais”. (HEGRE, 2004, p. 55, tradução nossa²⁹). O conceito base sobre desenvolvimento, proposto pelo mesmo autor, pode ser definido pelo nível de educação, pela

²⁸ The broadness of the political constituency also affects the alternative gains from a trading-state strategy. For instance, both democracies and autocracies have business interests. Business interests generally don't like wars since they fear a cut-off of trade with the enemy or with third parties. If business interests have access to foreign policy, they will influence the state in the direction of trading-state strategies. In democracies, it is more likely that business interests have influence over foreign policy decisions. This also implies that democracies should be more likely to choose trading-state strategies.

²⁹ [...] development is to some extent a precondition for the emergence of peaceful liberal zones.

renda *per capita*, pelo nível de industrialização do país e em geral, por a sua estrutura econômica. Dessa forma, o nível de desenvolvimento de um país pode ser associado ao regime político.

De acordo com Hegre (2004), a falta de desenvolvimento em um país pode estar relacionada a aparatos burocráticos ineficientes, os quais, muitas vezes, são consequências de práticas governamentais que favorecem a uma pequena parcela da sociedade. Já Estados desenvolvidos – ligados a uma produção econômica diversificada e a instituições governamentais – são estruturados de modo a garantir a participação da sociedade no processo político, assim como o acesso da população a um elevado nível educacional.

A partir do argumento exposto, pode ser realizada uma associação entre desenvolvimento do Estado e o estabelecimento de sistemas políticos democráticos estáveis.

O que é fundamental sobre uma MDP (sociedade pluralista moderna e dinâmica) é que por um lado esta inibe a concentração de poder em qualquer conjunto unificado de atores, e, por outro ela dispersa o poder entre um número de atores relativamente dependentes. Devido ao seu poder e autonomia, os atores podem resistir à uma dominação unilateral, competindo entre si para obter vantagens, se envolver em conflitos e negociação, em busca de ações independentes. A característica de uma sociedade pluralista moderna e dinâmica é a dispersão de recursos políticos, tais como dinheiro, conhecimento, status e acesso a organizações estratégicas, especialmente em assuntos econômicos, científicos, educacionais, culturais; e de posições de negociação, tanto evidentes e latentes em assuntos relacionados à economia, ciência, educação, entre outros. (DAHL apud HEGRE, 2004, p. 57, tradução nossa ³⁰).

A origem de conflitos internos em um país pode estar relacionada ao seu desenvolvimento. Collier citado por Hegre (2004) argumenta que o surgimento de uma revolta não ocorre somente pelos seus ideais e motivações, mas também nas oportunidades que são criadas para que o conflito aconteça. A criação das oportunidades se refere à situação econômica e social do país, ou seja, à distribuição desigual da renda, ao baixo nível de educação da população e à desestruturação política e econômica.

Existem análises que criticam as premissas sobre a paz liberal e sua aplicação na resolução de conflitos. Conforme uma perspectiva geral, Richmond (2005) expõe que, a

³⁰ What is crucial about an MDP (modern dynamic pluralist society) society is that on the one hand it inhibits the concentration of power in any single unified set of actors, and on the other it disperses power among a number of relatively in dependent actors. Because of their power and autonomy, the actors can resist unilateral domination, compete with one another for advantages, engage in conflict and bargaining, and pursue independent actions on their own. Characteristic of an MDP society is a dispersion of political resources, such as money, knowledge, status, and access to organizations; of strategic locations, particularly in economic, scientific, educational, and cultural affairs; and of bargaining positions, both overt and latent, in economic affairs, science, communications, education, and elsewhere.

tentativa da paz liberal na reconstrução de Estados, em condições de pós-conflito –, a partir da promoção de um modelo político democrático juntamente à transição para uma economia de livre mercado – pode gerar uma incompatibilidade à estrutura interna de um país. Devido às diversas especificidades de cada região, a aplicação geral desse modelo pode provocar o aumento da desigualdade social, com uma reforma econômica e política que não consiga a promoção da justiça, mas o favorecimento de uma parcela da população.

A ideia que a construção de países democráticos diminui a possibilidade de conflitos é questionada, pois alguns Estados tendem a não ter o mesmo comportamento que outros, que já possuem sistemas democráticos consolidados. Mansfield e Snyder citados por Hegre (2004) argumentam que a funcionalidade de novas instituições democráticas é gradual, permitindo a grupos locais utilizarem a fragilidade das instituições para se reorganizarem contra o novo sistema político.

Quanto ao livre comércio, Hegre (2004) argumenta que pode não existir uma relação direta entre o risco de conflitos internos e o comércio entre os Estados, mas se reconhece que este pode gerar o desenvolvimento e o crescimento econômico. Em uma intervenção, a aplicação da paz liberal pode gerar também ações contrárias ao modelo, devido à instabilidade dos novos sistemas político e econômico, juntamente com a manutenção ou aumento da desigualdade social da região.

Claramente, o discurso da paz liberal centra-se na democracia constitucional, nos direitos humanos, no desenvolvimento, nas relações internacionais com as instituições, bem como a paz civil; estes fornecem um quadro geral através do qual a paz liberal pode ser alcançada. Na prática, porém, estes processos criaram instituições e Estados muito fracos, a sociedade civil é marcada pelo desemprego, pela falta de desenvolvimento, por formas de nacionalismo, e muitas vezes pela tortuosa lentidão em relação à mudança da situação pré-intervenção, ainda na forma mais limitada e conservadora da paz liberal. Nessas condições, a falta de confiança neste novo sistema político e econômico são geralmente os principais problemas, bem como a suspeita dos atores locais em relação às intenções internacionais. (RICHMOND, 2005, p. 12, tradução nossa³¹).

De acordo com Richmond (2004), as operações de paz da ONU auxiliaram na construção de uma ordem internacional liberal, instituída por Estados democráticos, tendo como consequência uma “*paz virtual*”, fundamentada em ações contestadas. Tais ações se

³¹ Clearly, the liberal peace discourse focuses on constitutional democracy, human rights, development, and international relations with institutions, as well as a civil peace, these providing the general framework through which the liberal peace can be achieved. In practice, however, the processes have created very weak states, and institutions, and civil society is marred by joblessness, lack of development, forms of nationalism, and the often tortuous slowness of the shift from the pre- intervention situation to even the most limited and conservative form of the liberal peace. In these conditions, a lack of confidence in the new polity, and in the economy are often key problems, as well as suspicion of the intentions of internationals, and of local actors.

concretizam a partir da importação de modelos democráticos liberais, por meio de intervenções militares, políticas, econômicas e sociais com vistas à construção e à reformulação das instituições.

O autor expõe que as operações de paz, especificamente as *peacebuilding*, nos anos 1990, estavam baseadas em uma contextualização e em práticas incertas. Diz também que a busca pela paz se tornou legítima quando apoiada pelo discurso de se constituir instituições democráticas e liberais a partir da resolução de conflitos.

O desenvolvimento e a transformação da paz como um discurso chegou ao ponto em que a força e a intervenção (em formas humanitárias) são implicitamente legitimadas pelas exigências de uma instalação de instituições democráticas neo-liberais como sendo a solução para o conflito que orientam os processos de paz. (Richmond, 2004, p. 88, tradução nossa³²).

O objetivo do alcance da paz positiva, com o consenso da construção da paz por meio da democratização e do desenvolvimento da região em conflito, muitas vezes não tem sido alcançado. Richmond (2004) observa que há um predomínio da paz negativa. Galtung (1969) explica que o alcance da paz negativa é relacionado ao fim da violência direta, já a paz positiva é determinada pelo fim da violência estrutural. Sendo que, em diversas ocasiões, os responsáveis pela formulação das políticas de intervenção se contentam com o alcance de uma paz virtual (em que não se tem o fim da violência estrutural).

2.5 Considerações Finais

A abordagem sobre a paz liberal, baseada nos estudos expostos neste capítulo assim como sua aplicação nas regiões em situação de pós-conflito, torna-se importante para a compreensão da utilização desse modelo nas operações da paz da ONU no período pós Guerra Fria, e, em especial, nos casos de intervenção da organização em Moçambique e Ruanda. Foram utilizados os pressupostos democráticos e liberais na tentativa de uma reconstrução do sistema político e econômico, juntamente ao desenvolvimento social do país, com vistas à constituição da paz na região.

Tadjbakhsh e Richmond, citados por Campbell, Chandler e Sabaratnam (2011), expõem que as críticas ao modelo da paz liberal podem ser divididas em cinco vertentes. A

³² Indeed, the development and transformation of peace as a discourse has reached the point where force and intervention (in humanitarian forms) are legitimated implicitly by the requirements of the installation of neo-liberal democratic institutions as the ultimate solutions to conflict which guide peace processes.

primeira consiste em uma crítica “comunitária” em que de forma geral os pressupostos dos valores universais são questionados. Já a segunda, está relacionada a uma análise construtivista, de forma que a paz liberal ignora o papel da identidade e dos valores. Outra crítica é formulada por teóricos críticos, expondo a existência de uma abordagem dos interesses hegemônicos nas intervenções em que este modelo é aplicado. A última vertente é formulada por uma crítica pós-colonial, ressalta-se “os desafios das divisões entre o global e o local, o foco no contexto local, e realça a natureza híbrida e os resultados das práticas intervencionistas”. (CAMPBELL; CHANDLER; SABARATNAM, 2011, p.2, tradução nossa³³).

A partir do que foi exposto é possível perceber que as ideias desenvolvimentistas e democráticas estão vinculadas à perspectiva da paz liberal e sua aplicação nas operações de *peacebuilding*. Neste trabalho a análise crítica utilizada em relação à formulação dessas políticas está vinculada ao pensamento pós-colonial. Assim, no próximo capítulo serão apresentados os principais conceitos do pós-colonialismo e suas análises que incitam o questionamento em relação aos pressupostos apresentados neste capítulo.

³³ [...] challenge the divisions between the global and the local, focus on local context, and highlight the hybrid nature and outcomes of interventionist practices.

3 O PÓS COLONIALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O estudo do pós-colonialismo pode contribuir para o desenvolvimento de uma análise crítica sobre os pressupostos das operações de paz na década de 1990 no continente africano. Neste capítulo, em um primeiro momento, será desenvolvido um estudo sobre o pensamento pós-colonial e sua inserção nas Relações Internacionais. Serão analisadas algumas críticas desenvolvidas pelos autores pós-coloniais em relação ao eurocentrismo e suas implicações nas relações entre os Estados. Na última sessão deste capítulo será apresentada uma crítica à perspectiva da modernização e à tentativa de aplicação de modelos políticos e econômicos externos em países com distintas especificidades.

3.1 Descolonização das Relações Internacionais

Perspectivas críticas argumentam a necessidade de se descolonizar o ensino das Relações Internacionais. Jones (2006) explica que a base histórica da disciplina de Relações Internacionais está na história da Europa, portanto o conhecimento da área de estudo está fundamentado no pensamento clássico europeu. O autor expõe que as Relações Internacionais foram formalmente estabelecidas após a Primeira Guerra Mundial, em um período de ações expansionistas dos países europeus pelo mundo. Por meio do poder colonial, os europeus controlavam diversas regiões do globo, seus princípios e suas ideologias foram disseminados em suas novas colônias.

Neste momento, todo um conjunto de noções profundamente ideológicas e racistas foi mantido pelos colonizadores, em relação aos povos colonizados, suas terras e histórias. A crença em uma hierarquia dos povos - na superioridade dos europeus ou "pessoas de cor" - foi difundida e praticada, uma suposição geral e inquestionável foi incorporada tanto no imaginário público e pessoal europeu, e nas instituições formais da ordem europeia e internacional. (JONES, 2006, p. 2, tradução nossa³⁴).

Dessa forma, a história dos povos colonizados não foi inserida nas Relações Internacionais, sendo introduzidos no contexto da expansão do sistema internacional. Não foram consideradas as características dessas sociedades e a influência que tiveram no sistema. Jones (2006) argumenta que mesmo com o passar dos anos e o desenvolvimento das Relações

³⁴ At this time, a whole set of profoundly ideological and racist notions were held by the colonizers about colonized peoples, lands, and histories. The belief in a hierarchy of peoples - in the superiority of Europeans or 'people of color' - was widespread and routine, a generally unquestioned assumption embedded both in the public and personal European imagination and in the formal institutions of European and international order.

Internacionais, a sua origem histórica ainda tem grande influência no desenvolvimento de teorias e análises. A maioria dos pesquisadores em destaque da disciplina é de origem europeia e norte-americana, assim, a escrita ainda é direcionada e influenciada pela história do Ocidente e pelos interesses dessas regiões.

Saurin (2006) analisa que a ordem internacional ainda é determinada por ações políticas neocoloniais, em que “as premissas, os conceitos e a linguagem de investigação nas RIs permanecem infundidas em uma argumentação imperial e colonial”. (SAURIN, 2006, p. 24, tradução nossa³⁵). Darby e Paolini (1994) analisam que os principais teóricos das Relações Internacionais são seguros em relação à formação histórica da disciplina e disseminam uma metodologia com os conceitos gerais que devem ser estudados. Tais conceitos seriam questões como: o contexto anárquico do sistema internacional, a soberania estatal, a manutenção da ordem, a questão do poder, etc. Dessa forma, os estudiosos das Relações Internacionais se mostram resistentes a explorar diferentes perspectivas em relação à história mundial e adicionar outras áreas de pesquisa dentro da disciplina.

Autores como Sandra Halperin (2006) argumentam que o Eurocentrismo gerou distorções históricas; por isso, as principais premissas das teorias de Relações Internacionais – que são influenciadas pela perspectiva eurocêntrica – possuem compreensões parciais sobre a ordem mundial. Muitos dos conhecimentos e métodos que foram difundidos pelos europeus tiveram origem em outras regiões do mundo. Culturas, sociedades e pensamentos de outras regiões, possibilitaram o desenvolvimento dos países europeus. Ou seja, para descolonizar as Relações Internacionais, é preciso “não somente ‘introduzir o resto do mundo’, mas também ‘trazer’ uma descrição mais precisa de como a Europa se desenvolveu”. (HALPERIN, p. 43, tradução nossa³⁶).

Halperin (2006) destaca que um dos problemas na tentativa de descolonização da teoria das Relações Internacionais é que as bases ontológicas e históricas da disciplina não são modificadas, mesmo algumas perspectivas críticas assumem as premissas eurocêntricas.

Como uma disciplina, as Relações Internacionais, continuam amplamente sendo experiências recentes da política ocidental e, além disso, apresentam um relato altamente idealizado. A disciplina continua teimosamente Eurocêntrica tanto em sua relutância em aceitar o pensamento político não-Ocidental e na sua recusa de

³⁵ [...] the assumptions, concepts, and language of inquiry in IR remain infused with imperial and colonial reasoning.

³⁶ [...] not only ‘bring in the rest of the world’ but also ‘bring in’ a more accurate account of how Europe itself developed.

analisar a política de uma perspectiva não-Occidental. (HALPERIN, 2006, p. 58, tradução nossa³⁷).

Nesse contexto, o pensamento pós-colonial nas Relações Internacionais surge pela necessidade do desenvolvimento de uma análise crítica sobre a disciplina. Há o rompimento de parâmetros previamente instituídos pelos países hegemônicos do Ocidente. O termo ‘pós-colonialismo’, primeiramente, está relacionado ao fim do período colonial, que se iniciou na década de 1950. Grovogui (2006) destaca que questionamentos surgem no período em que foram elaborados discursos sobre a disseminação de sistemas democráticos, o incentivo ao desenvolvimento econômico e a aplicação de questões relacionadas aos direitos humanos pelo mundo. Já que nessas premissas não foram inseridas contribuições políticas e culturais dos países recém-independentes e/ou subdesenvolvidos.

Krishna (2009) expõe que as primeiras utilizações do termo “pós-colonialismo” referiam a uma terminologia geográfica, direcionada a sociedades que foram colonizadas no passado e se encontram independentes. Porém, o autor ressalta que o ‘pós’ presente no termo ‘pós-colonialismo’ não significa que o colonialismo tenha sido superado, mas permanece a sua influência no desenvolvimento das regiões que foram colonizadas, mesmo após os processos de independência.

Dessa forma Krishna (2009) argumenta que a ideia do ‘pós-colonialismo’ não pode ser confundida com o conceito de ‘neocolonialismo’. Este último está relacionado à influência existente das potências ocidentais nas suas ex-colônias – esta é uma influência indireta na área social, política e econômica. O ‘pós-colonialismo’ argumenta sobre a influência indireta nessas regiões e adiciona a relação das elites existentes dentro dos Estados independentes. Esse conceito ressalta a necessidade de se compreender os fatores externos e internos que influenciaram no aumento da desigualdade entre os países colonizadores e os colonizados.

Darby (2004) afirma que nas Relações Internacionais – mesmo levando em consideração a luta pela descolonização – não existia uma perspectiva de mudança política para a reformulação das relações entre os países do Norte e do Sul. A partir da década de 1970, a teoria pós-colonial modificou a compreensão do passado colonial, “especialmente em relação ao conhecimento e à cultura tendo desenvolvido práticas e perspectivas mais amplas de contínua relevância” (DARBY, 2004, p.2, tradução nossa³⁸).

³⁷ As a discipline, IR continues to be largely of recent Western political experiences and one that, in addition, presents a highly idealized account of them. It remains stubbornly Eurocentric both in its unwillingness to accept non-Western political thought and in its refusal to analyze politics from a non-Western perspective.

³⁸ [...] especially in relation to knowledge and culture it has developed practices and perspectives of wider and continuing relevance.

Santos (2004) analisa o pós-colonialismo como perspectivas teóricas – inicialmente baseadas em estudos relacionados à cultura – que se convergem na explicação das Relações Internacionais. Nesses trabalhos, são enfatizadas as relações de desigualdade entre os países do Norte e do Sul. Assim, o autor ressalta a importância do sujeito na produção do conhecimento.

A perspectiva pós-colonial parte da ideia de que, a partir das margens ou das periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis. Daí o interesse desta perspectiva pela geopolítica do conhecimento, ou seja, por problematizar quem produz o conhecimento, em que contexto produz o conhecimento e para quem o produz. (SANTOS, 2004, p.9).

De acordo com Darby (2004) torna-se perceptível a ideia de um “eurocentrismo estrutural” – a partir do costume em se relacionar o funcionamento do sistema internacional, a origem do poder e os princípios das relações Norte/Sul. Assim “o resultado é tanto para fortalecer a autoridade do centro e para confundir o campo de ação para aqueles que desejam desafiar a ordem estabelecida” (DARBY, 2004, p.6, tradução nossa³⁹). As tentativas das perspectivas do terceiro mundo em propor a ampliação do debate nas Relações Internacionais, por meio da inserção de temáticas como a influência da raça e dos recursos, são enfraquecidas.

Grovgui (2006), conforme o pensamento pós-colonial, propõe uma mudança no pensamento das Relações Internacionais e uma reestruturação da disciplina. Outros elementos devem ser considerados e inseridos para o desenvolvimento de pesquisas na área.

Assim concebida, RI devem ser menos "pragmáticas" em suas linhas de investigação e mais sensíveis às experiências das temáticas, dos agentes e dos atores cuja existência significa a disciplina. RI também deve considerar a possibilidade de insuficiência de métodos e as regras de investigação, bem como a conveniência da tradução em todas as linhas de diferenciações culturais e geográficas. Como sinal desta humildade, ela deve ser aberta a todos os artifícios intelectuais metodologicamente coerentes e modos de significações. Como a exigência ética primária de conhecimento, a busca da verdade deveria implicar na comparação significativa e tradução de todas as ações e suas expressões idiomáticas. Mais uma vez o objetivo não seria apenas a obtenção de melhores julgamentos, mas também para acomodar crenças mútuas, atitudes e valores, bem como as instituições, idiomas e as linguagens políticas, que convergem para a inteligibilidade da existência internacional. (GROVOGUI, 2006, p. 240, tradução nossa⁴⁰).

³⁹ The result is both to strengthen the authority of the centre and to confuse the field of action for those who wish to challenge the established order.

⁴⁰ Thus conceived, IR must be less "pragmatic" in its lines of inquiry and more responsive to the experiences of the subjects, agents and actors whose existence the discipline signifies. IR must also consider the possibility of the insufficiency of methods and rules of inquiry as well as the desirability of translation across cultural and geographical lines of differentiations. As a sign of this humility, it must be open to all methodologically coherent intellectual artifices and modes of significations. As the primary ethical requirement of knowledge, the quest for

Com base na exposição sobre necessidade de se descolonizar as Relações Internacionais e o surgimento do pensamento pós-colonial como uma possível abordagem para a mudança de perspectivas na área, é interessante para a proposta do trabalho, desenvolver uma breve análise sobre as principais vertentes do pós-colonialismo.

3.2 Principais Perspectivas Pós-coloniais

Krishna (2009) propõe uma pesquisa sobre a genealogia do pós-colonialismo, com foco em diversas interpretações sobre a temática. O autor ressalta que, mesmo com algumas diferenças nas linhas de análise pós-colonial existem pontos em comum, em que há um enfoque nas temáticas sobre classes sociais, raça, nação e emancipação.

A abordagem de Edward Said, em seu livro *‘Orientalismo’* de 1978, é considerada um marco para a fundação da teoria pós-colonial. Em seu livro, Said (2007)⁴¹ retrata a forma que o Ocidente se impõe ao Oriente, “a relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa.” (SAID, 2007, p.32). Para justificar o seu argumento, o autor expõe que no momento em que ocorreu a inserção da colonização europeia nas sociedades orientais, o conhecimento desenvolvido pelos países ocidentais eram inflexíveis em relação à imagem de controle sobre o Oriente.

Said (2007) argumenta que o conhecimento ocidental sobre o Oriente pode ser considerado ‘vazio’, pois existe somente uma versão sobre a história das colônias, “[...] vou chamar *Orientalismo*, um modo de abordar o Oriente que tem como fundamento o lugar especial do Oriente na experiência ocidental europeia.” (SAID, 2007, p.27). Um exemplo citado pelo autor é a ideia de que cultura, sociedade e religião do Ocidente estavam associadas à noção de superioridade do colonizador. O Oriente participou da construção sobre a visão do Ocidente, já que a partir da perspectiva do Orientalismo foi construída uma imagem do Oriente como o oposto ao Ocidente. Assim o oriental é visto como o não civilizado, o diferente.

Krishna (2009) analisa que o trabalho de Said foi de grande importância para os estudos pós-coloniais, pois ressalta a influência do Ocidente na produção do conhecimento em relação ao mundo não ocidental. O autor destaca que o livro *Orientalismo* representa uma das

truth would thus entail meaningful comparison and translation of all actions and their idioms. Again the purpose would be not only to obtain better judgments but also to accommodate mutual beliefs, attitudes, and values as well as institutions, idioms, and political languages that converge toward the intelligibility of international existence.

⁴¹ A data 2007 refere à edição do livro “Orientalismo” utilizado para o trabalho.

consequências do processo de globalização, pois a conexão entre as ações econômicas, políticas e culturais permitiu o surgimento de novas visões e com isso auxiliou no desenvolvimento dos estudos pós-coloniais.

Outra visão pós-colonial segue a influência marxista. Com base na perspectiva das relações de poder entre os países do Norte e os do Sul, Krishna (2009) cita o argumento de Hamza Alavi, em que ressalta que o termo ‘pós’ está relacionado ao contínuo impacto do período colonial no desenvolvimento atual dos países que, no passado foram colonizados. O argumento de Alavi consiste na compreensão dos fatores internos e externos que influenciaram o desenvolvimento das disparidades sociais e econômicas entre os países.

Alavi citado por Krishna (2009) ressalta nas sociedades pós-coloniais a interação entre os países do terceiro mundo, suas elites internas e as potências ocidentais. Após a descolonização, as forças locais continuaram o processo de exploração dos Estados. Assim, o subdesenvolvimento foi uma consequência conjunta da influência ocidental e das ações tomadas pelas forças internas no período pós-independência. O autor conclui que, para Alavi, o pós-colonialismo está vinculado à construção de um projeto político.

Ao enfatizar as articulações internacionais e domésticas que produzem e reproduzem o subdesenvolvimento, ele sugere que o caminho a seguir para as sociedades pós-coloniais é através de uma revolução socialista ou comunista, que organiza todos os que estão fora deste círculo encantado e captura o poder do Estado. (KRISHNA, 2009, p.66, tradução nossa⁴²).

Seguindo essa perspectiva, Krishna (2009) explica que o pós-colonialismo está relacionado à influência econômica e política das potências ocidentais nos países que foram colônias e, ao mesmo tempo, na relação entre as potências e as elites internas que foram formadas com a colonização.

Robert Young (2001) relaciona o marxismo com o pós-colonialismo, que pode ser compreendido como o surgimento de uma análise após o colonialismo e o imperialismo. Nessa visão, o pós-colonialismo é considerado um conceito dialético, que “marca os fatos históricos gerais da descolonização e na obtenção determinada de soberania, mas também as

⁴² By emphasizing the international and domestic linkages that produces and reproduce underdevelopment, he suggests that the way forward for postcolonial societies is through a socialist or communist revolution that organizes all those outside this charmed circle and captures state power.

realidades das pessoas e da nação emergindo em um novo contexto imperialista de dominação econômica e algumas vezes política.” (YOUNG, 2001, p.57, tradução nossa⁴³).

Young (2001) sugere a adição de uma nova conceituação para os objetivos do pensamento pós-colonial, denominada como o ‘tricontinentalismo’. O conceito reforça a ideia da construção de uma resistência contra a dominação ocidental nas principais regiões que foram colonizadas: África, América Latina e Ásia. Krishna (2009) analisa que, para Young, o pós-colonialismo é visto com um símbolo de resistência que tenta se contrapor às ações de expansão dos países ocidentais. Devido à abrangência do seu conceito, atualmente, muitos autores pós-coloniais se baseiam em tal premissa.

O ‘pós’ do pós-colonialismo, ou crítica pós-colonial, marca o momento histórico da introdução teorizada de uma nova forma tricontinental e de estratégias de análises e práticas críticas. Ao contrário das palavras ‘colonialismo’, ‘imperialismo’ e ‘neocolonialismo’, que adotam como marca somente uma relação crítica aos regimes e práticas opressivas, o pós-colonialismo é tanto contestatório e empenhado com o ideal político de uma justiça social transnacional. (YOUNG, 2001, p.58, tradução nossa⁴⁴).

Outra importante perspectiva pós-colonial pode ser caracterizada pelos trabalhos do autor Homi Bhabha, com uma linha de pensamento que se aproxima de algumas conceituações pós-estruturais. Em seu livro “O Local da Cultura”, Bhabha (2003) analisa o processo de construção e desconstrução da identidade dos povos colonizados – tipificados como o Outro. Os colonizados foram caracterizados – a partir do discurso do colonizador europeu – de forma negativa, vistos como sociedades ‘atrasadas’ em comparação aos países da Europa. Com base nessa argumentação eram justificadas as ações dos colonizadores nos novos territórios.

Bhabha (2003) expõe que os colonizados tentam se inserir e absorver a cultura do colonizador, ou seja, estes passaram a imitar as ações e os princípios europeus. Para o autor, a mímica surge como uma importante tática de dominação aplicada no período colonial.

[...] a mímica colonial é o desejo de um Outro reformado, reconhecível, como sujeito de uma diferença que é quase a mesma, mas não exatamente. O que vale

⁴³ [...] marks the broad historical facts of decolonization and the determined achievement of sovereignty, but also the realities of nation and people emerging into a new imperialistic context of economic and sometimes political domination.

⁴⁴ The ‘post’ of postcolonialism, or postcolonial critique, marks the historical moment of the theorized introduction of new tricontinental forms and strategies of critical analysis and practice. Unlike the words ‘colonialism’, ‘imperialism’ and ‘neocolonialism’ which adopt only a critical relation to the oppressive regimes and practices as they delineate, postcolonialism is both contestatory and committed towards political ideal of a transnational social justice

dizer que o discurso da mímica é construído em torno de uma ambivalência; para ser eficaz, a mímica deve produzir continuamente seu deslizamento, seu excesso, sua diferença. [...] a mímica emerge como a representação de uma diferença que é ela mesma um processo de recusa. A mímica é, assim, o signo de uma articulação dupla, uma estratégia complexa de reforma, regulação e disciplina que se “apropria” do Outro ao visualizar o poder. (BHABHA, 2003, p. 130).

Os povos colonizados, segundo Bhabha (2003), estão inseridos em um ‘entre-lugar’, pois perderam sua identidade original e não conseguiram absorver completamente as características do colonizador. Dessa forma, Krishna (2009) analisa que a formação do pós-colonialismo para Bhabha pode ser compreendida como ‘híbrida’, em que as sociedades que foram colonizadas não possuem um caráter nativo, tradicional ou pré-moderno e sim híbrido. A concepção do ‘entre-lugar’ seria definida como um terceiro espaço, em que há o encontro das culturas distintas, mas não é determinado por nenhuma delas.

O hibridismo é uma problemática de representação e de individuação colonial que reverte os efeitos da recusa colonialista, de modo que outros saberes “negados” de infiltrarem no discurso dominante e tornem estranha a base de sua autoridade – suas regras de reconhecimento. (BHABHA, 2003, p.165)

O autor argumenta que os povos colonizados deslizam entre as duas áreas – o tradicional e o moderno. O terceiro espaço do hibridismo é composto pela dualidade e a adaptação desses povos. Krishna (2009) ressalta que, nas análises de Bhabha é exposto um acordo implícito entre as elites locais e os colonizadores. Assim, seus trabalhos têm o interesse de analisar as produções psicológicas da dominação em sociedades coloniais, por meio das relações entre as elites locais, a sociedade colonizada e o colonizador.

Os Estudos Subalternos são considerados por diversos autores uma importante vertente das pesquisas pós-coloniais. Segundo Krishna (2009), essa abordagem é direcionada à pesquisa da história dos países que não estão inseridos no Ocidente. Sua base foi originada pelos estudos relacionados à história da Índia colonial e pós-colonial; Ranajit Guha é considerado um dos principais pesquisadores da vertente. A contestação dos Estudos Subalternos está relacionada ao processo de modernização do colonialismo.

A Índia colonial não foi uma aberração de um processo original e hermeticamente fechado de modernização que ocorreu primeiro na Europa; mas sim, o colonialismo é a forma que a modernização assumiu na Índia, assim como a escravidão e a invenção de tribos foi a forma que a modernidade tomou a África, e a escravidão e o genocídio foram as formas que a modernidade tomou o Novo Mundo das Américas. (KRISHNA, 2009, p. 86, tradução nossa⁴⁵).

⁴⁵ Colonial India was not an aberration from an original and hermetically sealed process of modernizations that occurred first in Europe; rather, colonialism is the form that modernization took in India, just as slavery and the

Gayatri Chakravorty Spivak é outra importante teórica em relação aos Estudos Subalternos, seus trabalhos analisam como os discursos ocidentais representam o Outro (os povos do terceiro-mundo). Em seu livro *Pode o subalterno falar?*, Spivak (2010) analisa a construção de um tipo de representação em relação aos povos colonizados. A representação é construída por discursos hegemônicos dos países ocidentais, em que, muitas vezes, não há espaço para a contribuição das sociedades na construção de sua história. Os povos denominados como subalternos são “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p.12).

Spivak (2010) expõe que a tentativa de estudiosos em caracterizar o terceiro mundo auxilia somente na reafirmação de ações imperialistas, ou seja, a construção de teorias nesse contexto pode levar à limitação do pensamento e, assim, reiterar a posição de submissão ocupada pelos povos subalternos. Krishna (2009) argumenta que a análise de Spivak se aproxima a de Bhabha na compreensão da pós-colonialidade como uma ideia de desconstrução do espaço. Ou seja, é preciso considerar as sociedades que foram colonizadas e desenvolver críticas internas sobre as mesmas e não somente superar o período colonial, pois este também faz parte da formação social dos povos.

3.3 O Eurocentrismo e a História Africana

Após a exposição das principais perspectivas estudadas sobre pensamento pós-colonial, se mostra necessário para a articulação proposta nesse trabalho, o desenvolvimento de uma análise sobre a visão dessa perspectiva em relação ao eurocentrismo e ao papel do continente africano.

O eurocentrismo é uma temática frequentemente discutida pelos autores pós-coloniais, em sua maioria são desenvolvidas análises críticas sobre o conceito e sua aplicação. Grovogui (2006) expõe que o eurocentrismo pode ser considerado um fenômeno que se tem como premissa a superioridade europeia, no qual a estrutura política, econômica e social da Europa

invention of tribes was the form that modernity took in Africa, and genocide and slavery were the forms that modernity took in the New World of the Americas.

seria um modelo a ser seguido por outros países. Dessa forma, esta construção de pensamento eurocêntrica se tornaria referência para as ações dos outros Estados.

Amin (2009) destaca que, entre o século XVII e XVIII, o advento do Iluminismo foi um marco para a construção da modernidade. Nesse período, houve o surgimento do sistema capitalista. O capitalismo marcou uma mudança na história mundial, em que os sistemas políticos e as estruturas econômicas foram modificadas e embasadas em novos modelos. O autor caracteriza a modernidade como:

A modernidade é baseada na demanda para a emancipação do ser humano, a partir de sua libertação dos grilhões da determinação social em suas formas tradicionais anteriores. Esta libertação exige que se abra mão de formas dominantes de legitimação de poder na família, nas comunidades dentro de modos de vida e de produção que são organizados, e no Estado, tradicionalmente baseado em uma metafísica, geralmente de expressão religiosa. Portanto, implica na separação do Estado e da religião, uma secularização radical, que é a condição para o desenvolvimento de formas políticas modernas. (AMIN, 2009, p.25, tradução nossa⁴⁶).

Sendo assim, Amin (2009) argumenta que o eurocentrismo se baseia em um mito construído, pois até o Renascimento, a Europa estava ligada a um sistema regional em que estavam inseridos: árabes, cristãos, mulçumanos e europeus. O centro do sistema estava localizado a leste da bacia do Mediterrâneo, assim a Europa se encontrava em uma posição periférica. A configuração é modificada após a época renascentista, na qual o sistema capitalista é direcionado para o Atlântico, e o Mediterrâneo se transforma na periferia. A transformação para o mundo moderno se inicia no Renascimento, em que há a cristalização da sociedade capitalista e a expansão das ações imperialistas dos países europeus por outras partes do globo.

[...] a revolução cultural do mundo moderno abre o caminho para uma explosão de progresso científico e seu uso sistemático no serviço do desenvolvimento das forças de produção, e para a formação de uma sociedade secularizada que pode levar ao sucesso da aspiração democrática e sua celebração. (AMIN, 2009, p.149, tradução nossa⁴⁷).

⁴⁶ Modernity is based on the demand for the emancipation of human beings, starting from their liberation from the shackles of social determination in its earlier traditional forms. This liberation calls for giving up dominant forms of legitimating power in the family, in the communities within ways of life and production are organized, and in the state, traditionally based on a metaphysics, generally of religious expression. It, therefore, implies the separation of the state and religion, a radical secularization, which is the condition for the development of modern forms of politics.

⁴⁷ [...] the cultural revolution of the modern world opens the way for an explosion of scientific progress and its systematic use in the service of the development of the forces of production, and for the formation of a secularized society that can successfully carry the democratic aspiration to its conclusion.

Dessa forma, o autor afirma que o Renascimento foi um marco para a expansão europeia pelo mundo, as ações de conquista foram baseadas na ideia de uma superioridade dessa sociedade em relação a outros povos. A partir deste momento, houve a consolidação do eurocentrismo. Como consequência, a filosofia iluminista surgiu na Europa no século XVIII. Amin (2009) destaca que a base desse pensamento está ligada à ideia de que a ciência e a tecnologia estabelecem o desenvolvimento de uma sociedade. Tal movimento auxiliou na consolidação e na propagação das ideias europeias sobre desenvolvimento e capitalismo para outras regiões do globo.

Amin (2009) explica que esses acontecimentos na Europa marcaram o nascimento de um novo mundo moderno, que tinha como característica a mudança no pensamento político, econômico e social. Um dos pontos mais importantes desta nova configuração é a independência da sociedade civil, em que há uma divisão da esfera política e econômica.

Esta constitui a diferença qualitativa entre o novo modo capitalista e todas as formações pré-capitalistas. Os conceitos de vida política autônoma, a democracia moderna, e ciências sociais resultam desta autonomia da sociedade civil. Pela primeira vez, a sociedade parece ser governada por leis externas a vontade humana ou da realeza. A evidência para isto é a mais aparente imediatamente ao nível das relações econômicas. A partir de agora, a tentativa de descobrir as leis sociais não é mais, como era até o período de Ibn Khaldun e Montesquieu, o produto de uma curiosidade desinteressada; é uma questão de urgente necessidade para a gestão do capitalismo. É, portanto, não por acaso que a nova ciência social é construída sobre a base desta economia onipresente. (AMIN, 2009, p.159, tradução nossa⁴⁸).

O mesmo autor defende que, a partir da expansão da influência europeia pelo mundo, é possível perceber que há uma criação pelo Ocidente de uma versão unilateral sobre a história mundial. Assim, a história do Oriente – que é visto como o ‘Outro’ – foi reinterpretada e adaptada de acordo com o interesse ocidental, principalmente quando é abordada a questão da cultura; em que a civilização e a cultura europeias deveriam servir de modelo para as outras regiões do mundo. Amin (2009) argumenta que o eurocentrismo auxiliou na disseminação do racismo, justamente pela construção de uma visão que distancia o Outro e sobrepõe as características ocidentais. Ou seja, a cultura iluminista não soube tratar a questão da diferença e, por isso, encontrou no racismo uma justificativa para a oposição às culturas não europeias.

⁴⁸ It constitutes the qualitative difference between the new capitalist mode and all precapitalist formations. The concepts of autonomous political life, modern democracy, and social science result from this autonomy of civil society. For the first time, society appears to be governed by laws outside of human or royal will. The evidence for this is most immediately apparent at the level of economic relationships. From now on, the attempt to discover social laws is no longer, as it was until the time of Ibn Khaldun and Montesquieu, the product of a disinterested curiosity; it is a matter of urgent necessity for the management of capitalism. It is, therefore, not by chance that the new social science is constructed on the base of this all-pervasive economics.

Eurocentrismo não é, propriamente falando, uma teoria social, que integra vários elementos em uma visão global e coerente da sociedade e da história. É mais um preconceito que distorce as teorias sociais. Este é desenhado a partir de seu depósito de componentes, mantendo um ou rejeitando outro de acordo com as necessidades ideológicas do momento. (AMIN, 2009, p.166, tradução nossa⁴⁹).

Amin (2009) descreve que um dos principais elementos do eurocentrismo é a construção de uma imagem do ‘Outro’ (do Oriente). Para isso o autor utiliza a explicação de Edward Said sobre o Orientalismo, em que “refere-se à construção ideológica de um Oriente mítico, cujas características são tratadas como traços imutáveis definidos em simples oposição às características do mundo ocidental.” (AMIN, 2009, p.175, tradução nossa⁵⁰). Ou seja, os europeus se apropriaram da representação do próprio Oriente, assim estes povos são vistos através de uma lente ocidentalizada – baseada no desenvolvimento capitalista – e ao mesmo tempo limitada.

A concepção europeia e ocidental sobre formações sociais como a ideia de civilização, religião, cultura, raça, dentre outras, podem ser caracterizadas como determinantes e ao mesmo tempo contraditórias. Grovogui (2006) expõe que tais caracterizações são deterministas, racistas e opressivas; a partir do período colonial, não há espaço para o questionamento destas visões em relação ao funcionamento da sociedade.

Grovogui (2006) explica que a ideia do universalismo nas Relações Internacionais foi legitimada por dois fenômenos: o eurocentrismo e o estadocentrismo. Ou seja, o modelo europeu estabeleceu normas e práticas que deveriam ser seguidas por outras sociedades, dessa forma os sistemas políticos e sociais de outras regiões do globo foram suplantados.

Eurocentrismo gerou arquivos, linhas de investigação e modos de significação que postulam a Europa como moralmente coerente e ontologicamente superior e, portanto, a fonte e a inspiração da moralidade e das normas internacionais. Por sua parte, o estadocentrismo leva o Estado moderno a ser empiricamente e necessariamente o agente primário da ordem internacional, e, portanto, funde sua ausência com a injustiça ou anarquia. (GROVOGUI, 2006, p. 237, tradução nossa⁵¹).

⁴⁹ Eurocentrism is not, properly speaking, a social theory, which integrates various elements into a global and coherent vision of society and history. It is rather a prejudice that distorts social theories. It draws from its storehouse of components, retaining one or rejecting another according to the ideological needs of the moment.

⁵⁰ [...] refers to the ideological construction of a mythical Orient, whose characteristics are treated as immutable traits defined in simple opposition to the characteristics of the Occidental world.

⁵¹ Eurocentrism has generated archives, lines of inquiry, and modes of signification that posit Europe as morally coherent and onthologically superior and therefore the source and inspiration of international morality and norms. For its part, statecentrism takes the modern state to be necessarily and empirically the primary agent of international order and and thus conflates its absence with lawlessness or anarchy.

Dessa forma, Amin (2009) relata que com o passar do tempo os Estados Unidos também passaram a influenciar na disseminação do modelo ocidental para os outros países – localizados em regiões determinadas como periféricas. Ou seja, o projeto de universalização da cultura ocidental incorporou um ator estratégico. “Ao se impor em nível mundial, o capitalismo, nascido na Europa, criou uma demanda para o universalismo, tanto no nível da análise científica da sociedade como no nível da elaboração de um projeto humano capaz de transcender seus limites históricos.” (AMIN, 2009, p.175, tradução nossa⁵²).

O eurocentrismo pode ser analisado como um fenômeno social, “fácil de entender na multiplicidade das suas manifestações diárias, mas difíceis de definir com precisão”. (AMIN, 2009, p.179, tradução nossa⁵³). Desse modo, o fenômeno surge com diferentes intensidades em diversificados espaços, como: nas relações sociais, culturais, políticas, etc. A partir dessa nova configuração, também surge a necessidade de um novo tipo de administração política, que ocorre com a implementação da democracia. Ou seja, os países ocidentais (em especial os países europeus e os Estados Unidos) são vistos como modelos a serem seguidos em questões relacionadas ao cientificismo, à racionalidade, à eficiência econômica, ao respeito aos princípios democráticos e aos direitos humanos e à aplicação da justiça social.

O autor argumenta que essas premissas somente reforçam a ideia de que outros países não possuem estruturas políticas, econômicas e sociais que possam ser mais interessantes que o modelo Ocidental. Assim, a ideia de um subdesenvolvimento dos países localizados ao Sul do globo é consolidada. Sendo que a possibilidade de progresso e desenvolvimento das sociedades estaria diretamente relacionada à aplicação destas práticas externas. Ou seja, modelos distintos da democracia ocidental (em especial à visão de uma democracia poliárquica) e do desenvolvimento econômico (voltado para o capitalismo liberal) não possuem validade perante o sistema internacional. Como consequência da ‘imitação’, os países do Sul criam modelos híbridos, pois existem elementos tradicionais que se mesclam aos princípios eurocêntricos. “A ocidentalização do mundo iria impor a todos a adoção das receitas para a superioridade europeia: a livre iniciativa e do mercado, o secularismo e a democracia eleitoral pluralista.” (AMIN, 2009, p.180, tradução nossa⁵⁴).

⁵² In imposing itself on a worldwide scale, capitalism, born in Europe, created a demand for universalism as much at the level of scientific analysis of society as at the level of elaboration of a human project capable of transcending its historical limits.

⁵³ [...] easy to grasp in the multiplicity of its daily manifestations but difficult to define precisely.

⁵⁴ The Westernization of the world would impose on everyone the adoption of the recipes for European superiority: free enterprise and the market, secularism, and pluralist electoral democracy.

Sendo assim, a perspectiva pós-colonial também questiona o pensamento europeu em relação à diferença. a visão utilitarista da ciência, assim como a disseminação de modelos desenvolvimentistas universais. Grovogui (2006) destaca que a crítica desenvolvida pelo pós-colonialismo procura ressaltar a subjetividade das questões históricas e políticas expostas pelos europeus. Por exemplo, a existência de sistemas organizacionais complexos no continente africano antes do período colonial foi ocultada pela história universal que é disseminada pelo Ocidente. Dessa forma é necessário contestar a visão eurocêntrica, ir além dos postulados e das ideias já disseminadas, para que seja possível o desenvolvimento de novas formas de pensamento.

Ayers (2006) expõe que as ações de dominação europeias por todo o globo modificaram a história do continente africano no período pré-colonial. O autor considera esse tipo de dominação como uma ‘apropriação do passado’, pois a história da África foi reformulada por uma interpretação da Europa, em que diversas características e acontecimentos foram omitidos ou reinterpretados de acordo com o interesse dos colonizadores.

Como exposto anteriormente, o autor argumenta que na visão eurocêntrica da história estão enraizadas questões discriminatórias e raciais. Perspectivas diferentes de formações sociais e políticas – que existiram na África pré-colonial – eram vistas como errôneas ou atrasadas. No período da colonização, essa foi uma estratégia para a manutenção do controle dos colonizadores sobre as regiões colonizadas. Dessa forma, o modelo de construção político e social da Europa se tornou referência para o alcance do desenvolvimento.

Após o processo de independência dos países africanos, o modelo europeu foi perdurado, mesmo que os países europeus não detivessem o controle direto destas regiões sua influência indireta foi determinante para a construção dos ‘novos Estados’. Ayers (2006) argumenta que o modelo de democratização europeu foi disseminado para o resto do mundo, no qual países que não se enquadravam em tal cenário passaram a ser considerados como ‘atrasados’.

O ponto destacado pelo autor é que, na história apagada do continente africano, existem relatos de modelos políticos e sociais que podem ser considerados democráticos. Porém, estes não são considerados como opções de aplicação devido às estratégias dominação do modelo ocidental.

A ausência contínua e peculiar da África na História afirma-se no projeto imperial atual de "democratização". As noções e formas de comunidade política e democracia africanas têm sido dadas como invisíveis e, portanto, têm sido negadas. [...] De

acordo com esta narrativa imperial, é amplamente presumido que as sociedades e culturas africanas não são democráticas. Em ecos distintos da "missão civilizadora", os valores ocidentais democráticos neoliberais, as normas e instituições devem ser inculcados por meio das atividades dos agentes sociais do projeto de "democratização". (AYERS, 2006, p. 157, tradução nossa⁵⁵).

Ayers (2006) analisa uma inconsistência na imposição europeia por uma visão histórica unilateral, em especial na tentativa de propagação de um modelo político democrático universal. Pois o modelo democrático possui características específicas da cultura dos povos europeus, assim ao ser aplicado em culturas diferentes – como as dos povos africanos – são geradas distorções neste modelo. Ou seja, não se pode presumir uma universalidade a partir da visão europeia, é preciso reconhecer as especificidades locais de outras regiões, em especial das sociedades africanas.

Os sistemas políticos africanos foram desfeitos com o processo de colonização no continente. Os europeus modificaram as estruturas econômicas, sociais e políticas destas regiões, dessa forma a própria percepção interna foi modificada. Ou seja, mesmo após a independência os Estados africanos desenvolvem ações direcionadas a implementação de democracias.

Os estudos pós-coloniais criticam a universalização de um modelo político democrático liberal. Fayemi (2009) argumenta que este é um modelo externo com características inflexíveis que muitas vezes não consegue aplicação significativa nos países africanos. Isso ocorre devido às especificidades culturais e à herança dos modelos políticos que existiram na região.

O pensamento universalista de que a democracia liberal é a forma final de governo humano implica que os estados africanos não podem deixar de adotar a democracia liberal juntamente com o seu econômico correlato, o capitalismo, porque historicamente, [esta combinação] provou ser a mais viável, desejável e indispensável para enfrentar os desafios do desenvolvimento em nações do terceiro mundo. Quando examinado criticamente, essa visão universalista pode ser vista como uma tentativa imperialista em inventar uma nova disputa pela África. Enquanto a democracia poderia ter algumas características universais, a apresentação da democracia liberal como o messias político para resgatar a África de suas inclinações variadas pode ser vista como parte integrante do pacote de cordialidade de neocolonialismo. (FAYEMI, 2009, p. 107-108, tradução nossa⁵⁶).

⁵⁵ Africa's peculiar and continued absence from History asserts itself in the current imperial project of 'democratization'. African notions and forms of political community and democracy have been rendered invisible and therefore negated. [...] According to this imperial narrative, it is widely presumed that African societies and cultures are nondemocratic. In distinct echoes of the 'civilizing mission', Western neoliberal democratic values, norms, and institutions are to be inculcated through the activities of the social agents of the 'democratization' project.

⁵⁶ The universalist thinking that liberal democracy is the final form of human government implies that African states cannot but adopt liberal democracy with its economic correlate, capitalism, because historically, it has proved to be the most viable, desirable and imperative for addressing the challenges of development in third-

A partir deste contexto, Bhabha (2003) explica que o processo de colonização dos europeus na África levou à implementação do modelo político e social ocidental para o continente colonizado. Todavia, a consequência foi a formação de espaços híbridos. Ou seja, as características originais das sociedades africanas foram desfeitas, mas, ao mesmo tempo, os povos colonizados não conseguiram incorporar as características do modelo ocidental por completo.

Ayers (2006) questiona a universalidade imposta pelos europeus em relação ao seu modelo político, em especial a teoria democrática. Como exposto no capítulo anterior, os estudos relacionados à democracia e à participação política partem de conceitos propostos por teóricos como Joseph Schumpeter, Robert Dahl, Przeworski e Limongi, autores que possuem uma visão conservadora e baseada nas características das relações sociais e políticas de países ocidentais. “A noção ortodoxa de democracia constitui uma noção processual neoliberal ocidental de democracia que é culturalmente e historicamente específica. Na construção do universal, o projeto ilicitamente eleva sua peculiaridade em universalidade.” (AYERS, 2006, p. 158, tradução nossa⁵⁷). Assim, o continente africano é exposto como uma região em processo de desenvolvimento, em que objetivo final é o alcance da aplicação total do modelo de desenvolvimento político, econômico e social dos países do Ocidente.

O autor explica que as influências europeias sobre a África são marcantes ao ponto que muitos pesquisadores não conseguem estudar e analisar a real densidade da história africana. Em seus estudos, Ayers (2006) destaca uma história que traz uma diversidade de modelos políticos e sociais que existiram no continente antes do período de colonização. De acordo com Serrano e Waldman (2007), em muitas regiões africanas, as histórias foram marcadas pela oralidade, ou seja, o conhecimento das sociedades era transmitido através da fala. Essa forma era vista como primitiva para os europeus – já que estes utilizavam da escrita para a transmissão da história – assim as diversas histórias sobre África foram invalidadas. Ayers (2006) argumenta que, mesmo com o passar do tempo, a historiografia ainda direciona maior importância para a utilização da escrita.

Em seus estudos, Ayers (2006) também expõe alguns modelos africanos de organização política do século XIX. Em alguns modelos há o destaque para sistemas que

world nations. When examined critically, this universalist view can be seen as an imperialist attempt at inventing a new scramble for Africa. While democracy could have some universal features, the presentation of liberal democracy as the political messiah to rescue Africa out of her multifarious proclivities can be seen as an integral part of the cordiality package of neocolonialism.

⁵⁷ The orthodox notion of democracy constitutes a Western neoliberal procedural notion of democracy that is culturally and historically specific. In constructing the universal, the project illicitly elevates its peculiarity into universality.

continham características democráticas. Serão apresentados três modelos de organização política existentes na história das sociedades africanas: i) sistemas políticos segmentados; ii) organizações políticas centralizadas; iii) organizações políticas de conquista.

O autor ressalta que diversas sociedades africanas podem ser caracterizadas pelos sistemas políticos segmentados. As organizações tinham como característica a descentralização do poder e das instituições políticas. Elas estavam ligadas às relações de parentesco; não existiam governos centrais e, mesmo assim, as sociedades eram organizadas.

Os sistemas segmentados foram altamente descentralizados e sem dúvida, foram formas democráticas. A diferenciação social era mínima. Sistemas e práticas voltadas para a preservação da ordem e harmonia foram predominantes, embora as instituições judiciais e políticas formais fossem mínimas. Alega-se que tais sistemas políticos, demonstram que a chamada anarquia pode levar a solidariedade - a ordem social não é sempre e necessariamente não depende da existência de estados ou estadistas - em contraste com Hobbes e filósofos políticos posteriores da tradição liberal. (AYERS, 2006, p. 160, tradução nossa⁵⁸).

O segundo modelo é caracterizado por organizações políticas centralizadas, com uma hierarquia que tem como base a questão da territorialidade. Nesse tipo de organização não existia uma influência direta com a questão de parentesco. As autoridades administrativas eram centralizadas, com ênfase na hierarquia para o papel dos clãs e das linhagens dentro da ordem política. Ou seja, mesmo que ainda fossem importantes questões como o papel da família na organização social, a posse de terras era fator preponderante para a determinação da autoridade local. Ruanda é citada por Ayers (2006) como um exemplo, pois foi uma das regiões que antes da colonização tinha o funcionamento desse sistema político, em que a territorialidade determinava poder local.

O terceiro sistema político africano no período pré-colonial foi marcado por organizações políticas de conquista. O sistema estava relacionado a um tipo de administração hierárquica. “Este foi um período de intensa mudança histórica ao invés reprodução estável das relações habituais, viu o surgimento de organizações políticas de conquista no século XIX e o aumento associado da variante administrativa de chefia.” (AYERS, 2006, p. 170, tradução

⁵⁸ Segmentary systems were highly decentralized and arguably democratic forms of organization. Social differentiation was minimal. Systems and practices geared toward the preservation of order and harmony were prevalent, although formal judicial and political institutions were minimal. Such political systems, it is claimed, demonstrate that so-called anarchy can lead to solidarity - social order does not always and necessarily depend on the existence of states or statesmen - in contradistinction to Hobbes and subsequent political philosophers of the liberal tradition.

nossa⁵⁹). Este seria um mecanismo de governança com algumas sofisticações, pois a representação política – por meio dos chefes – passou a ter maior relevância e formalidade nas sociedades. É interessante citar que, neste sistema mesmo existindo uma centralização na escolha do chefe, o seu poder não era absoluto. Ayers (2006) expõe que um dos fatores que levaram ao surgimento desse modelo foi a expansão territorial de algumas sociedades africanas, em especial em grupos localizados na África Ocidental.

Com a exposição destas modalidades de organizações políticas, é possível perceber que, na história das sociedades africanas existiam sistemas políticos complexos e organizados que garantiam o funcionamento destas comunidades. Ayers (2006) pontua as características gerais dos sistemas:

Ilustram-se noções culturais e históricas específicas e formas de comunidades políticas e de democracias, documentando sistemas de bases e de regras elaboradas e diversificadas de governança caracterizadas por: complexos sistemas de direitos e obrigações; restrições da autoridade política; tomada de decisão coletiva e o princípio do consenso; mecanismos complexos para constranger e mediar as tensões ou oposições internas decorrentes de questões de parentesco, localidade, idade / geração e gênero; e elaborados procedimentos judiciais. (AYERS, 2006, p. 173, tradução nossa⁶⁰).

É importante destacar que o momento histórico foi propositalmente ignorado pelos europeus devido a suas estratégias imperialistas de dominação e propagação da ideia de uma história única, em que o modelo de organização política social ocidental deveria servir como o único exemplo de sucesso para outros países. Krishna (2009) ressalta que a visão histórica eurocêntrica explica a disseminação da ideia de desenvolvimento a partir da teoria da modernização. Dessa forma, a discussão sobre uma análise crítica a tal ideia será construída na próxima seção deste capítulo.

3.4 O Desenvolvimento e seus Questionamentos

⁵⁹ This was a period of intense historical change rather than the stable reproduction of customary relations and saw the emergence of nineteenth-century conquest polities and the associated rise of the administrative variant of chiefship.

⁶⁰ It illustrates culturally and historically specific notions and forms of political community and democracy, documenting elaborate and diverse rule-base systems of governance characterized by complex systems of claims and obligations; restrains on political authority; collective decision making and the principle of consensus; complex mechanisms to constrain and mediate tensions or internal oppositions arising from kinship, locality, age/generation, and gender; and elaborate judicial procedures.

Com o fim da II Guerra Mundial, os ideais desenvolvimentistas, a partir da teoria da modernização, passam a ser disseminados pelas grandes potências – em especial pelos Estados Unidos – para outras partes do globo. Como já exposto no capítulo anterior, o presidente norte-americano Harry Truman difundiu o pensamento que foi utilizado por outros países e organizações internacionais na formulação de ações para a promoção do desenvolvimento dos países denominados como subdesenvolvidos.

As ações eram baseadas na teoria da modernização, fundamentada no princípio de que todos os Estados deveriam seguir uma sequência de desenvolvimento. Dessa forma, “os teóricos da modernização tentam estabelecer semelhanças/universalidades, empregando dois binarismos – a demarcação espacial do dentro/fora e uma sequência de desenvolvimento da tradição à modernidade.” (BLANEY; INAYATULLAH, 2002, p. 108, tradução nossa⁶¹).

Escobar (1995) cita como exemplo um documento, de 1951, formulado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU que mostra a percepção do que deveria ser renunciado dentro dos Estados para o alcance do desenvolvimento econômico.

Há um sentido em que o rápido progresso econômico é impossível sem ajustes dolorosos. Filosofias antigas devem ser desfeitas; instituições sociais antigas devem se desintegrar; laços grupais, credo e raça devem ser rompidos; e um grande número de pessoas que não podem acompanhar o progresso deve ter as suas expectativas de uma vida confortável, frustrada. Muito poucas comunidades estão dispostas a pagar o preço total do progresso econômico. (ONU apud ESCOBAR, 1995, p. 4, tradução nossa⁶²).

É possível associar a ideia de desenvolvimento ao pensamento eurocêntrico, em que as especificidades sociais, políticas e econômicas dos países não são levadas em consideração. Ou seja, a solução estaria na reprodução das práticas dos países ocidentais, com a incorporação de um modelo externo de desenvolvimento. Escobar (1995) descreve que a tentativa gerou resultados opostos ao que se presumia, pois a economia de muitos países se tornou dependente dos sistemas econômicos das grandes potências; dessa forma as condições de subdesenvolvimento foram reforçadas.

O autor argumenta que, com o passar do tempo, o desenvolvimento foi transformado em um discurso que é reproduzido ao longo da história. Muitos países passaram a incorporar

⁶¹ Modernization theorists attempt to establish commonality/universality by employing two binaries — the spatial demarcation of inside/outside and a developmental sequence from tradition to modernity.

⁶² There is a sense in which rapid economic progress is impossible without painful adjustments. Ancient philosophies have to be scrapped; old social institutions have to disintegrate; bonds of cast, creed and race have to burst; and large numbers of persons who cannot keep up with progress have to have their expectations of a comfortable life frustrated. Very few communities are willing to pay the full price of economic progress.

estas ideias e, com isso, teve início uma ‘auto-caracterização’ do subdesenvolvimento. Ou seja, ao aceitarem tal condição, os Estados submetem-se a diversos tipos de intervenção nas esferas políticas, sociais e econômicas.

Outra relação que pode ser analisada é a semelhança entre o discurso colonial e a prática desenvolvimentista. A ideia do discurso colonial – como já exposto na sessão anterior do trabalho – consiste na construção de uma imagem negativa dos povos colonizados em que o objetivo é construir um sistema de dominação. Seguindo essa lógica, Escobar (1995) explica que o discurso desenvolvimentista estabeleceu mecanismos para o exercício do poder sobre os considerados subdesenvolvidos. As próprias nomenclaturas utilizadas no discurso – países do Norte e do Sul; terceiro mundo e primeiro mundo; centro e periferia – foram arquitetadas com o sentido de comparar e subjugar o Outro.

O autor observa que uma importante característica estabelecida pela prática desenvolvimentista foi a questão da pobreza. Esta seria um pressuposto determinante para a diferenciação entre os países do primeiro e do terceiro mundo. É válido ressaltar que, conforme esse critério, os países determinados como periféricos estariam localizados na América Latina, Ásia e África.

Uma das muitas mudanças que ocorreram no início do período pós-Segunda Guerra Mundial, foi a "descoberta" da pobreza em massa na Ásia, África e América Latina. Relativamente imperceptível e aparentemente lógica esta descoberta proporcionou a âncora para uma reestruturação importante da cultura global e da economia política. O discurso da guerra foi deslocado para a área social e para um novo terreno geográfico: o Terceiro Mundo. (ESCOBAR, 1995, p.21, tradução nossa⁶³).

Com base nessas características, é possível identificar a institucionalização do discurso desenvolvimentista, em que foram criadas políticas para o combate do subdesenvolvimento nas regiões. As próprias elites locais incorporaram o pensamento e aplicam as medidas consideradas “necessárias” para a modernização dos seus Estados. Escobar (1995) relata que as consequências destas ações foram a perda de recursos internos; o aumento das desigualdades sociais – ou seja, o maior empobrecimento dos países; a degradação do meio ambiente e das culturas locais. Dessa forma, as próprias populações do terceiro mundo passaram a se subjugar e a incorporar o discurso de diferenciação; “muitas pessoas no Terceiro Mundo começaram a pensar em si mesmos como inferiores, subdesenvolvidos e

⁶³ One of the many changes that occurred in the early post World War II period was the 'discovery' of mass poverty in Asia, Africa, and Latin America. Relatively inconspicuous and seemingly logical, this discovery was to provide the anchor for an important restructuring of global culture and political economy. The discourse of war was displaced onto the social domain and to a new geographical terrain: the Third World.

ignorantes e duvidando do valor de sua própria cultura, decidindo jurar lealdade aos banners da razão e do progresso.” (ESCOBAR, 1995, p.52, tradução nossa⁶⁴).

O autor analisa que o discurso do desenvolvimento é caracterizado por uma realidade histórica, porém, foi construído por meio de um conceito artificial – o subdesenvolvimento. Com o passar dos anos, algumas modificações ocorreram na formulação das políticas aplicadas ao combate à pobreza e ao incentivo a modernização, mas a base do discurso desenvolvimentista foi mantida. Ou seja, o exercício do poder sobre os países do terceiro mundo permanece, mas de formas mais sutis, através da normalização das práticas – em que a disseminação do conhecimento é controlada e há a institucionalização das ações sociais.

Jahn (2007a) destaca que a não adesão das práticas de modernização por alguns países criou a ideia de uma ameaça à segurança internacional. Países como os Estados Unidos e influentes organizações internacionais se esforçaram na elaboração de políticas que promovessem o estabelecimento de modelos políticos democráticos e economias liberais. Um dos mecanismos utilizados para a implementação dessas políticas nos países subdesenvolvidos se deu pela promoção de ações intervencionistas e também direcionadas para a ajuda humanitária.

Assim, a modernização teve que ser perseguida por todos os ângulos simultaneamente/ incluindo uma forte ênfase na segurança, a fim de evitar revoluções. Em muitos casos, as intervenções resultantes foram vistas a ser necessárias precisamente por causa da natureza mutuamente constitutiva do capitalismo, da democracia e da segurança na teoria liberal e de modernização. (JAHN, 2007a, p.100, tradução nossa⁶⁵).

A aplicação de um modelo universal de desenvolvimento somente reforça o poder dos países dos ocidentais. É preciso compreender que as formas de produção devem estar ligadas às características locais de cada região. “A reconstrução do desenvolvimento deve, portanto, começar por analisar as construções locais, à medida que estas são a vida e a história de um povo, isto é, as condições de e para a mudança. Isso leva em consideração a relação entre modelos e poder.” (ESCOBAR, 1995, p.98, tradução nossa⁶⁶). Ou seja, modos locais de

⁶⁴ [...] many in the Third World began to think of themselves as inferior, underdeveloped, and ignorant and to doubt the value of their own culture, deciding instead to pledge allegiance to the banners of reason and progress.

⁶⁵ Hence, modernization had to be pursued from all angles simultaneously / including a strong emphasis on security in order to prevent revolutions. In many cases, the resultant interventions were seen to be necessary precisely because of the mutually constitutive nature of capitalism, democracy, and security in liberal and modernization theory.

⁶⁶ The remaking of development must thus start by examining local constructions, to the extent that they are the life and history of a people, that is, the conditions of and for change. This brings into consideration the relation between models and power.

desenvolvimento são formulados de acordo com os processos internos de cada sociedade. Devido à hibridização dos povos, os processos levam em consideração as práticas tradicionais, a história colonial, questões econômicas e novas formações contemporâneas das regiões.

Muitas das ações desenvolvimentistas aplicadas nos países subdesenvolvidos até década de 1980 surtiram efeitos opostos, como o surgimento de governos autoritários, o aumento das desigualdades internas e a eminência de conflitos internos. Blaney e Inayatullah (2002) argumentam que, com o fim da Guerra Fria, houve uma tentativa de reformular as ações desenvolvimentistas aplicadas anteriormente com a expansão dos pressupostos democráticos e liberais. Neles, os princípios para a modernização foram reformulados com base em uma visão global, há uma tentativa de globalizar os processos de desenvolvimento.

Dessa forma, as fronteiras de influência foram alteradas, foi incorporado um discurso sobre a necessidade de uma governança global para auxiliar na promoção do desenvolvimento nas regiões consideradas instáveis. “Assim, o modelo de desenvolvimento do ‘sistema político’ liberal moderno, não está mais confinado no recipiente do Estado-nação; ao contrário, ele está solto no mundo, talvez, como uma sociedade civil global.” (BLANEY; INAYATULLAH, 2002, p. 116, tradução nossa⁶⁷).

É notório que as ações de modernização ainda determinavam a implementação do modelo democrático liberal nos países do terceiro mundo. Os autores argumentam que as premissas da paz liberal auxiliaram na promoção dessas ações. Para isso, novamente foram empregados binarismos, em que “a relação entre as democracias liberais e as suas ex-colônias é encenada como uma espécie de ‘jogo de moralidade’ de pureza e poluição – as concepções culturais dos liberais ocidentais são construídas como normal ou natural em relação aos povos e regiões marginalizadas.” (BLANEY; INAYATULLAH, 2002, p. 127, tradução nossa⁶⁸).

Blaney e Inayatullah (2002) questionam a universalização do modelo democrático liberal. Assim, o conceito de democracia passa a ser determinado por essa única premissa, em que não há questionamentos sobre a definição utilizada. Os autores citam Tanji and Lawson ao perceberem a influência das ideias desenvolvimentistas na formulação do próprio conceito sobre democracia.

⁶⁷ Thus, the model of the development of the modern, liberal ‘political system’ is no longer confined in the container of the nation-state; rather, it is loosed upon the world as, perhaps, a global civil society

⁶⁸ [...] the relationship between liberal democracies and their ex-colonies is staged as a kind of ‘morality play’ of purity and pollution — the cultural conceptions of Western liberals are constructed as normal or natural in relation to marginalized peoples and regions.

[...] a “resposta” para a questão do que constitui a “verdadeira democracia” está implícita no modelo de democracia assumido pela tese – um modelo que tem sido usado para demarcar as fronteiras de uma comunidade democrática na política mundial. Assim, o que a “democracia” significa, em tese é autoritariamente assumido com antecedência, posto como universal inquestionável, e implantados como a fundação de uma superioridade moral na esfera global. Implantação de pretensões de uma superioridade moral, com base em uma visão de “verdadeira democracia”, no entanto, muitas vezes, serve para intensificar as atitudes hostis por parte daqueles que são efetivamente excluídos, ou remetidos para a categoria do “incivilizado”... tais práticas só racionalizam os aspectos mais repugnantes da política de identidade. Os inimigos e os amigos podem ser construídos, salientando particulares identidades culturais que, por sua vez alimentam tendências de dicotomizar integrados / excluídos, democrático / não- democrático , tradição / modernidade , Ásia / Ocidente , e assim por diante. (TANJI; LAWSON apud BLANEY; INAYATULLAH, 2002, p. 127, tradução nossa⁶⁹).

Jahn (2007b) explana que os países ocidentais (juntamente a organizações internacionais) utilizam destas premissas para a promoção de uma política externa liberal direcionada a países que ainda não aderiram ao modelo, partindo do princípio de que “democracias de mercado produzem a paz interna e externa.” (JAHN, 2007b, p.215, tradução nossa⁷⁰). A autora explica que tais políticas podem ser divididas por três ações: intervenções militares, assistência a democracias e políticas de reconstrução (*peacebuilding*).

3.5 Considerações Finais

A partir do que foi colocado na seção anterior é possível analisar que há uma associação entre a questão do desenvolvimento e da segurança. A preocupação em relação à segurança não está ligada somente as relações entre Estados, Duffield (2001) argumenta que a exclusão dos países do Sul passou a ser considerada uma ameaça à estabilidade internacional. Pois nestes países os grandes níveis de desigualdade podem gerar conflitos, formação de grupos radicais, golpes de Estado, etc. “Dessa forma o subdesenvolvimento se tornou perigoso” (DUFFIELD, 2001, p.2, tradução nossa⁷¹). Assim, há uma ideia de difusão de

⁶⁹ [...] the ‘answer’ to the question of what constitutes ‘true democracy’ is implicit in the model of democracy assumed by the thesis — a model that has been used to demarcate the borders of a democratic community in world politics. Thus, what ‘democracy’ means in the thesis is authoritatively assumed in advance, posited as an unassailable universal, and deployed as the foundation of a moral high ground in the global sphere. Staking claims to the moral high ground on the basis of a vision of ‘true democracy’, however, often serves to intensify the hostile attitudes on the part of those who are effectively excluded, or consigned to the category of ‘the uncivilized’... such practices only rationalize the most repugnant aspects of identity politics. Enemies and friends can be constructed by stressing particular cultural identities that in turn feed into tendencies to dichotomize insiders/outsiders, democratic/non-democratic, tradition/modernity, Asian/Western, and so forth.

⁷⁰ [...] market democracies produce internal and external peace.

⁷¹ [...] underdevelopment has become dangerous.

desenvolvimento, em que são incorporadas questões como a resolução de conflitos, políticas de ajuda e a reconstrução social de Estados.

Duffield (2001) ressalta que mesmo com este tipo de exclusão do Sul, estes países tem se reintegrado ao sistema mundial liberal por meio da disseminação de ações transfronteiriças. Dessa forma é possível perceber a formação de redes ‘locais-globais’ e a construção de novos padrões – informais – de integração Norte-Sul. O autor ressalta que a distinção Norte e Sul não pode ser considerada somente geográfica, que devido às novas formas de interação esta denominação está relacionada a uma diferença territorial e também de modelos sociais.

Para esclarecer a ideia da relação do global com o local, Darby (2004) expõe a premissa de que a ideia de global, para alguns, está relacionada com as práticas de dominação, enquanto a perspectiva do local se relaciona com ações de resistência. Mesmo que nas literaturas sobre globalização o local é posto como a região de resistência, não há nenhum fator determinante para esta premissa. Porém no discurso internacional, a identificação étnica de grupos está relacionada ao surgimento de focos de violência, em que existe a suposição de que as origens locais (questões históricas, diferenças religiosas, etc.) justificam os problemas encontrados em algumas sociedades tradicionais. Dessa forma, Darby (2004) argumenta que este discurso passa a legitimar ações nestas regiões, como as intervenções humanitárias e promoção de governos democráticos.

Duffield (2001) argumenta que há um novo foco quando se relaciona a questões de segurança, em que não somente as guerras tradicionais (entre Estados) geram tensões, mas também se analisa o subdesenvolvimento como um agente propulsor ao conflito. A partir deste argumento o autor expõe que se cria uma lógica de que o subdesenvolvimento de um país é visto como uma ameaça e um possível destabilizador da ordem. Consequentemente esta ideia se torna uma justificativa para que os Estados desenvolvidos (juntamente com outras organizações internacionais) possam monitorar estes países considerados subdesenvolvidos e auxiliar na construção de Estados mais ‘estáveis’.

Phillip Darby (2004) analisa a existência de um senso de unidade na ordem global contemporânea, em que algumas doutrinas propostas convergem para um único projeto. Os preceitos podem ser exemplificados pela promoção da democracia, o estabelecimento de políticas neoliberais, a importância da terceirização e do papel da sociedade civil, o desenvolvimento social e as condicionalidades de ajuda para o mesmo, a necessidade de intervenções humanitárias em situações emergenciais, entre outros fatores. Essas premissas auxiliam para a construção da ideia de uma “gestão global” (DARBY, 2004, p.8, tradução

nossa⁷²). O pensamento auxilia a estabilização da ordem global e colabora para a reafirmação de uma liderança Ocidental no mundo.

As relações entre países do Norte e do Sul encontram obstáculos devido à visão da cultura ocidental e das dificuldades existentes na estrutura política internacional contemporânea. Dessa forma, a cultura política do Ocidente enaltece o sistema capitalista e democrático, não considerando outros tipos de sistema ou a possibilidade de “formações híbridas” (DARBY, 2004, p.16, tradução nossa⁷³). Assim, é possível analisar, ainda, que com a globalização “a racionalidade do mercado colonizou o espaço da política” (DARBY, 2004, p.16, tradução nossa⁷⁴).

Para Duffield (2001) as políticas liberais estão relacionais com a nova relação entre o Norte e o Sul, em que são criadas novas redes de governança. Nestas formações surge a participação de atores não estatais, assim como grupos supranacionais, locais e internacionais. É possível analisar que mesmo com a participação de novos atores, estas relações não enfraquecem o poder do Estado. Pois os países do Norte desenvolvem novas táticas para reafirmar sua superioridade, principalmente em questões referentes à segurança, resolução de conflitos e reconstrução de Estados. A partir destes argumentos pode se considerar a existência de uma ordem liberal global,

[...] a preocupação atual de governança global é estabelecer uma paz liberal em suas fronteiras problemáticas: para resolver os conflitos, reconstruir sociedades e estabelecer economias de mercado, como forma de evitar futuras guerras. O objetivo final da paz liberal é a estabilidade. (DUFFIELD, 2001, p.30, tradução nossa⁷⁵).

Com o passar do tempo e os resultados não esperados das políticas universais, surgiu o mesmo questionamento que se teve com a aplicação das ações desenvolvimentistas. Ou seja, há uma necessidade de reformulação sobre a ideia de aplicação de modelos universais e externos às características específicas dos países do terceiro mundo. Darby (2004) argumenta que é necessário reformular os modelos democráticos liberais e suas aplicações naquelas regiões. Sendo imprescindível observar a conjuntura interna (em especial as questões culturais) e desenvolver ações para que elas possam ser inseridas no contexto político internacional.

⁷² “global management”

⁷³ “hybrid formations”

⁷⁴ [...] that market rationality has colonized the space of politics.

⁷⁵ The current concern of global governance is to establish a liberal peace on its troubled borders: to resolve conflicts, reconstruct societies and establish functioning market economies as a way to avoid future wars. The ultimate goal of liberal peace is stability.

Conforme o que foi analisado neste capítulo, é possível perceber que os questionamentos do pós-colonialismo surgem pela necessidade de reformular a ideia de sobreposição dos países ocidentais sobre os outros Estados. Desde o período colonial até o advento da globalização, diversos artifícios de dominação foram criados para diferenciar os países. As práticas utilizadas pelas operações de paz também podem ser questionadas, principalmente as ações ocorridas na década de 1990.

Os princípios ocidentais das operações – em particular a democracia liberal – foram aplicados em regiões diversas, em especial em países do continente africano. Nesse contexto, este trabalho analisará dois casos específicos: as intervenções em Moçambique e Ruanda. Dessa forma no próximo capítulo será exposto um contexto histórico dessas regiões, para que depois seja possível estruturar uma análise – sob o viés pós-colonial – acerca da aplicação das operações de paz nestas regiões.

4 HISTÓRIAS CRUZADAS: MOÇAMBIQUE E RUANDA

O estudo da história do continente africano se torna importante para a compreensão da formação dos Estados modernos neste continente. O presente capítulo tem como objetivo apresentar a história do processo de colonização de dois países africanos: Moçambique e Ruanda. Em um primeiro momento, será analisado o processo da colonização europeia em todo o continente. Nesse processo, é importante destacar as características da África pré-colonial e os mecanismos de inserção utilizados pelos países europeus para a dominação dos territórios.

Moçambique e Ruanda foram marcados por graves conflitos internos após o processo de independência, em especial, nas décadas de 1980 e 1990. Para compreender a origem desses conflitos e os seus desdobramentos, é necessário uma análise sobre as mudanças sociais e políticas que ocorreram nessas regiões desde o processo de colonização, do período de emancipação até o ápice dos conflitos. A segunda parte deste capítulo consiste na exposição destas histórias que possuem características marcantes e influenciaram a formação dos Estados.

4.1 A Colonização do Continente Africano

Os sistemas políticos e territoriais existentes no continente africano (antes da intervenção dos europeus) eram considerados complexos e organizados, mas em uma perspectiva diferente da concepção europeia sobre a questão. De acordo com Döpcke, “as fronteiras políticas em si mesmas, ou o conceito de fronteira como linha reta não existiam na África pré-colonial”. (DÖPCKE, 1999, p.78). É possível compreender que, nesse período, a busca pela dominação política não era vinculada a nenhuma questão territorial, mas às relações entre as pessoas. Döpcke (1999) expõe, ainda, que, no mesmo contexto, existia a escassez de pessoas e não de terras. Dessa forma, as configurações identitárias e políticas não estavam diretamente ligadas aos limites territoriais.

A partir do século XVIII, ocorreu uma mudança na configuração política do continente africano. Segundo Arnaut e Lopes (2008), devido à junção de novas tribos, foi observado o desenvolvimento de novos reinos e um aumento populacional na região, resultando na necessidade de uma expansão territorial para a produção agrícola. A expansão sucedeu por meio de guerras, que, conseqüentemente, auxiliaram na formulação de

instituições (sociais e políticas) que estariam de acordo com os novos reinos até então formados. Os autores ainda ressaltam que, após a incorporação de um território por um determinado reino, existia um processo de integração da população que foi incorporada ao sistema. Dentro do reino, também não se constatava a existência de critérios “raciais” para a diferenciação da população.

No século XIX, os países da Europa demonstravam maior interesse político e econômico pelo continente africano. Nesse período, pelo fato da África passar por transformações e diversos conflitos relacionados, principalmente, às expansões territoriais internas, os europeus não eram percebidos como uma grande ameaça àqueles reinos. Arnaut e Lopes (2008) destacam que, inicialmente, o principal interesse dos países europeus era econômico, baseados em acordos comerciais, mas, com o passar do tempo, a expansão dentro do continente africano também passou a ter um caráter político e estratégico.

Devido à convergência de interesses dos países europeus dentro do continente africano há uma abertura para um ambiente de tensão e disputa, pois havia: “O expansionismo francês, o projeto inglês de domínio de costa a costa (do Egito ao sul da África), o idêntico desejo português (configurado na constituição da África meridional portuguesa) e o interesse do rei Leopoldo pelo continente.”. (ARNAUT; LOPES, 2008, p. 63). Uma das principais justificativas para a inserção dos povos europeus na África era a ‘necessidade’ de difusão do modelo civilizacional ocidental no continente.

Os reinos procuravam conter o avanço europeu dentro de limites aceitáveis através de tratados comerciais e de amizade. A luta só ocorria quando esta estratégia falhava. Como muitas vezes esta também falhava, recorria-se novamente aos tratados, como forma de permitir a sobrevivência do reino e de recompor as forças para o futuro. Independente da eficácia desta estratégia, o fato é que os africanos não ficaram impassíveis diante da chegada dos europeus. Lutaram contra esta penetração e foram derrotados, mas lhe opuseram as forças que conseguiram mobilizar na tentativa de manter sua autonomia e soberania. (ARNAUT; LOPES, 2008, p. 62)

No final de 1884 e início de 1885, quinze países europeus se reuniram em Berlim, a princípio para discutirem as divergências nos interesses expansionistas da França, Alemanha⁷⁶, Inglaterra e Portugal. Döpcke (1999) explica que na Conferência de Berlim não foram debatidas questões como a divisão territorial do continente africano; mas definidas ações comerciais – por exemplo, o livre comércio na bacia do Congo – e acordos de livre navegação em alguns territórios da África.

⁷⁶ Segundo Döpcke (1999), a Alemanha não detinha grande interesse na expansão para o continente africano, porém com as crescentes divergências entre França, Portugal e Inglaterra, era necessário um cenário de negociação; já que na perspectiva alemã a paz na Europa iria auxiliar na sustentação da Alemanha.

[...] a Conferência não ficou sem impacto. Popularizou a ideia colonial junto à opinião pública e, assim, acelerou a corrida pela África. O princípio da “ocupação efetiva”, que a Conferência limitou à costa, adquiriu certa importância durante a partilha do interior do continente. O princípio, portanto, não foi inventado pela Conferência. Há muito existia. No entanto, ainda que só houvesse sido formulado para o litoral, a aplicação do princípio estendeu-se, *na prática*, ao interior da África e aos protetorados. (DÖPCKE, 1999, p. 84)

A partir dos acordos bilaterais fechados após a Conferência de Berlim, entre os países da Europa, houve a divisão dos territórios africanos. Os acordos delimitavam as fronteiras e, assim, determinavam as novas colônias. Döpcke (1999) resalta alguns dos principais acordos bilaterais: em 1886, foi realizado o acordo germano-britânico, que determinava as novas demarcações da África Ocidental; na mesma época também ocorreram as negociações entre França e Portugal; também é importante citar a negociação entre Inglaterra e França no ano de 1898, tratando dos territórios referentes ao Sudão e ao Egito.

Conforme acordos firmados após a Conferência de Berlim, países como Reino Unido, Portugal e França expandiram suas áreas de influência, que antes eram delimitadas somente às regiões do litoral do continente africano. Gourevitch (2006) relata que a nova configuração territorial africana implicou em drásticas modificações nas sociedades do continente. Cabaço (2009) conclui que, mesmo que se tenham distintas interpretações históricas sobre a Conferência de Berlim, ela pode ser considerada um marco para a afirmação do poder colonial na África.

Regra geral, as linhas traçadas no mapa, muitas das quais definem ainda hoje Estados africanos, não guardavam nenhuma relação com as tradições políticas ou territoriais dos lugares que circunscreviam. Centenas de reinos e tribos que operavam como nações distintas, com suas próprias línguas, suas religiões e sua complexa história política e social, foram retalhados ou, mais frequentemente, aglomerados sob bandeiras europeias. Mas os cartógrafos em Berlim deixaram intactos Ruanda e seu vizinho ao sul, o Burundi, e designaram os dois países como províncias da África Oriental Alemã. (GOUREVITCH, 2006, p. 52).

Nesse período, na Europa, estavam sendo desenvolvidas pesquisas relacionadas à determinação das raças. Tais estudos serviram de base de conhecimento para a sustentação do processo de colonização europeu no continente africano. De acordo com Gould (2003), principalmente nos séculos XVIII e XIX, a ciência sobre as raças estava em ascensão, ao mesmo tempo em que é preciso analisar que, na época, os líderes políticos e os denominados intelectuais, embasavam-se na ideia de uma hierarquia social: em que os indígenas eram inferiores aos brancos e negros, por sua vez, estavam abaixo de todos.

Diversos argumentos eram utilizados para justificar tais estudos, desde a condição biológica - e por isso os povos estavam condicionados à colonização ou à escravidão - até a falta de conhecimento, atributo balizado apenas na educação e na cultura europeia.

[...] em fevereiro de 1885, coincidindo com o nascimento da "História Natural da Humanidade", ciência da qual brotara a chamada ciência das raças, a antropologia racial. Esta, emprestando o conceito de raça já existente na zoologia e na botânica, realizou uma classificação da diversidade humana em grandes raças constatadas biologicamente, e cujas características físicas eram tidas como suportes das qualidades morais, psicológicas, mentais e estéticas. [...] A raciologia, que estava na moda na Europa, foi então aplicada aos povos africanos que, apesar de terem em comum a maior concentração de melanina e alguns traços negróides, apresentam também algumas diferenças, notadamente na estatura, nas nuances do escurecimento da pele e em alguns detalhes do rosto. (MUNANGA, 2004, p.22)

Os estudos evolucionistas também desenvolveram análises antropológicas sobre os povos colonizados. Havia a premissa que essas sociedades seriam consideradas primitivas em comparação à Europa, sendo a função dos colonizadores levarem a ‘civilização’ àquelas regiões.

A verdade europeia, já não apenas religiosa, mas também cultural, científica, técnica e organizacional, “tinha” de ser levada a todos. A nova abordagem ideológica pacificava a consciência do velho continente e conciliava, no plano teórico e teológico, os imperativos da expansão econômica com os princípios éticos defendidos pelo liberalismo. O domínio de territórios do ultramar representava-se como uma reciprocidade de benefícios: se a Europa se apoderava de “riquezas inexploradas”, os africanos se beneficiariam da “civilização” e do “progresso”. (CABAÇO, 2009, p.86).

O processo de colonização do continente africano seguiu um modelo que facilitava a manutenção do poder e do controle dos países europeus sobre as novas colônias. Arnaut e Lopes (2008) explicam que as estruturas políticas implementadas poderiam ocorrer por duas formas: pelo processo de diferenciação ou por assimilação. O modelo de diferenciação consistia na acentuada distinção das características – físicas, culturais e políticas – entre os europeus e as sociedades africanas, os colonizados – além de inferiorizados eram vistos somente como uma opção de mão de obra econômica. O processo de assimilação pretendia mostrar, para os povos colonizados, que os sistemas políticos, econômicos e sociais tradicionais africanos seriam ‘atrasados’ em relação à sociedade europeia; logo, os africanos necessitavam da ajuda dos colonizadores para o alcance do “real desenvolvimento”, ou seja, seria necessária uma assimilação das características europeias.

Devido aos diferentes contextos encontrados pelos europeus no continente africano, em que algumas regiões possuíam grande articulação social e outras não, a dominação dos

povos ocorreu por meio dos modelos coloniais expostos anteriormente e pela influência direta ou indireta. Arnaut e Lopes (2008) relatam que as administrações diretas das colônias se davam por intermédio das metrópoles, em que os colonizadores se tornaram autoridades diretas ou determinavam as ações dos chefes locais. Já nas administrações indiretas, os colonizadores negociavam com as autoridades locais para a convergência das ações nas sociedades africanas. Os autores argumentam que a dominação indireta mantinha o controle das regiões e, simultaneamente, diminuía os custos das metrópoles. De forma geral, os modelos foram eficazes, mas é interessante ressaltar que ocorreram movimentos de resistência em relação à dominação europeia em algumas sociedades africanas; com o passar do tempo, os colonizadores conseguiram conter estes movimentos.

O fato é que a incorporação dos chefes e instituições africanas por parte da administração colonial ampliou os efeitos da colonização. Mesmo naquelas localidades onde a população não foi essencialmente afetada pela presença dos europeus, suas instituições políticas foram profundamente alteradas por esta incorporação. (ARNAUT; LOPES, 2008, p. 72).

Conforme os modelos coloniais implementados no continente africano, é importante destacar a mudança na economia local e internacional. Os autores citados acima expõem que as economias das colônias eram dependentes de suas metrópoles, e seus modelos de produção eram direcionados às necessidades europeias. Dessa forma, países europeus encontraram uma forma econômica e eficiente, pois utilizavam a mão de obra colonial e proporcionavam o desenvolvimento de suas metrópoles. Outras duas importantes consequências da colonização da África foram a mudança das culturas locais e a urbanização de diversas regiões pelo continente. Arnaut e Lopes destacam que estas consequências proporcionaram nestas colônias a “propagação da educação formal e princípios de uma nova identidade”. (ARNAUT; LOPES, 2009, p.73).

Cabaço (2009) ressalta que o processo de colonização no continente africano fez surgir duas sociedades hierarquizadas: a dominadora e a dominada. Essa distinção está além das questões culturais e raciais, já que as relações econômicas e políticas do período foi outro fator importante para a formação do sistema colonialista. O autor caracteriza a sociedade colonial africana com base em seus dualismos.

A sociedade colonial na África concebe-se e estrutura-se em consequência da uma multiplicidade de dualismos: frente a frente, bem demarcados, estarão não apenas “branco e preto”, “indígena e colonizador”, mas também “civilizado e primitivo”, “tradicional e moderno”, “cultura e usos e costumes”, “oralidade e escrita”, “sociedade com história e sociedade sem história”, “superstição e religião”, “regime

jurídico europeu e direito consuetudinário”, “código do trabalho indígena e lei do trabalho”, “economia de mercado e economia de subsistência” etc., todos eles conceitos marcados pela hierarquização, em que uns se apresentam como a negação dos outros e, em muitos casos, como a sua razão de ser. (CABAÇO, 2009, p.35).

No século XX os europeus conseguiram ocupar a África por completo, Cabaço (2009) analisa que este foi o momento de transição do mercantilismo (caracterizado também pelas ações escravistas) para a real instauração das colônias europeias no continente. A partir dessa breve exposição sobre o processo de colonização do continente africano, será analisada, nos próximos tópicos deste capítulo, a história de dois países do continente: Moçambique e Ruanda.

4.2 A Colonização de Moçambique

Os ancestrais dos povos *khoisani* foram os primeiros a se estabelecerem na região que hoje corresponde a Moçambique. Eles detinham seu status conforme a sua função na sociedade, que em sua maioria eram caçadores ou coletores. A partir do segundo século dC, ocorreu a migração dos povos *bantu* – originários da região dos Grandes Lagos – para Moçambique. Na região, havia abundância em matérias como o marfim e o ouro; no final do século VI, os povos iniciaram ações comerciais com outras sociedades do continente africano.

A partir do século XV, houve a tentativa na Europa de uma expansão comercial direcionada a outras partes do mundo, em que Portugal se destacou com suas embarcações e o mapeamento de novos territórios (pela África, América e pelo Oriente). De acordo com Cabaço (2009), o período foi marcado pelo início dos contatos entre povos da África Oriental (seriam moçambicanos da costa sul, devido a sua localização) e os portugueses, que estavam ligados a expedições comerciais a caminho do Oriente.

Do século XV até o século XVIII, territórios litorâneos africanos serviram de suporte para os expedicionários portugueses na função de cidades comerciais e postos de abastecimento. É válido ressaltar que, anterior ao contato com os europeus, a região do continente africano já possuía relações comerciais com os povos árabes. Dessa forma, M'Bokolo (2009) expõe que, a partir da chegada portuguesa ao continente – em especial na região litorânea – aconteceram divergências entre estes e os povos árabes, devido as disputas comerciais.

Os portugueses que permaneceram, nesse período, em território que hoje corresponde a Moçambique, desenvolveram mercados e negociavam com chefes locais a exploração de

terras. Com o passar do tempo, juntamente à institucionalização e ao apoio de Portugal, foi denominado como os Prazos da Coroa. Segundo M'Bokolo (2009), o sistema de prazos – oficializado em 1629 – determinava a concessão de terras em Moçambique para portugueses (alguns com descendência indiana) que residiam no território africano. Nas terras, os prazeiros exerciam suas próprias políticas em que legislavam, julgavam, arrecadavam tributos, entre outras ações.

O sistema de prazos, inicialmente, foi desenvolvido como um mecanismo para o desenvolvimento da estrutura colonial portuguesa no território moçambicano. Porém, com o passar do tempo, o sistema “modelava-se cada vez mais sobre as realidades africanas, para se confundir finalmente com elas”. (M'Bokolo, 2009, p. 502). A princípio, os prazeiros eram portugueses – membros importantes da sociedade portuguesa. Todavia, ocorreu uma mudança dessas lideranças, principalmente devido aos altos índices de miscigenação dos portugueses (homens e mulheres) com a população local.

Cabaço (2009) relata que o interesse de Portugal pela escravização e em especial sua comercialização não foi de imediato. A escravização da região moçambicana cresceu a partir do século XVII, em virtude da demanda por mão de obra em outras colônias europeias – localizadas no Atlântico e no Índico.

A presença portuguesa nas costas do Moçambique actual limitava-se a alguns postos militares e feitorias e aos Prazos da Coroa que se fixavam ao longo do vale do Zambeze. [...] O comércio de seres humanos começou a assumir relevância na segunda metade do século XVII, mas foi a partir dos anos 20 do século seguinte, quando os franceses iniciaram em grande escala o comércio humano para as plantações das suas colônias no Índico, que a região se tornou objeto de visita sistemática dos navios negreiros. (CABAÇO, 2009, p. 50).

A partir da metade do século XIX, começou a extinção da comercialização de escravos, e os colonos portugueses perdem um dos principais negócios em sua colônia. No entanto, o período formalizou uma elite dentro do território moçambicano, “é legítimo falar-se da existência em Moçambique de uma escravocracia branca, goesa e mestiça, pouco numerosa, mas económica e politicamente poderosa, em que algumas das principais famílias viviam com grande sumptuosidade.” (CAPELA apud CABAÇO, 2009, p.55). Dessa forma, mesmo que as práticas comerciais e o tráfico de escravos tenham diminuído, as relações sociais incorporaram ações de dominação, subjugação e o preconceito com os africanos.

Até esse período, Portugal não ocupava todo o território moçambicano. Mesmo com os diversos mecanismos de colonização, os portugueses procuravam reduzir os custos nas ações de conquistas. Assim, o uso da força não era prioridade, ocorriam negociações com as

autoridades locais, e aos poucos, foi realizada a expansão das áreas dominadas. A Conferência de Berlim, em 1886, auxiliou o desenvolvimento da formalização da colonização de Moçambique por Portugal. Porém, como já mencionado, o poder português dentro do território moçambicano ocorreu de forma gradual. A região sul da colônia, de vital importância estratégica, ainda agia de forma independente.

No final do século XIX, a coroa portuguesa analisou outras possibilidades para suas colônias na África. Os colonizadores passaram a investir na produção agrícola; pois, havia uma mão de obra barata e, ao mesmo tempo, o acesso a significativas fontes de matéria-prima para a produção. Cabaço (2009) relata que, no período, muitos mestiços estavam inseridos na elite colonial moçambicana; todavia com as mudanças conjunturais e a chegada de novos colonizadores portugueses, os mestiços começaram a perder o seu espaço.

É possível perceber que o principal objetivo da colonização dos territórios africanos era a necessidade do desenvolvimento da economia portuguesa. Para isso, era necessário modificar o pensamento local, a partir da promoção de ideias eurocêntricas sobre a educação, o trabalho e o funcionamento da sociedade. Os preceitos passavam “do exercício educacional para a prática produtiva; da transmissão de valores éticos, religiosos, cívicos e comportamentais para a sua aprendizagem por meio do esforço laboral ao serviço do colonialismo”. (CABAÇO, 2009, p.106).

Com base nesse princípio, a colonização efetiva de Moçambique ocorreu no início do século XX, adotada, principalmente, pelas políticas do governante português Salazar. Este determinou a adesão de uma política centralizadora e nacionalista em suas colônias. Para conter possíveis revoltas dentro das colônias portuguesas, foram criados mecanismos que produzissem a ideia de pertencimento a um território único (Portugal e suas colônias).

Com o objetivo de reforçar o conceito de uma unidade social dentro de Moçambique, o governo português desenvolveu a política de assimilação, em que se tem a criação de um novo grupo na sociedade. De acordo com Sumich (2008), os assimilados podem ser considerados como uma nova elite moçambicana, criada pelos colonizadores, para barrar o poder das antigas elites locais. A elite que foi criada possuía maiores direitos e vantagens que o restante da população moçambicana.

Este grupo tinha, geralmente, laços muito mais fracos com as formas de poder «tradicionais», constituindo, durante o período colonial, uma espécie de pequena burguesia africana, que era uma reduzidíssima minoria dentro da população indígena de Moçambique. [...] os *assimilados* exerceram até à abolição oficial do sistema, em 1961, uma influência desproporcionada em relação à sua pequena dimensão numérica. (SUMICH, 2008, p. 324)

O processo para que o moçambicano conseguisse o *status* de “assimilado” consistia na lealdade a Portugal, na adoção de hábitos europeus – considerados “civilizados” –, na opção do português como idioma único e oficial e, por fim, na obtenção do aval de um funcionário oficial da colônia. As vantagens que os assimilados detinham em relação ao restante da população consistiam no acesso à educação, a melhores trabalhos e à habitação em áreas urbanas; além de estarem assegurados por alguns direitos civis.

A política de assimilação deveria ser um processo em que o indígena mudaria seu *status* social, ocorrendo uma integração social do colonizado a comunidade portuguesa. Porém, em sua aplicação, o projeto não funcionou deste modo, por uma série de fatores, como a má gestão da colônia, a burocracia enfrentada para adquirir essa posição social e o próprio preconceito de muitos portugueses que não concordavam com tal ideia. Dessa forma, Cabaço (2009) relata que em Moçambique, havia uma separação social hierárquica, em que no topo se encontravam os portugueses, em segundo lugar estavam os assimilados e na última posição hierárquica se encontravam os indígenas⁷⁷ (locais).

Se, pela assimilação, o indígena ganhava o estatuto jurídico de cidadão, no plano social ele permanecia sempre um membro subalternizado, nunca visto pelos colonos como “um de nós” e sempre como “o mais civilizado deles”, o outro a quem, em vez do estigma da *caderneta* era imposto o estigma “privilegiado” do *alvará de assimilado*. O ritual de passagem traduzia-se num duplo rito de separação: afastava o assimilado do *indígena* e consagrava-o objetivamente como “casta inferior” no mundo dos “cidadãos”, mas subjetivamente como a “casta superior” no mundo dos autóctones. (CABAÇO, 2009, p. 119).

É notório que, a partir do século XX, o modelo de colonização português mudou de um sistema de diferenciação indireta para aplicação de uma política de dominação direta, estruturada pela assimilação. Por uma visão geral, é possível inferir a ideia de que a população de assimilados renunciou de sua cultura e dos costumes tradicionais. Mas autores como Rita Honwana citado por Cabaço (2009) relatam que “ao assimilar, as pessoas não estavam a negar automaticamente a sua cultura, sua raça e suas convicções. Estavam apenas à procura de uma vida menos insuportável. Era justo. Só que o colonialismo teve grande empenho em controlar os poucos assimilados que existiam”. (HONWANA apud CABAÇO, 2009, p. 120).

Com o desenvolvimento da colônia, houve a urbanização das principais cidades moçambicanas e, com isso, surgiu um novo grupo na sociedade. Este era formado pelos indígenas, que não viveram a política de assimilação, mas passaram a integrar o espaço

⁷⁷ Portugal definia como indígena: “indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascidos e vivendo habitualmente nelas (Angola, Guiné e Moçambique).” (CABAÇO, 2009, p.112).

urbanizado. Muitas vezes localizados nas periferias, conviviam com alguns hábitos tradicionais, mas, ao mesmo tempo, incorporaram costumes ocidentais. Assim, construíram uma nova identidade.

No período da II Guerra Mundial, devido à maior demanda por matérias-primas e à pouca oferta desses materiais, a economia de Moçambique aumentou significativamente suas exportações. Assim, o governo português constatou a necessidade de sua colônia para a estabilização de sua economia. Cabaço (2009) caracteriza a década de 1950 como um período de fortes intervenções para o favorecimento do colono e do estímulo às produções voltadas para a exportação. Com isso, tem-se o auge do desenvolvimento das áreas urbanas em Moçambique, enquanto o interior se encontrava abandonado.

Os protestos contra o governo português se iniciaram nas áreas rurais, em que a população começou a requerer melhores condições de vida. Cabaço (2009) relata que, com o passar dos anos, grupos locais se organizaram politicamente e contestaram as ações dos colonizadores. Eles requeriam uma maior inserção na sociedade, o acesso à educação e a novas possibilidades de trabalho. Até os próprios assimilados perceberam que seu *status* não permitiria a mobilidade social almejada e passaram a exigir mudanças na administração portuguesa.

Na década de 1960, vários países do continente africano conquistaram ou iniciaram a luta pela independência, o que fez com que o povo moçambicano almejasse ainda mais a sua autonomia. A sensação de inferioridade dos moçambicanos deu início a protestos e movimentos nacionalistas que cresceram com o apoio dos países vizinhos. Em todo o país aconteciam manifestações de cunho nacionalista, que repudiavam o domínio colonial português. Tais ideais eram explicitados por meio da arte, da literatura e da promoção de greves por parte dos trabalhadores.

Fry (2011) afirma que, naquele momento, o governo de Salazar não cedeu às pressões pela independência de suas colônias. Para justificar a manutenção de seu projeto colonial, Portugal alegava que o colonialismo português era diferente dos outros países europeus. Baseado na premissa do luso-tropicalismo⁷⁸, foi retomada a ideia de que por causa da miscigenação ocorrida em Moçambique e em outras colônias africanas, elas passariam a ser consideradas províncias portuguesas, ou seja, fariam parte de Portugal. Em 1961, com a reformulação conceitual dos grupos sociais devido ao *status* de província, a assimilação deixou de ser utilizada em Moçambique. Cabaço (2007) argumenta que essa modificação da

⁷⁸ Estudo desenvolvido por Gilberto Freyre.

caracterização social não conseguiu impedir o desenvolvimento de grupos sociais que questionavam a ação do Estado português e requeriam a independência de Moçambique.

A pressão por independência vinha da maioria das colônias portuguesas e ganhou apoio de outros países e organizações internacionais, como, a ONU. No contexto internacional, o fim da II Guerra Mundial e o início da Guerra Fria geraram influências dos ideais norte-americanos e da União Soviética. De um lado, estavam os Estados Unidos, que não possuíam vínculos com o colonialismo, mas proclamavam a ideia de independência e a disseminação da democracia para o mundo. Do outro lado, estavam as lideranças da Europa Oriental que tinham influências marxistas e um histórico de lutas de resistência contra o nazismo.

A União Soviética proclamava o direito dos povos à independência, animando e apoiando líderes nacionalistas que se opunham ao sistema colonial. Seus desígnios hegemônicos eram de natureza ideológica e passavam pelo anticolonialismo [...] A Guerra Fria, que cedo se declarou entre as duas potências, fazia da hegemonia econômica a ideológica do chamado “Terceiro Mundo” um dos elementos cruciais da confrontação entre os blocos. Ganhar a simpatia dos combatentes de liberdade das colônias da Europa era uma prioridade para a diplomacia das duas partes. (CABAÇO, 2009, p. 154).

Nesse período, surgiu a Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO) como um forte movimento de libertação no país. A formação da FRELIMO se originou com a união de três partidos regionais em Moçambique: União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), *Mozambique African National Union* (MANU) e União Africana de Moçambique Independente (UNAMI). A FRELIMO era um movimento nacionalista armado que desejava a independência de Moçambique e a implementação de um novo governo com base nos ideais marxistas.

A Frente de Libertação adotou como estratégia a conquista gradual de Moçambique, com a criação das “zonas libertadas” – áreas do território moçambicano livres de controle português. Em 1964, a organização já dominava a parte norte de Moçambique. Cau (2011) descreve que os objetivos da FRELIMO consistiam na conquista da independência de Moçambique e ao mesmo tempo a formação de uma nova sociedade, “na qual serão destruídos todos os vestígios do colonialismo e do imperialismo.” (CAU, 2011, p.26).

Ou seja, era necessária a construção de um novo país, onde não tivessem resquícios do modelo colonial nem mesmo da estrutura tradicional pré-colonial. “Em face da natureza multiétnica e multicultural da sociedade moçambicana, o esforço da unidade foi concentrado

nos princípios e objetivos da luta e tornou-se princípio subjacente a todos os valores teóricos da FRELIMO.” (CABAÇO, 2009, p.297).

As tropas portuguesas tentavam conter o avanço da FRELIMO, e os colonos se sentiam ameaçados com os movimentos de independência que surgiram na região. Com o passar dos anos ocorreu a escalada do conflito, o governo português não possuía alternativa senão conceder a independência de Moçambique, posto que a FRELIMO dominava grande parte dos territórios, e Portugal passava por dificuldades internas. Com a saída de Salazar do governo português em 1968⁷⁹, a vitória do movimento nacionalista e a independência do país se tornaram possibilidades reais.

A FRELIMO era formada por diferentes grupos sociais: intelectuais urbanos, estudantes, líderes religiosos e trabalhadores. A organização tinha como líder Eduardo Mondlane. Inicialmente ocorreram grandes divergências internas em relação ao direcionamento das ações da organização. De acordo com Sumich (2008), o assassinato do líder da FRELIMO em 1969 culminou em uma divisão interna da Frente de Libertação: a frente radical e outra conservadora. A primeira tinha como objetivo a independência com o estabelecimento de uma nova sociedade, enquanto o grupo conservador tinha como meta a independência e a promoção de um nacionalismo africano.

Em 1970, a frente radical da FRELIMO conseguiu unir a organização, postergando as divergências em prol de um objetivo maior, que seria a independência de Moçambique. Nessa época, Samora Machel foi nomeado líder da frente de libertação. Alguns autores ressaltam que grupos de assimilados das regiões urbanas (mais especificamente do Sul do país e de sua capital Maputo), compunham a frente radical.

Apesar do discurso anticolonial do centro e da FRELIMO, em geral, é impossível deixar de observar que o projecto socialista em Moçambique era acima de tudo mais «assimilacionista» do que os portugueses jamais se atreveriam a imaginar e é tentador sugerir que esta é uma das razões pelas quais a elite moçambicana considerava tão atractivo o programa socialista. Em termos estruturais, havia pouca diferença entre um Estado autoritário capitalista governado por um pequeno grupo de portugueses e assimilados «esclarecidos» e um Estado autoritário socialista gerido por um igualmente reduzido e esclarecido grupo de vanguarda. (FRY apud SUMICH, 2008, p.326).

Para alguns autores como Cabaço (2009), a interpretação sobre a influência de assimilacionistas dentro da FRELIMO não foi tão determinante para as futuras ações do movimento. “O projecto da FRELIMO [...] No limite, poderemos considerá-lo um projecto

⁷⁹ É importante ressaltar que Salazar deixa o poder português em 1968, porém o governo do Estado Novo permanece até 1974.

‘militarista’, na medida em que ele se estrutura em torno de *valores e comportamentos* surgidos da organização de uma força combatente.” (CABAÇO, 2009, p. 319).

Devido à instabilidade na região e ao aumento dos embates, os portugueses residentes em Moçambique começaram a deixar o país com o medo de retaliações. Cabaço (2009) relata que de 1970 até 1973 mais de 22 mil pessoas saíram do território moçambicano.

4.3 A Independência Moçambicana

Em abril de 1974, com a Revolução dos Cravos, o governo de Portugal foi destituído devido à grande insatisfação de sua população, um dos fatores resultou das guerras que estavam ocorrendo em suas colônias. O novo governo português aceitou negociar com os representantes moçambicanos e, em setembro do mesmo ano, foi estabelecido o cessar-fogo com a FRELIMO. O fim dos embates ficou conhecido pelos “Acordos de Lusaka”, em que foi estabelecido um governo provisório – formado por integrantes da FRELIMO juntamente com integrantes do governo português.

Em 25 de junho de 1975, Moçambique conquistou a sua independência. O governo moçambicano era liderado por Samora Machel, que implementou um governo socialista. O país se alinhou com o Marxismo-Leninismo, coligou-se à União Soviética e ao bloco do Leste. O governo adotou políticas como: a nacionalização das empresas, a substituição da propriedade de terra por feitorias estatais e cooperativas (coletivização da agricultura), e a extinção de profissões liberais.

É válido ressaltar que a maioria da população moçambicana era camponesa e na participação para a promoção da independência do país tinha uma pequena elite dentro da FRELIMO juntamente a diversas camadas da sociedade. Dessa forma, de acordo com Moore (1975), a revolução moçambicana e o processo de transição de uma sociedade tradicional para moderna poderiam ser caracterizados como uma revolução camponesa, em que resultou em um regime socialista.

A opção de uma via socialista marcaria decisivamente a política de identidade seguida pela FRELIMO depois da sua independência nacional. Foram, contudo, as desigualdades sociais, a violência, os abusos, a iniquidade da distribuição de renda e benefícios e a exploração do sistema colonial que, criando um sentimento de revolta e uma sede de justiça, constituíram os factores decisivos na opção dos guerrilheiros. (CABAÇO, 2009, p. 314).

Cabaço (2009) cita um relato de J. Ziegler, que visitou Moçambique poucos anos após sua independência. Para ele, o movimento revolucionário da FRELIMO mantinha uma distância e certa independência dos planos internacionais da União Soviética. Em que a prioridade era a reconstrução do Estado moçambicano, com ações democráticas participativas, a distribuição das riquezas e a promoção de uma igualdade social. Mesmo que a maioria da população tenha apoiado a luta da FRELIMO pela independência do país, havia grandes divisões sociais internas, e alguns grupos, por exemplo, as sociedades mais tradicionalistas – não concordavam com os princípios propostos pela organização.

Após a independência, o governo de Samora Machel percebeu que a situação do país era delicada, Dinerman (2006) relata que o governo português havia deixado a economia moçambicana em uma grave crise. Ao mesmo tempo, poucos anos após a independência, a maioria da população portuguesa e parte considerável da população africana e mestiça que eram alfabetizadas haviam saído de Moçambique. A saída desses grupos afetou a estrutura interna do país, principalmente nos centros urbanos, em que diversas empresas e indústria fecharam e, com isso, as taxas de desemprego se elevaram.

O êxodo levou com ele praticamente todas as habilidades administrativas, técnicas e gerenciais com as quais Moçambique colonial havia sido dotada. Postos-chave no governo e no setor privado foram deixados vagos. Desemprego urbano subiu como também o fechamento de empresas e indústrias inteiras. A rede de comercialização rural dominada pelos brancos foi paralisada. O colapso dos circuitos de negociação no interior comprometeu o acesso de milhões de pequenos agricultores aos gêneros alimentícios, utensílios domésticos, sementes e ferramentas. Além disso, significou a perda de uma saída vital para os seus excedentes agrícolas. (DINERMAN, 2006, p.49, tradução nossa⁸⁰).

Nos primeiros anos deste governo, é possível analisar que as ações políticas não caminhavam em conjunto com as questões econômicas. Dessa forma, algumas decisões na esfera política tiveram impacto negativo na economia moçambicana. Por exemplo, o fechamento da fronteira com a Rodésia⁸¹ em 1976 – mesmo sendo uma decisão aprovada pelas Nações Unidas, que diminuiu o volume de mercadorias transportadas pela região, sendo que este era um dos principais negócios para a economia de Moçambique. Outro fator destacado por Cau (2011) eram as ações de ajuda econômica e humanitária da FRELIMO em

⁸⁰ The exodus took with it virtually all of the administrative, technical and managerial skills with which colonial Mozambique had been endowed. Key posts in government and the private sector were left vacant. Urban unemployment soared as businesses and entire industries closed. The white-dominated rural marketing network ground to a halt. The collapse of trading circuits in the outback jeopardized the access of millions of smallholders to foodstuffs, household essentials, seeds and tools. In addition, it meant the loss of a vital outlet for their agricultural surpluses.

⁸¹ Atual Zimbábue

outras regiões do continente africano que lutavam pela independência. O alinhamento com a União Soviética – mesmo que não fosse de uma forma direta – também implicou no enfrentamento de algumas sanções impostas pelos países ocidentais.

Uma das medidas aplicadas pelo governo para solucionar a questão do desemprego foi o incentivo da população para o campo. Dinerman (2006) explica que o projeto consistia na socialização da produção, em que os agricultores deveriam trabalhar em prol de uma produção coletiva. As fazendas em sua maioria foram apropriadas pelo Estado, como consequência dessa nova forma de trabalho surgiram as “aldeias comunais” em que há o fornecimento de serviços básicos como saúde, educação e socialização da produção. A autora destaca que, durante os anos de 1977 a 1983, o programa foi a principal meta do governo moçambicano, e assim, a maioria do orçamento governamental era direcionado ao projeto.

A produção agrícola socializada não trouxe os retornos esperados, sendo que os próprios agricultores perceberam que a produção familiar seria mais vantajosa que o modo de produção coletiva. Era necessário um alto investimento em tecnologia, ao mesmo tempo, a partir do final da década de 1970, o país passou por desastres naturais, por exemplo, longos períodos de seca. Inicialmente, a FRELIMO tinha o apoio da população para suas reformas no âmbito político, social e econômico. Porém, muitos problemas não conseguiram ser solucionados após a independência. Dentro da sociedade existiam desigualdades, como, o diferente acesso aos níveis educacionais, dificuldades econômicas, entre outros problemas.

Na esfera política o governo não conseguiu aplicar o modelo de organização política prometido no período de luta pela independência. Devido ao contexto econômico, o governo detinha variadas restrições institucionais e ainda não souber lidar com as diferentes esferas sociais existentes em Moçambique. Com isso um governo que proclamava a participação popular transformou-se em uma gestão autoritária

O Estado, substituindo o carisma da independência pelo autoritarismo do cotidiano, contrapôs-se aos privilégios herdados, a cidadãos urbanos inculturados pelo colonialismo e a sectores do poder tradicional, desencadeando reações emocionais e novos processos da identidade por oposição. (CABAÇO, 2009, p. 321).

As insatisfações com a FRELIMO surgiram por uma série de fatores; porém, é interessante expor que algumas políticas de médio e longo prazo, implementadas pelo governo geraram resultados satisfatórios. Dinerman (2006) destaca algumas ações positivas desenvolvidas, como o direcionamento de parte significativa do orçamento do Estado para a educação e a saúde. Como exemplo de resultados dos investimentos, é possível citar que, no período colonial, somente 7% da população tinha acesso aos serviços de saúde; já no ano de

1982, mais de 50% da população estava assegurada pelos serviços de assistência médica. A autora também expõe dados relevantes sobre o desenvolvimento educacional em Moçambique.

Durante os primeiros cinco anos da independência 495 escolas primárias e setenta e uma escolas secundárias foram construídas ou ampliadas e mais de 6.900 professores foram treinados; as matrículas na escola primária mais que duplicaram, enquanto a matrícula em escolas secundárias saltou de 23.980 para 92.815 alunos. Como resultado das campanhas anuais de alfabetização de adultos, cerca de 360.000 pessoas aprenderam a ler e escrever entre 1978 e 1982. (DINERMAN, 2006, p.53, tradução nossa⁸²).

A partir da conjuntura interna de Moçambique, surgiram movimentos contrários à FRELIMO, e, em 1979, ocorre uma rebelião armada anticomunista, liderada pela Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO). O grupo foi criado pelos serviços secretos da Rodésia do Sul, possuía o apoio da África do Sul e dos países aliados ao bloco ocidental para a mudança do governo moçambicano. O levante almejava enfraquecer o governo e suas bases socialistas.

Cau (2011) explica que a RENAMO era um grupo composto por militares moçambicanos do período colonial e por colonos portugueses – naquele momento, residentes na Rodésia – que ainda tinham interesses econômicos e estratégicos em Moçambique. O apoio da Rodésia à RENAMO seria uma resposta às ações de incentivo da FRELIMO aos movimentos de independência do Zimbábue. Os conflitos desestabilizadores entre FRELIMO e RENAMO cresceram até o ponto de plena guerra civil no começo dos anos 1980.

Inicialmente, as ações da Resistência Nacional de Moçambique não detinham uma finalidade política concreta, Robinson (2006) ressalta que o objetivo do movimento era somente a destituição do regime comunista em Moçambique. Em uma entrevista a uma rádio local, o primeiro presidente da RENAMO, André Matsangaissa, declarou: “Nós não estamos interessados na elaboração de políticas... mais tarde, teremos que desenvolver políticas, mas primeiro o comunismo deve sair do nosso país”. (MATSANGAISSA apud ROBINSON, 2006, p.54, tradução nossa⁸³).

Em 1982, foi elaborado um manifesto em que o grupo desenvolveu outros objetivos relacionados à mudança de governo em Moçambique. A RENAMO propôs a criação de um

⁸² During the first five years of independence 495 primary schools and seventy-one secondary schools were built or expanded and over 6,900 teachers were trained; primary school enrollment more than doubled while secondary school enrollment jumped from 23,980 to 92,815 students. As a result of annual adult literacy campaigns, about 360,000 people had learned how to read and write between 1978 and 1982.

⁸³ We are not interested in policy making ... later we will have to work out politics but first communism must go from our country

Estado democrático multipartidário, o estabelecimento de um sistema econômico liberal, a criação de novas políticas educacionais, de saneamento e infraestrutura, a garantia dos direitos civis, a promoção de eleições livres, a criação de uma nova constituição para o país, entre outras ações. Robinson (2006) argumenta que os atos praticados pelo grupo nos embates internos em Moçambique não correspondiam com os ideais propostos. Na realidade, a construção do manifesto visava à obtenção do suporte internacional dos países ocidentais e das organizações internacionais.

A estratégia da RENAMO era a desestabilização do governo moçambicano, suas investidas no território não tinham o interesse em ocupar as cidades que percorriam, o grupo direcionava seus ataques a locais estratégicos que representassem o Estado – áreas militares, rodovias, locais importantes utilizados pela população, etc. As estatísticas estimam que “entre 1980 e 1988 essas metas incluíram 1.800 escolas, 720 unidades de saúde, 900 lojas e 1.300 caminhões e ônibus, em uma tentativa de 'exorcizar' as áreas controladas pela Renamo da influência do governo.” (ROBINSON, 2006, p.58, tradução nossa⁸⁴). Além dos alvos estipulados, a organização também planejava: paralisar a produção e a venda de alimentos; desestabilizar a economia rural; e interromper a distribuição elétrica e o fluxo de transportes no país.

A população moçambicana se mostrava insatisfeita com o governo da FRELIMO, algumas cidades mais afastadas de Moçambique – devido à falta de apoio do governo nas regiões – aderiram às ideias do grupo opositor. Robinson (2006) analisa que os grupos que passaram a apoiar as ações da RENAMO no país eram formados em sua maioria, por agricultores – que não concordavam com o modelo de produção socializada – e por grupos tradicionais que tinham o interesse em reavivar na sociedade um modelo cultural hierárquico. Porém, é válido ressaltar que significativa parcela da população não apoiavam as ações da RENAMO, consideravam um grupo violento.

Dinerman (2006) expõe que, entre 1983 e 1984 os ataques da RENAMO foram se intensificando e, ao mesmo tempo, Moçambique passava por um grave período de seca. Dessa forma, ações de auxílio à população foram prejudicadas, proporcionando uma crise alimentar no país. Como consequência da junção de fatores, calcula-se que aproximadamente 100 mil pessoas morreram por falta de alimentos.

⁸⁴ [...] between 1980 and 1988 these targets included 1,800 schools, 720 health units, 900 shops and 1,300 trucks and buses, in an attempt to 'exorcise' Renamo-controlled areas of government influence.

A Guerra Civil de Moçambique foi um conflito brutal em que cem mil moçambicanos morreram como resultado direto da guerra e até um milhão pereceram por causa da fome induzida pela guerra e a negação de serviços médicos. Quase cinco milhões de moçambicanos foram deslocadas de suas casas, muitos fugiram para as cidades controladas pelo governo para escapar do conflito. Mas, muitas vezes tem sido as histórias horríveis de morte e mutilação que acompanharam a guerra, em vez de as estatísticas, que cristalizaram a opinião internacional contra a Renamo. (ROBINSON, 2006, p.70, tradução nossa⁸⁵).

A crise econômica em Moçambique impossibilitava a FRELIMO de desenvolver estratégias para conter o avanço dos ataques do grupo opositor. Cau (2011) relata que o governo moçambicano recorreu a acordos de cooperação com os países do Leste Europeu, na esperança de adesão no Conselho de Ajuda Mútua Econômica (CAME) e na liberação de um pacote econômico para a recuperação e o desenvolvimento da região; porém, tais tentativas falharam. Do lado Ocidental o país já tinha grandes débitos com o FMI, para requerer maior auxílio e a renegociação da dívida, a instituição exigia a mudança do sistema econômico e a adesão por completo na organização. Os Estados Unidos reforçavam o discurso do FMI e exigiam que o país negociasse um acordo de pacificação com a África do Sul⁸⁶.

Robinson (2006) analisa que, em 1984, surgiram pontos de discordância entre representantes da FRELIMO. As forças armadas entraram em divergência em relação às ações de retaliação contra o grupo opositor e não concordavam com as ações do presidente Samora Machel. Devido à falta de recursos e ao crescente avanço da RENAMO pelo país, o presidente procurava alternativas por meio da negociação de um acordo de paz entre as partes.

Em outubro de 1986, o presidente de Moçambique, Samora Machel, retornava de uma reunião na Zâmbia quando o avião em que estava caiu próximo à fronteira com a África do Sul. O presidente, os outros passageiros e integrantes da tripulação morreram. Muitas especulações foram levantadas sobre a causa da queda do avião, existem teorias sobre uma possível sabotagem do avião. Após o incidente, Joaquim Chissano (Ministro das Relações Exteriores de Moçambique) assumiu a presidência do país.

Joaquim Chissano detinha o apoio de diferentes grupos da FRELIMO – lideranças militares e políticas. O novo presidente seguiu algumas políticas do governo anterior, mas mudou o posicionamento do país para questões importantes como a crise econômica nacional e em relação à RENAMO. “Chissano [...] acelerou a liberalização econômica, e rejeitou a

⁸⁵ The Mozambican Civil War was a brutal conflict in which one hundred thousand Mozambicans were killed as a direct result of warfare and up to another million perished because of war-induced famine and the denial of medical services. Almost five million Mozambicans were displaced from their homes, many fleeing into the government controlled cities to escape the conflict. But it has often been the gruesome stories of killing and mutilation accompanying the war, rather than the statistics, that have crystallised international opinion against Renamo.

⁸⁶ Com o fim da Rodésia a África do Sul se tornou uma das grandes apoiadoras da RENAMO.

possibilidade de uma solução negociada para a guerra civil.” (ROBINSON, 2006, p. 248, tradução nossa⁸⁷). Ou seja, prevalece o objetivo de combater, militarmente, o grupo opositor à FRELIMO.

Em 1987 os ataques da RENAMO cresceram na região sudeste de Moçambique, o grupo ainda tinha o importante apoio de grupos localizados na África do Sul e que tinham o interesse de destituir o governo da FRELIMO. Os embates entre o governo e o grupo opositor aumentaram – além dos confrontos diretos, a RENAMO realizava ações de emboscada pelo território moçambicano.

O novo presidente começou a aplicar suas estratégias para combater a oposição e estabilizar a economia. A partir do mesmo ano as negociações com o FMI e o Banco Mundial foram desenvolvidas e a FRELIMO estabeleceu um plano de recuperação econômica para o país. Este plano tinha como objetivo aumentar as ações de liberalização por meio do auxílio das instituições financeiras internacionais. Robinson (2006) analisa que, a partir desse momento, a ideologia marxista-leninista da FRELIMO foi suplantada. Essas ações levaram a um grande descontentamento de muitos membros do partido, que organizaram protestos e greves contra as medidas liberais. É possível perceber uma mudança de direcionamento ideológico do governo moçambicano, assim, as relações com os países aliados do leste europeu foram desestabilizadas.

Em julho de 1987, um violento ataque da RENAMO ao vilarejo de Homóine – em que aproximadamente 424 civis foram mortos – causou uma comoção internacional. O acontecimento também auxiliou a retomada de negociações diplomáticas entre Moçambique e África do Sul, pois o governo sul-africano – já muito questionado por sua política do apartheid – ao condenar os atos, tinha o interesse em sustentar o apoio que tinha do bloco ocidental.

Na sequência do massacre de Homóine a imagem internacional da Renamo foi substancialmente danificada e o governo da Frelimo ganhou a simpatia generalizada. O incidente pôs fim à esperança de muitos dos apoiadores americanos da Renamo, que seu governo jamais iria apoiar oficialmente o grupo, sufocando as atividades de políticos pró-Renamo e fazendo o objetivo das negociações a estratégia dominante promovida pela CIA apoiado por minimalistas dentro do escritório dos EUA. Presidente Chissano pragmaticamente abraçou esta oportunidade para o avanço diplomático. (ROBINSON, 2006, p. 272, tradução nossa⁸⁸).

⁸⁷ Chissano [...] accelerated economic liberalization, and rejected the possibility of a negotiated end to the civil war.

⁸⁸ In the wake of the Homóine massacre Renamo's international image was substantially damaged and the Frelimo government gained widespread sympathy. The incident put an end to the hope of many of Renamo's American supporters that their government would ever officially support the group, stifling the activities of pro-Renamo politicians and making the aim of negotiations the dominant strategy promoted by CIA backed

No final de 1987 e início de 1988, o retorno das relações diplomáticas com a África do Sul ficou marcado também como uma tentativa de negociação para o fim do conflito entre a FRELIMO e a RENAMO. O governo de Joaquim Chissano alcançou diversas vitórias contra as ações do grupo opositor. Como represália, a RENAMO realizou verdadeiros massacres por todo o país. Dessa forma a tentativa de conciliação entre as partes se tornou cada vez mais complexa. Nesse momento, países como Estados Unidos, França e Reino Unido demonstraram o seu apoio ao governante da FRELIMO e ofereceram auxílio para a pacificação de Moçambique; porém, Chissano ainda se mostrava resistente em desenvolver um acordo de pacificação com a RENAMO.

Dinerman (2006) relata que, em 1988, com os crescentes embates entre os grupos, a RENAMO começou a criar mecanismos para se transformar em um partido político. A ação ganhou força principalmente no final daquele ano, quando foram iniciadas algumas negociações indiretas para a pacificação do país. “Tornou-se imperativo para a Renamo ser capaz de negociar eficazmente com a Frelimo, para angariar apoio em casa e no exterior, desenvolver a capacidade de estabelecer e supervisionar as administrações civis, e para competir em eleições multipartidárias.” (DINNERMAN, 2006, p.60, tradução nossa⁸⁹).

Em 1990, no contexto do pós Guerra Fria, o governo de Chinasso estreitou as relações com países e organizações ocidentais. Isso gerou insatisfações populares, principalmente devido às consequências dos acordos firmados com o Banco Mundial e o FMI. As instituições exigiram ajustes estruturais na economia do país, além de uma fiscalização nas contas públicas, um dos principais cortes deveria ser realizado nos orçamentos militares. Os militares da FRELIMO passam a questionar a gestão do presidente, já que a luta contra a RENAMO continuava por todo o território moçambicano.

Pressionado por atores externos para uma negociação entre FRELIMO e RENAMO, o presidente de Moçambique passou a tomar decisões que pareciam estar direcionadas para a mudança da constituição no país e a instituição de um modelo político democrático. Todavia, sua estratégia também consistia em coagir o grupo opositor a negociar o fim dos conflitos.

Durante abril de 1990, o Presidente Chissano viajou para Lisboa e pessoalmente dirigiu-se para cerca de mil dissidentes moçambicanos, convidando-os a regressar a Moçambique e contribuir para o debate sobre uma nova Constituição. Essa ação foi

minimalists within the US office. President Chissano pragmatically embraced this opportunity for diplomatic advancement.

⁸⁹ It became imperative for Renamo to be able to negotiate effectively with Frelimo, to garner support at home and abroad, to develop the capacity to set up and oversee civilian administrations, and to compete in multiparty elections.

um passo positivo no sentido da democratização, embora também era astuto de um ponto de vista tático, uma vez que colocou pressão sobre a Renamo para retornar às negociações, e começou a incentivar a oposição não-Renamo que poderia dividir qualquer voto anti-Frelimo. (ROBINSON, 2006, p. 316, tradução nossa⁹⁰).

Em 1990, a Igreja Católica, com o apoio do governo italiano, conseguiu promover o primeiro encontro oficial entre representantes da FRELIMO e da RENAMO a fim de intermediar a pacificação de Moçambique.

4.4 O Processo de Colonização em Ruanda

Em muitos países do continente africano, suas histórias eram marcadas pela oralidade; o conhecimento de suas sociedades (cultura, política, religião), muitas vezes, não era escrito, e sim transferido para as próximas gerações pela fala. Há dificuldades de encontrar documentos que relatem o período anterior à colonização em Ruanda, já que a sociedade ruandesa não detinha uma escrita específica; sua tradição era repassada oralmente.

[...] Em muitas sociedades tradicionais, a comunicação fluía por intermédio da oralidade. Ademais, é necessário enfatizar que, em muitas dessas sociedades que conheciam a escrita, *formas não-orais de comunicação eram entendidas como parciais e incompletas*. Isso justifica por que em espaços como os da África Ocidental o conhecimento fosse resguardado pelos *griots*, homens de memória prodigiosa que armazenavam na mente milhares de contos, histórias e provérbios, além das genealogias e dos feitos de reis e de imperadores famosos. [...] Assim, junto ao amplo conjunto de sociedades tradicionais africanas que esposaram a oralidade, a transmissão da herança cultural tornou vital a importância do elo que une o indivíduo à palavra. É pela palavra que se reconstitui a história tradicional de um povo. Além disso, a própria coesão da sociedade também depende do valor a respeito que impregnam a palavra. (SERRANO e WALDMAN, 2007, p.145)

Inicialmente, Ruanda era constituída por uma população de pigmeus, cujos descendentes eram denominados como *twa*. A migração dos povos *hutus* e dos *tutsis* não é concisa, existem estudos que caracterizam ambos como originários dos povos de origem *banto*. Gourevitch (2006) relata que eles se constituíam em pequenos grupos que se uniram para a formação de um Estado complexo e hierarquizado. As instituições do Estado foram

⁹⁰ During April 1990, President Chissano travelled to Lisbon and personally addressed about a thousand Mozambican dissidents, inviting them to return to Mozambique and contribute to debate over a new constitution. This action was a positive move towards democratization, though was also shrewd from a tactical stand-point as it placed pressure on Renamo to return to negotiations, and began to foster non-Renamo opposition which could split any anti-Frelimo vote.

construídas por uma população de pecuaristas e agricultores; o poder do governante consistia sobre o controle do gado e das forças militares.

Existia uma denominação junto ao significado relacionado a cada etnia, sendo *tutsis* e *hutus* nomenclaturas que descreviam o *status* do indivíduo. Os pecuaristas ou pastores eram *tutsis*; e os lavradores, *hutus*. A disparidade inicial entre as duas classes foi proporcionada pela questão do valor, já que o gado era considerado uma propriedade mais valiosa que a produção agrícola. É válido ressaltar que não existia a concepção da sobreposição de uma etnia em relação à outra, e a divisão étnica não era difundida em todo território ruandês.

Com o tempo, hutus e tutsis passaram a falar a mesma língua, seguir a mesma religião, casar-se entre si e viver misturados, sem distinções territoriais, nas mesmas montanhas, compartilhando a mesma cultura política e social em pequenas aldeias. Os chefes eram chamados mwamis, e alguns deles eram hutus, outros eram tutsis. (GOUREVITCH, 2006, p. 45)

A estrutura política do país era organizada e coesa. Em 1860 o *tutsi*, Kigeri Rwabugiri, tornou-se o *mwami* (chefe) ruandês e criou medidas políticas para ampliar e concretizar seu domínio sobre o território.

Na época de ascensão ao poder de Rwabugiri, o Estado ruandês, tendo se expandido gradualmente a partir de uma única aldeia de montanha, administrava a maior parte do que hoje são as regiões central e sul de Ruanda, numa rigorosa e complexa hierarquia de chefes civis, políticos e militares, e de governadores, subchefes, e representantes dos representantes do governador. Sacerdotes, coletores de impostos, líderes de clãs e organizadores do exército, todos tinham seu lugar na ordem que mantinha cada montanha do reino vassala do *mwami*. (GOUREVITCH, 2006, p.47)

O regime político era baseado em princípios feudais. Os *tutsis* foram direcionados para os principais cargos militares e políticos, detendo, assim, uma situação financeira favorável em relação aos *hutus*, que poderiam ser considerados os vassalos. De acordo com Gourevitch (2006), a questão da identidade dependia de outros fatores como a religião, o clã, a força militar e pessoal. A princípio as identificações *hutus* e *tutsis* apenas tinham significado quando associado ao poder estatal.

Com base na exposição sobre o sistema ruandês pré-colonial, é possível analisar a existência de uma estrutura política e social flexível, pois os *hutus* poderiam ascender socialmente. Dessa forma, “[...] um hutu, ministro de um rei tutsi, podia ser mais importante do que um pequeno chefe tutsi de província. Falava-se mesmo da possível passagem da mesma pessoa de uma das condições para a outra.” (KI-ZERBO; HOLENSTEIN, 2006, p. 53).

De acordo com Gourevitch (2006), somente em 1894, os primeiros colonos alemães foram à Ruanda, instituindo, em 1897, os primeiros centros administrativos no país. Ao observar a sociedade ruandesa, os europeus criaram um estereótipo de uma “raça de fortes guerreiros”, que detinham rebanhos de gado (*tutis*), que subjugavam a raça de camponeses (*hutus*); julgando ser esta a tradição da região. É interessante ressaltar que a presença europeia no território pode ser considerada tardia – se comparada a outras regiões na África – e ocorreu de forma gradativa.

Estudos relacionados ao período expõem a coesão nacional de Ruanda, pois, mesmo com a existência de diversos grupos internos havia uma unidade. Os ruandeses também possuíam uma diferente interpretação quanto à chegada dos europeus ao seu território.

Na sua clássica história de Ruanda, escrita na década de 1950, o missionário monsenhor Louis de Lacger observou: "Um dos mais surpreendentes fenômenos da geografia humana de Ruanda é com certeza o contraste entre a pluralidade de raças e o sentimento de unidade nacional. Os nativos deste país têm o sentimento genuíno de formar um único povo". Lacger encantava-se com a unidade criada pela lealdade à monarquia. [...] seu colega missionário padre Pages observou que os ruandeses "estavam convencidos, antes da penetração europeia, de que seu país era o centro do mundo, de que ele era o maior, mais poderoso e mais civilizado reino da Terra". (GOUREVITCH, 2006, p.53)

Na mesma época, ocorreu a morte do chefe Kigeri Rwabugiri o que provocou uma grande instabilidade política na região, devido à escolha de sucessão do *mwami*. Na ocasião, os alemães barganharam seu apoio e, conseqüentemente, sua entrada no sistema político ruandês. Ainda de acordo com Gourevitch (2006), o sistema político estabelecido em Ruanda, após a intervenção alemã, pode ser compreendido como um “colonialismo dual”, a política estava fundamentada em princípios econômicos e políticos coloniais.

Segundo Jackson e Rosberg (2008), a maioria das colônias do território africano possuía uma economia dual, em que havia um setor agrícola produtivo (principalmente voltado para a subsistência), porém, pouco desenvolvimento na área comercial, na produção de matérias-primas, etc. Dessa forma, os colonos subdividiam as produções, criavam certa dependência e tinham o controle da economia e dos territórios.

A ação da Alemanha em Ruanda era tanto econômica quanto política, já que esse colonialismo duplo consistia na seguinte premissa: os alemães garantiam a proteção e a liberdade para a atuação das elites *tutis*, ao mesmo tempo em que asseguravam a inserção dos colonos na estrutura política e econômica do país. Nesse período, a política ainda proporcionava certa independência dos governantes ruandeses em relação à Alemanha. É possível analisar que o modelo de colonização alemã em Ruanda se aproximava da estrutura

de assimilação de forma indireta, em que há uma negociação com as autoridades locais e a estrutura política interna passa a ser utilizada para os interesses dos colonos.

Com o fim da I Guerra Mundial e a derrota da Alemanha no conflito, foi criada, em 1919, a Liga das Nações, em que a organização transferiu para a Bélgica a colônia de Ruanda. A Bélgica tinha um objetivo de colonização diferente dos alemães, já que pretendia uma dominação do território por completo, ou seja, ter o controle político e social do país.

Ao chegarem a sua nova colônia, os belgas perceberam a complexa organização social e política existente no território, em que havia um forte compartilhamento de uma identidade nacional. Para que ocorresse a completa dominação da sociedade, os belgas utilizaram as denominações de *hutus* e *tutsis* a fim de inserir ideias de diferença, superioridade e inferioridade entre os grupos. Dessa forma, a distinção entre *hutus* e *tutsis* passou a ser justificada pelos estudos científicos da antropologia racial, em que conforme as características físicas distintas entre esses grupos, um seria considerado superior ao outro. Os novos colonizadores enviaram à Ruanda administradores, militares e cientistas para estudarem e analisarem os sistemas sociais e políticos existentes no local.

Além dos chefes militares e administradores que qualquer sistema de ocupação colonial exige, eles enviaram também um verdadeiro exército de clérigos e um grupo de cientistas. Estes trouxeram balanças, fitas métricas e compassos, e saíram pesando ruandeses, medindo sua capacidade craniana e realizando análises comparativas da protuberância relativa de seus narizes. (MUNANGA, 2004, p. 24)

Gourevitch (2006) relata que os belgas, com o apoio da Igreja Católica Romana, instituíram a formação de uma nova sociedade ruandesa, diretamente ligada à diferenciação étnica. A nova política favorecia os *tutsis* devido aos seus traços físicos mais próximos aos europeus. Dessa forma, eram considerados mais capacitados. A consequência era a exclusão dos *hutus* – por deterem características “rústicas” – nos setores políticos e sociais. No período, ocorreram tentativas de destituir os direitos civis dos *hutus* e, ao mesmo tempo, reforçar o favorecimento aos *tutsis*. A distinção motivou a desestruturação da unidade nacional ruandesa, fazendo com que surgisse uma rivalidade entre os dois grupos.

A partir de 1930, os belgas auxiliaram a elite de Ruanda (formada por *tutsis*) a criar novos mecanismos que permitissem a exploração econômica e do trabalho dos *hutus*. Um ano depois, o *mwami* foi substituído por um *tutsi* que detinha um posicionamento de favorecimento à Igreja Católica e aos belgas. Em 1934, os colonizadores, com o objetivo de desenvolver em maiores proporções a distinção social, solicitaram a emissão de carteiras de identidade que rotulavam cada cidadão de acordo com sua etnia (os *hutus*, que representavam

a maioria da população, os *tutsis* e os *twa*). Tais ações favoreceram a completa dominação dos belgas na região e a conversão da população para o catolicismo.

De acordo com Munanga (2004), para justificar a elaboração destas carteiras de identidade étnica, os colonizadores elaboraram um censo em que foi exposto que 85% da população era composta por *hutus*; 14%, por *tutsis*; e 1%, por *twas*. Dessa forma, o documento não permitiria uma mobilidade social, e, assim, a ideia de superioridade dos *tutsis* seria cada vez mais difundida.

A discriminação em relação aos *hutus* começou a ser difundida nas escolas. Os *tutsis* possuíam favorecimentos na educação e nas oportunidades de trabalho em cargos públicos e administrativos; em compensação, os *hutus* ainda eram determinados a realizarem trabalhos mais pesados. Os *tutsis* temiam a possibilidade de, no futuro, serem rechaçados; porém, os belgas impunham a forma que os *hutus* deveriam ser tratados, já que, se não seguissem tais condições, os *tutsis* poderiam ser repreendidos pelos colonos.

Ao mesmo tempo em que os belgas possibilitavam que funcionários oficiais exigissem mais da população, eles instituíram que os *Tutsis* deveriam ser os oficiais. Eles removeram os *Hutus* sistematicamente de posições de poder e os excluíram da educação superior, isso significava a exclusão na formação para cargos da administração pública. Assim eles impuseram o monopólio dos *Tutsis* na vida pública, não só nos anos de 1920 a 1930, mas também para as próximas gerações. A única forma que os *hutus* detinham de escapar do rebaixamento às classes trabalhadoras, era de estudar em seminários religiosos. (DESFORGES, 1999, p. 34, tradução nossa⁹¹).

Gourevitch (2006) relata que, após a II Guerra Mundial, autoridades da Igreja Católica se aproximaram da causa *hutu* e os incentivaram a se unirem por mudanças políticas. Concomitantemente, as Nações Unidas faziam certa pressão para a independência do Estado ruandês. A Bélgica foi induzida a estabilizar a situação de sua colônia para repassá-la ao poder local. Dessa forma, políticos *hutus* passaram a requerer o poder do Estado, justificado pelo princípio da maioria, e propuseram uma revolução social.

Nos anos 1950, Ruanda se encontrava em um regime de transição que estava sob tutela da Bélgica. Em 1952, o governo belga estabeleceu uma série de ações com o objetivo de desenvolver Ruanda por meio de reformas sociais e econômicas. O projeto ficou conhecido

⁹¹ At the same time that the Belgians enabled the officials to demand more from the people, they decreed that Tutsi alone should be officials. They systematically removed Hutu from positions of power and they excluded them from higher education, which was meant mostly as preparation for careers in the administration. Thus they imposed a Tutsi monopoly of public life not just for the 1920s and 1930s, but for the next generation as well. The only Hutu to escape relegation to the laboring masses were those few permitted to study in religious seminaries.

como o “Plano de Dez Anos de Desenvolvimento”. Porém, a aplicação das metas somente reforçou o poder dos *tutsis* sobre os *hutus*. Assim, o descontentamento cresceu em relação à minoria da população ruandesa (*tutsi*). (RWANDA..., 2013).

Os administradores belgas desenvolveram, então, novas ações e iniciaram um processo de abertura política e social aos *hutus*, por exemplo, nomeando *hutus* para cargos públicos, realizando eleições e possibilitando o acesso à educação qualificada. Os *tutsis* temiam as consequências desses atos, segundo Desforges: “*tutsis* conservadores esperavam para expulsar os belgas antes que a regra da maioria fosse instalada. Em contrapartida, os radicais *hutus* esperavam conseguir o controle do sistema político antes que os colonizadores se retirassem.” (DESFORGES, 1999, p. 36, tradução nossa⁹²).

Em 1957, um grupo político composto por *hutus* elaborou um documento denominado como “Manifesto *hutu*”, requerendo que os *hutus* assumissem o poder, justificado pelo princípio de que eles eram a maioria da população e, por isso, deveriam governar. A reivindicação era baseada em sua concepção de democracia, que seria fundamentada no princípio da maioria e, ainda, com o argumento de que os *tutsis* eram estrangeiros em Ruanda.

M’bokolo (2010) esclarece que a propagação do manifesto incentivou o surgimento de novos partidos formados somente por *hutus*, como o Parmehutu (Partido do Movimento de Emancipação *Hutu*) e o Aprosoma (Associação para a Promoção Social das Massas). “O Manifesto rejeitava firmemente a abolição dos cartões de identidade étnica, por temor de ‘impedir a lei estatística de estabelecer a verdade dos fatos’, como se o fato de ser *hutu* ou *tutsi* implicasse automaticamente a posição política do indivíduo.” (GOUREVITCH, 2006, p. 57).

Em 1959, o governante Mutara Rudahigwa que estava no poder desde 1931, morreu, causando uma instabilidade política no país, já que existiam especulações de que seu sucessor, Kigeri Ndahindurwa, estaria ligado a um grupo de *tutsis* que detinha propósitos conservadores. No mesmo ano, atos de violência realizados por ativistas políticos *tutsis* contra um político *hutu* foram a causa imediata para o aumento da violência entre os dois grupos. M’bokolo (2010) descreve que o acontecimento culminou na denominada “Revolução Social” dos *hutus*, em que houve uma forte pressão para a mudança de governo dentro do país. Nesse contexto de instabilidade, as Nações Unidas, por meio do Conselho de Tutela, recomendou a união dos Estados de Ruanda e Burundi, alegando que as divergências diminuiriam com a

⁹² [...] conservative Tutsi hoped to oust the Belgians before majority rule was installed. Radical Hutu, on the contrary, hoped to gain control of the political system before the colonialists withdrew

adesão. Recomendação que não foi aplicada, devido ao frágil contexto que os países se encontravam e às suas diferenças históricas.

Gourevitch (2006) relata que, em pouco tempo, *hutus* assassinaram e torturaram uma grande porcentagem de *tutsis*, até que a administração belga conseguiu restabelecer a ordem. As autoridades belgas iniciaram um processo de substituição de parte dos governantes locais *tutsis* por governantes *hutus*. As forças belgas que ainda se encontravam em Ruanda mudaram o seu posicionamento, passando a favorecer os *hutus* e seus atos de violência contra os *tutsis*.

4.5 A Independência de Ruanda

Em 1960, ocorreu um golpe de Estado, apoiado pelo governo belga, em que os políticos *hutus* substituiriam os *tutsis* no governo de Ruanda. A onda de violência contra os *tutsis* cresceu, e muitos ficaram desalojados e tentaram o exílio em outros países. Reader (2002) expõe que em 1961, a monarquia em Ruanda foi extinta e se instituiu uma república, que ficou encarregada de gerir o governo de transição, na qual *hutus* e *tutsis* deveriam representar em conjunto o governo de Ruanda. Porém, na prática, isso não foi aplicado, e os *hutus* não aceitaram um governo conjunto. As Nações Unidas alertaram que a revolução ocorrida poderia trazer sérias consequências para o Estado ruandês.

[...] Um governo de transição foi formalmente estabelecido sobre um arranjo de divisão de poder entre partidos hutu e tutsi, mas alguns meses depois uma comissão das Nações Unidas relatou que a revolução ruandesa havia, na verdade, “conduzido a uma ditadura racial de partido único” e simplesmente substituído “um tipo de regime opressivo por outro”. O relatório também alertava para a possibilidade de que “um dia ainda testemunharemos reações violentas por parte dos *tutsis*”. Os belgas não se importaram. (GOUREVITCH, 2006, p. 60)

Em 1962, as autoridades belgas deixaram o território, e a independência de Ruanda foi oficialmente concedida. Sémelin (2009) destaca dois importantes fatores para o afastamento da Bélgica, o primeiro seria a intensa pressão dos *hutus* por mudanças de representação no país, e o segundo fator foram as influências externas, em especial da ONU, que incentivavam a independência e a democratização dos Estados africanos.

Naquele mesmo ano, Grégoire Kayubanda foi designado ao cargo de presidente do país. Os *hutus* se tornaram a classe política dominante, e a repressão contra os *tutsis* se agravou. Na ocasião, muitos *tutsis* saíram de Ruanda devido à forte violência existente no local. Além de contarem com a maioria política, os *hutus* também adquiriam ganhos

econômicos com as ações repressivas aos *tutsis*. De acordo com Desforges (1999) o número de *tutsis* exilados ou mortos teve significativo aumento. É válido ressaltar que o novo governo manteve as carteiras de identidade étnicas, ou seja, o documento continuou sendo uma forma de discriminação, porém, dessa vez, o alvo era a população *tutsi*, excluída de diversas políticas sociais.

Neste momento, os políticos hutus também estabeleceram uma conexão entre o "patriotismo" e o lucro. Ao atacar os supostos inimigos da nação e da revolução, os hutus ganhavam, tanto no curto prazo, de bens pilhados, e a longo prazo, apropriação de terras que eram de *tutsis* e que foram expulsos. Dado os ganhos políticos e materiais gerados pela violência anti-tutsi; funcionários e outros tinham fortes incentivos para ampliar o círculo das pessoas visadas; do grupo restrito de antigos detentores do poder a todos os *tutsis*. Em 1967, quando ambas as incursões e os ataques contra *Tutsis* em Ruanda terminaram, os *tutsis* corriam o risco de serem atacados simplesmente pelo fato de serem *Tutsi*. Durante esses anos, cerca de 20 mil *tutsis* foram mortos e mais de 300 mil foram forçados a fugir para o exterior. (DESFORGES, 1999, p. 37, tradução nossa⁹³).

No ano de 1972, no Burundi⁹⁴, foi realizada a tomada do poder por militares *tutsis*. O governo desse país incentivava ataques aos *hutus*, alegando que eles deveriam ser exterminados, fazendo com que muitos se refugassem em Ruanda. O presidente ruandês utilizou o acontecimento para justificar o aumento da repressão contra os *tutsis* em seu território. Segundo Reader (2002), o número de opositores ao governo de Grégoire Kayubanda cresceu devido, principalmente, às suas políticas de perseguição e opressão em relação aos *tutsis*. As ações trouxeram como consequência o crescimento da migração dos *tutsis* para outros países, o que resultou no aumento de problemas econômicos e sociais em Ruanda.

Em 1973, Juvenal Habyarimana foi declarado presidente da segunda república, pregando um governo multipartidário e propondo uma trégua contra os *tutsis*, porém a exclusão e o preconceito não foram extintos. A eleição de Habyarimana por muitos autores, não foi considerada legítima, pois não havia uma oposição consolidada no país. Dessa forma,

⁹³ At this time, Hutu politicians also established the link between "patriotism" and profit. In attacking the supposed enemies of the nation and the revolution, the Hutu stood to gain, both in the short term from goods pillaged and in the long term from lands appropriated from Tutsi who were driven away. Given the political and material gains from anti-Tutsi violence, officials and others had strong incentives to widen the circle of people targeted from the narrow group of former power-holders to all Tutsi. By 1967 when both the incursions and the attacks on Tutsi within Rwanda ended, Tutsi were at risk of attack for the simple fact of being Tutsi. During these years, some 20,000 Tutsi were killed and more than 300,000 were forced to flee abroad.

⁹⁴ O Burundi está localizado na África Central e faz fronteira com Ruanda, Tanzânia e a República Democrática do Congo. Este país também é formado em sua maioria por *tutsis* e *hutus*. Maiores informações estão disponíveis em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/2821.htm>

no processo eleitoral não havia um partido que tivesse condições de se opor ao atual governante e concorrer às eleições para presidente.

Desforges (1999) relata que o programa do novo presidente era o desenvolvimento da nação por meio da regulação do governo. Como consequência, a economia de Ruanda cresceu significativamente e se estabilizou a partir de 1980. O presidente Habyarimana contava com o apoio de um significativo contingente - dividido nas Forças Armadas Ruandesas (FAR), na polícia nacional (conhecida como: Gendarmerie) e na Guarda Presidencial - que tinha o objetivo de prover a segurança do país.

Diversos grupos de refugiados ruandeses esperavam voltar ao seu país (maioria *tutsis* ou *hutus* moderados que foram contra as políticas *hutus*), devido às novas políticas inicialmente propostas pelo presidente Habyarimana. Porém, o governo se mostrava resistente ao retorno desses grupos já que tinha o interesse em manter o controle da população e, principalmente, a mobilização dos *hutus*.

Dois anos depois do golpe, em 1975, Habyarimana instaurou oficialmente em Ruanda um Estado de partido único sob o Movimento Revolucionário Nacional pelo Desenvolvimento (Mouvement Révolutionnaire National pour le Développement, MRND). Todos os ruandeses de qualquer idade foram, automaticamente, inseridos como membros do partido. Ao longo dos anos, foi construído por Habyarimana um coeso monopólio, em que ele era o presidente da república e presidente do partido, e em cada nível abaixo dele, o funcionário do governo detinha uma posição importante dentro do partido. (DESFORGES, 1999, p. 38, tradução nossa⁹⁵).

Ruanda se encontrava em um momento de “estabilidade” política e econômica se comparado a outros Estados africanos, detendo, ainda, um baixo nível de criminalidade e significativas melhoras nos setores de educação e saúde. Ao mesmo tempo, o governo implementou diversas obras de infraestrutura, como criação de estradas, instalação de redes elétricas e telefônicas, ou seja, todos os projetos para o desenvolvimento do país eram positivamente analisados por organizações internacionais e países desenvolvidos que pretendiam investir em países do continente africano.

Consequentemente, Ruanda foi escolhida por outras potências para receber investimentos (Bélgica, França, Japão, EUA eram grandes investidores), porém a maioria desses países esperava algum tipo de retorno. A França, por exemplo, de acordo com

⁹⁵ Two years after the coup, in 1975, Habyarimana made Rwanda officially a single-party state under the National Revolutionary Movement for Development (Mouvement Révolutionnaire National pour le Développement, MRND).¹³ All Rwandans of whatever age were automatically members of the party. Over the years, Habyarimana constructed a cohesive monolith, with himself as president of the republic and president of the party and, at each level below him, the relevant government official simultaneously heading the corresponding level of the party.

Gourevitch (2006), possuía o interesse em expandir sua influência no continente africano e concedeu assistência militar ao governo de Ruanda. Do orçamento anual do Estado ruandês, estima-se que 60% dos recursos advinham de verbas estrangeiras.

Diamond (2005) relata que, em 1986, Ruanda passou a ter graves problemas econômicos, devido à diminuição de suas produções justificada pela falta de fertilidade do solo e pela queda dos preços dos principais produtos que eram exportados (café e chá). A solução do governo para angariar fundos se deu por meio do desvio de verbas advindas de projetos estrangeiros. Entretanto, dois anos depois, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial passaram a requerer, como mecanismo de monitoramento, que o país realizasse algumas ações para ajustar a estrutura econômica nacional. O governo, para acatar tais recomendações, programou um orçamento em que se teria a elevação dos impostos e também o aumento na carga de trabalho.

Com o fim da Guerra Fria, em 1990, os países vencedores (principalmente os Estados Unidos e países da Europa ocidental) pregaram que os países do continente africano estabelecessem regimes democráticos. Nesse momento, Ruanda era um dos países em que essa demanda foi requerida, exigindo-se que o presidente Habyarimana implementasse a política multipartidária, proposta no início de seu mandato.

[...] Foi preciso um bocado de intimidação, mas depois de um encontro com seu principal patrono estrangeiro, o presidente francês François Mitterrand, Habyarimana anunciou subitamente, em junho de 1990, que era hora de estabelecer um sistema político multipartidário em Ruanda. A adoção de reformas por Habyarimana era visivelmente insincera, uma capitulação às coerções internacionais, e, em vez de alívio e entusiasmo, a perspectiva de uma disputa aberta pelo poder espalhou temor em Ruanda. (GOUREVITCH, 2006, p. 80)

Um grupo rebelde composto por uma maioria *tutsi*, denominado Frente Patriótica Ruandesa (RPF)⁹⁶, declarou-se, em 1990, opositor ao governo de Habyarimana, sugerindo o estabelecimento de um governo democrático e o retorno dos refugiados ao país. Alguns grupos da RPF começaram a entrar no território ruandês para combater grupos do governo, mas, quantitativamente, não representavam uma grande ameaça. No entanto, o governo de Habyarimana utilizou o ocorrido para criar um sentimento de temor e insegurança na população, principalmente entre os *hutus*.

Dessa forma, o governo também passou a manipular informações, em que simulavam intensos combates entre o exército nacional e o grupo da RPF para que o sentimento de

⁹⁶ De acordo com Desforges (1999), a Frente Patriótica Ruandesa era constituída por uma significativa parte de refugiados que viveram por um longo tempo em Uganda.

incerteza fosse desenvolvido entre a população. Sémelin (2009) destaca o papel da mídia ruandesa para a incitação aos conflitos. Jornais e rádios difundiram mensagens de ódio em relação à população *tutsi*, concomitantemente enaltecendo as ações *hutus*.

No entanto, o rádio indubitavelmente é a mídia mais perigosa. [...] O rádio se liberta de tudo o que pode atenuar ou desviar a força das palavras. Pode, numa situação caótica, revelar-se o instrumento mais eficaz tanto da democracia quanto da revolução ou do fascismo, porque penetra sem nenhum comedimento na intimidade profunda dos indivíduos, em qualquer lugar e a todo instante, sem o trabalho do tempo, sem o recuo crítico e necessário da leitura do texto ou da imagem. (DANEY, *apud* HATZFELD, 2005, p.106).

O governo aderiu à ideia de que todos os *tutsis* e *hutus* moderados eram considerados aliados ao grupo rebelde para, assim, serem vistos como inimigos e, conseqüentemente, detidos. O ambiente instável também resultou no auxílio financeiro e de soldados advindo de outros países para combater o exército da Frente Patriótica Ruandesa. Os principais países que auxiliaram foram França, Bélgica e Zaire⁹⁷. De acordo com Reader (2002), a ajuda estrangeira foi fundamental para o exército ruandês, pois de 1990 a 1991 o número de soldados passou de cinco mil para vinte e quatro mil homens, e, ainda, por meio do auxílio financeiro, o governo pôde adquirir uma quantidade significativa de armamentos.

A invasão da RPF ofereceu à oligarquia de Habyarimana sua melhor arma contra o pluralismo: o fantasma unificador de um inimigo comum. Seguindo a lógica de Estado – segundo o qual a identidade é sinônimo de política e a política é sinônimo de identidade –, todos os *tutsis* eram considerados “cúmplices” da RPF, e os *hutus* que não compartilhassem essa visão eram vistos como traidores que defendiam os *tutsis*. (GOUREVITCH, 2006, p. 81)

Gourevitch (2006) explica que, no contexto de instabilidade, surgiram milícias armadas por todo território ruandês. Um dos grupos que ganhou maior destaque no país foi a *Interahame*. Formada por jovens *hutus*, detinha o apoio do partido do presidente (MRND) e realizou atos de extrema violência contra a população *tutsi*. Após alguns enfrentamentos e diversas prisões (em sua maioria de *tutsis*), o governo de Ruanda se encontrava coeso e forte, pois Habyarimana transmitia a imagem do restabelecimento da paz no território e, ainda, declarava que o denominado ‘exército rebelde’ (RPF) havia sido derrotado.

Em 1991, foi instalada a democracia multipartidária. Sémelin (2009) elucida que o objetivo era a instituição de um governo democrático que não detivesse influências étnicas.

⁹⁷ O Zaire foi transformado na atual República Democrática do Congo.

Todavia, a maioria dos partidos estava subordinado ao governo, mais precisamente ao Movimento Revolucionário Nacional pelo Desenvolvimento (MRND).

Gourevitch (2006) caracteriza que, na democracia multipartidária, somente um partido poderia ser considerado oposição – este grupo era formado por *tutsis* –, sem, porém, deter nenhum tipo de apoio. A instauração do modelo multipartidário não foi suficiente para solucionar a rivalidade entre *hutus* e *tutsis*, já que os confrontos permaneceram. No mesmo ano, a Organização da União Africana, com Bélgica, França e EUA pressionaram as partes conflitantes – Frente Patriótica Ruandesa (RPF) e as Forças Armadas Ruandesas (FAR), juntamente a representantes do governo –, para que negociassem e chegassem a um acordo.

4.6 Considerações Finais

As histórias de Moçambique e Ruanda desde sua de colonização aos processos de independência expõem similaridades e diferenças importantes para a compreensão da formação dessas sociedades. É importante destacar a influência direta e indireta dos países ocidentais, sendo determinante para o direcionamento do desenvolvimento desses países africanos.

Os desdobramentos das negociações que buscavam a pacificação nesses países serão abordados no próximo capítulo deste trabalho. Em que será desenvolvida uma análise comparativa sobre os acordos de paz e as missões de *peacebuilding* das Nações Unidas instaladas nas regiões.

5 AS OPERAÇÕES DE PAZ EM MOÇAMBIQUE E RUANDA

A partir do embasamento histórico sobre Moçambique e Ruanda e os estudos sobre a paz liberal e o pós-colonialismo, serão analisadas e comparadas as operações de paz nos dois países. Dessa forma, o objetivo deste estudo é comparar a implementação de uma mesma política de *peacebuilding* que proporcionou consequências e resultados distintos.

Em um primeiro momento será exposto o processo de aplicação cada missão, em que se deve destacar: os desdobramentos dos conflitos nos países; as características dos acordos de paz; a formulação das missões pelo Conselho de Segurança da ONU; os princípios e as propriedades destas operações de *peacebuilding* e os resultados internos após a intervenção das Nações Unidas nos respectivos territórios.

Após esta análise será elaborado um estudo comparativo sobre os casos, em que são levadas em consideração as especificidades de cada Estado, as condições em que se tem a implementação de um modelo externo democrático liberal e as suas consequências dentro das sociedades moçambicanas e ruandesas.

5.1 FRELIMO, RENAMO e o Processo de Pacificação em Moçambique

A partir do que foi exposto no capítulo anterior é possível analisar que Moçambique – desde sua independência – teve mudanças drásticas relacionadas ao seu direcionamento político e econômico. O modelo de influência marxista da década de 1970 não sobreviveu às pressões internas e externas, assim na metade da década de 1980 o governo da FRELIMO inicia uma mudança em seu direcionamento político para obter auxílio financeiro dos países e de organizações ocidentais. Com os desdobramentos dos conflitos internos e a pressão dos credores internacionais Moçambique estabelece novas diretrizes políticas a partir de 1990.

Neste período, ao mesmo tempo em que ocorria a tentativa de uma negociação – em Roma – para a pacificação do Estado moçambicano, internamente algumas mudanças já acenavam para este caminho. O presidente Joaquim Chissano ao reformular a constituição e implementar o multipartidarismo no país, abria a oportunidade para a criação de novos partidos. Ou seja, o direito da estruturação da RENAMO como partido político e sua inserção nas decisões políticas de Moçambique estariam assegurados. Porém, Bekoe (2008) analisa que a principal condição imposta pela FRELIMO para a inserção do grupo opositor no sistema político seria através da suspensão dos conflitos entre as partes.

A mudança na constituição representou transformações significativas no país, Paris (2004) analisa que naquele momento era possível perceber a alteração do modelo socialista para o modelo capitalista. Este consistia principalmente na liberalização política e econômica do Estado, através de eleições democráticas, da garantia dos direitos civis e da liberdade de expressão. Estas ações estratégicas procuravam garantir o apoio dos países ocidentais e de organizações internacionais à causa da FRELIMO e ao mesmo tempo pressionar a RENAMO para o estabelecimento de um acordo para a pacificação de Moçambique.

Clapham (1998) expõe que, no início dos anos noventa, com o fim da Guerra Fria, diversos países, juntamente com a atuação de organizações internacionais, se tornaram mais influentes e ativos na tentativa de resolver diferentes conflitos civis que surgiam, em especial no continente africano. Dessa forma, havia uma forte pressão para que os países do continente africano se democratizassem, já que consideravam que em muitos destes países não ocorriam eleições legítimas. Através da promoção de eleições multipartidárias, acreditava-se que os conflitos civis destes Estados diminuiriam, já que o novo governo deveria representar todas as parcelas da sociedade.

As negociações daquele momento foram invalidadas, pois grupos pertencentes à RENAMO argumentavam que não foram inseridos no processo para a mudança constitucional de Moçambique. Assim, não consideravam que esta ação havia sido gerida de forma democrática. Porém o grupo opositor à FRELIMO estava perdendo financiamentos externos e ao mesmo tempo a sua influência dentro do território moçambicano; dessa forma a RENAMO tinha consciência que não seria possível sustentar os embates por muito tempo. A Igreja Católica, juntamente com França, Portugal, Reino Unido, Estados Unidos e ONU persistiram nas negociações, e em outubro de 1992 foi assinado o Acordo Geral de Paz entre as partes.

[...] a Frelimo e a Renamo assinaram o Acordo de Paz, no qual se reconheciam nomeadamente os seguintes princípios: cessar-fogo imediato; não aprovação de legislação que contrariasse os princípios do Acordo; a constituição de uma nova comissão de supervisão e de acompanhamento do processo de paz, composta por representantes do governo, da Renamo, das Nações Unidas e de outras instituições, mediante o acordo das partes. O acordo reafirmou algumas das garantias, entretanto consagradas na Constituição de Moçambique de 1990, nomeadamente as que se relacionam com o reconhecimento e o exercício de direitos de participação política e com outros direitos e liberdades fundamentais. (PUREZA et al, 2007, p.27).

Outro ponto importante a ser ressaltado sobre o Acordo de Paz foi sobre a formação das forças armadas em Moçambique. Em que era necessário desvincular-se os partidos deste setor, ou seja, era necessária a formação de um exercito imparcial em prol de uma força nacional. Neste acordo foi requerida a participação das Nações Unidas para auxiliar na

implementação do acordo, promover ajuda humanitária à população moçambicana e promover novas eleições no país. Diversas análises foram realizadas e observadores da organização ressaltaram que para a promoção de novas eleições no país só seria possível se a situação militar na região fosse reestruturada.

Em 16 de dezembro do mesmo ano foi firmada uma resolução pelo Conselho de Segurança da ONU – a Resolução 797 – em que estabelecia a criação da UNOMOZ (Operações das Nações Unidas em Moçambique). Esta missão detinha um contingente de 7300 *peacekeepers*. De acordo com as Nações Unidas o objetivo desta operação, inicialmente, consistia em:

Monitorar e verificar o cessar-fogo, a separação e concentração das forças, a sua desmobilização e o recolhimento, armazenamento e destruição de armas;
Monitorar e verificar a retirada completa das forças estrangeiras e garantir a segurança nos corredores de transporte;
Monitorar e verificar o licenciamento de grupos armados irregulares e privados;
Autorizar medidas de segurança vitais para a infraestrutura e para o provimento de segurança para Nações Unidas e outras atividades internacionais em apoio ao processo de paz;
Prestar assistência técnica e acompanhar todo o processo eleitoral;
Coordenar e monitorar operações de assistência humanitária, em especial as relacionadas aos refugiados, deslocados internos, desmobilizados militares e a população local afetada. (UNITED NATIONS – UNOMOZ, 2013, tradução nossa⁹⁸).

O mandato da UNOMOZ convergia com os interesses do acordo de paz firmado entre as partes. A United Nations – UNOMOZ (2013) ressalta que sua missão estava sustentada por quatro pilares: i) as ações voltadas para o auxílio à negociação política entre os grupos divergentes; ii) atuações militares com o objetivo de assegurar o cessar-fogo e desmobilizar as milícias; iii) auxílio a reestruturação do sistema político e o monitoramento do processo eleitoral; iv) garantir a assistência humanitária à população localizada em regiões devastadas pelo conflito interno.

A partir dos objetivos propostos pela UNOMOZ é possível analisar que esta pode ser considerada uma missão de *peacebuilding*, pois já se tinha o cessar-fogo e a assinatura do acordo de pacificação entre FRELIMO e RENAMO. Dessa forma o objetivo da missão da

⁹⁸ To monitor and verify the ceasefire, the separation and concentration of forces, their demobilization and the collection, storage and destruction of weapons; To monitor and verify the complete withdrawal of foreign forces and to provide security in the transport corridors; To monitor and verify the disbanding of private and irregular armed groups; To authorize security arrangements for vital infrastructures and to provide security for United Nations and other international activities in support of the peace process; To provide technical assistance and monitor the entire electoral process; To coordinate and monitor humanitarian assistance operations, in particular those relating to refugees, internally displaced persons, demobilized military personnel and the affected local population.

ONU era desenvolver atividades para a reconstrução das bases políticas, militares e sociais de Moçambique com o intuito de preservar a paz.

Levando em consideração as condições acordadas entre as partes conflitantes e o auxílio das Nações Unidas através do envio da missão de paz da UNOMOZ é possível analisar que a proposta para reconstrução do Estado moçambicano tinha como fundamento os princípios do modelo da paz liberal – já citados nos capítulos anteriores, especialmente por Richmond (2005) – pois se acreditava que a aplicação de medidas que promovessem a liberalização econômica e a reformulação política para o modelo democrático auxiliaria na pacificação da região. A partir dos princípios propostos pelas Nações Unidas para a missão é possível perceber uma influência do discurso desenvolvimentista na organização. A ideia da mudança nas estruturas políticas e econômicas internas para o alcance da estabilidade da região.

Além da participação da ONU no processo de reconstrução do país outros atores internacionais também tiveram papel fundamental, Paris (2004) destaca as ações desenvolvidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), da União Europeia e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que auxiliaram no processo de conciliação e ajuda humanitária em Moçambique.

Ao representante especial do secretário-geral da ONU, Aldo Allejo, foi atribuída a responsabilidade de estabelecer um ambiente político em que as eleições nacionais, prevista para ser realizada em outubro de 1993, seriam julgadas como "livres e justas". Isso significava, entre outras coisas, a supervisão do projeto e a implementação de leis eleitorais e monitoramento a respeito das liberdades civis, incluindo a liberdade de imprensa e à liberdade de associação, bem como a medição de divergências entre as partes anteriormente em conflito no período pós-conflito. (PARIS, 2004, p.142, tradução nossa⁹⁹).

Bekoe (2008) relata que inicialmente – no período de transição – as tropas da ONU tiveram grandes dificuldades, pois parte considerável do território moçambicano estava dividida pelo poder da RENAMO e da FRELIMO. Enquanto um novo governo não fosse estabelecido a RENAMO não concedeu suas regiões ao governo moçambicano. Dessa forma um dos grandes problemas eram os entraves colocados pelo grupo às ações dos *peacekeepers* nestes locais. “Durante o período de transição, a Renamo controlou o acesso dos

⁹⁹ The special representative of the UN secretary-general, Aldo Allejo, was assigned the responsibility of establishing a political environment in which national elections, scheduled to be held in October 1993, would be judged as "free and fair". This meant, among other things, overseeing the design and implementation of electoral laws and monitoring respect for civil liberties, including freedom of the press and freedom of association, as well as mediating disagreements among the formerly warring parties in the postconflict period.

representantes do governo e das organizações humanitárias às suas áreas. Permissões especiais tinham que ser obtidas pela Renamo para entrar.” (BEKOE, 2008, p.36, tradução nossa¹⁰⁰).

Devido a estas restrições, foram relatadas diversas ações de violação do cessar-fogo, além disso, a atuação de organizações que promoviam ajuda humanitária foram dificultadas. Dessa forma a autora analisa que a insistência da RENAMO em projetar o seu poder sobre estas regiões teria atrasado o processo de pacificação de Moçambique.

A RENAMO argumentava que só sairia destes locais de influência após o novo processo eleitoral em Moçambique, ao mesmo tempo o grupo mostrava certa desconfiança em relação ao comprometimento da FRELIMO. Argumentando que a desmobilização ocorreria somente quando no mínimo 65% das tropas da ONU estivessem em território moçambicano. De acordo com informações da United Nations – UNOMOZ (2013), a implementação da missão ocorreu com uma série de problemas – desde questões logísticas e administrativas a questões de ordem política. Na conjuntura da época o Conselho de Segurança compreendeu que a promoção de novas eleições deveria ser adiada, pois ainda existiam divergências entre as partes.

O presidente Joaquim Chissano – pressionado pelos atores externos – tenta negociar estas divergências com o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama. A FRELIMO para adquirir a confiança do grupo opositor aceitou que a RENAMO administrasse algumas regiões em Moçambique até o processo eleitoral. Mas na condição de que nestes locais seria estabelecido o livre acesso as ações da UNOMOZ. Bekoe (2008) relata que no início de 1994 quando a missão da ONU já se encontrava estruturada no país e as negociações entre as partes do conflito progrediam, há o início do desarmamento das tropas da RENAMO e da FRELIMO.

Em seu relatório ao Conselho de Segurança, de 28 de Janeiro de 1994, o Secretário-Geral observou que apesar dos progressos significativos realizados na implementação do Acordo Geral de Paz, vários problemas sérios ainda restavam para serem resolvidos. Estes incluíam a abertura dos 14 locais restantes para montagem, o início e posteriormente a conclusão da real desmobilização, a transferência de armas de áreas de montagem para depósitos regionais, o desmantelamento das forças paramilitares, a provisão de apoio financeiro para a transformação da RENAMO de um movimento militar para um partido político, e a formação de uma força de defesa nacional com um bom funcionamento. (UNITED NATIONS – UNOMOZ, 2013, tradução nossa¹⁰¹).

¹⁰⁰ During the transition period, Renamo controlled access by government representatives and humanitarian organizations to its areas. Special permission had to be obtained from Renamo to enter.

¹⁰¹ In his report to the Security Council dated 28 January 1994, the Secretary-General noted that despite significant progress made in the implementation of the General Peace Agreement, several serious problems still remained to be resolved. These included the opening of the 14 remaining assembly sites, initiation and subsequent completion of the actual demobilization, transfer of weapons from assembly areas to regional

O processo de desarmamento e reintegração dos militares à sociedade foi financiado pelas Nações Unidas através da criação de um fundo para auxiliar estas pessoas a reinserção na sociedade moçambicana. Este programa consistia no pagamento de um salário por seis meses a estes soldados, a oferta de cursos de capacitação profissional e a garantia de retorno a suas cidades de origem. Bekoe (2008) analisa que este programa auxiliou no processo de desarmamento do país, porém ao mesmo tempo dificultou na formação de um exército nacional, pois os antigos militares não encontravam vantagens em aderir às novas forças armadas.

Após este processo foi possível estabelecer as condições para a promoção de eleições em Moçambique. Bekoe (2008) argumenta que um dos fatores determinantes no processo eleitoral foi o estabelecimento de regras dentro das organizações eleitorais, assim não foi possível o favorecimento de nenhum dos lados e se tinha a imparcialidade no processo eleitoral. Em Outubro de 1994 ocorreram as primeiras eleições para a formação de um novo parlamento e para presidente do país. Inicialmente o presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama, questionou a organização do processo eleitoral e convocou um boicote às eleições moçambicanas, porém nem seus partidários apoiaram este protesto. Após negociação com representantes das Nações Unidas, Dhlakama aceita as condições e as eleições ocorreram sem graves ocorrências.

Paris (2004) relata que representantes de diversos países e de organizações internacionais monitoraram o processo eleitoral. De acordo com a United Nations – UNOMOT (2013) aproximadamente 2300 observadores monitoraram as eleições. Dentre os observadores estavam representantes da União Europeia, da Organização da Unidade Africana (OUA)¹⁰² e uma significativa participação de emissários da ONU. No período eleitoral uma das principais funções da UNOMOT era trabalhar em conjunto com a Comissão Nacional Eleitoral para garantir que o processo ocorresse de forma pacífica.

Estes observadores respaldaram as eleições e com 53% dos votos Joaquim Chissano – candidato pelo partido da FRELIMO – foi nomeado presidente de Moçambique. Seu opositor, Afonso Dhlakama ficou em segundo lugar com 34% dos votos. O terceiro colocado, com 2,9%, foi o representante do Partido Democrático de Moçambique (PADEMO), Wehla Ripua. Nas eleições legislativas o partido da FRELIMO também conseguiu maior número de

warehouses, dismantling of the paramilitary forces, provision of financial support for the transformation of RENAMO from a military movement into a political party, and formation of a well-functioning national defense force.

¹⁰² A Organização da Unidade Africana criada nos anos sessenta e foi transformada no ano de 2001 para União Africana.

representantes em relação aos políticos da RENAMO. A União Democrática (UD) foi o terceiro partido com maiores representantes legislativos.

Partidos como a UD e a PADEMO surgiram após a instauração da constituição de 1990 que assegurava um governo multipartidário. Estes representavam grupos que se desligaram da FRELIMO e da RENAMO, pois não estavam satisfeitos com os direcionamentos político dos partidos.

As eleições representaram um marco na transição de Moçambique longe de um estado socialista de partido único e em direção a uma democracia orientada para o mercado – um processo que estava em curso há vários anos, e que foi impulsionado principalmente pela necessidade de Moçambique por ajuda financeira e outros tipos de assistências de agências internacionais e governos ocidentais. (PARIS, 2004, p.142, tradução nossa¹⁰³).

Inicialmente o mandato da UNOMOZ previa a retirada das tropas após o fim das eleições, porém viu-se a necessidade da permanência da missão até a posse do novo governo moçambicano para que fosse assegurado todo o processo eleitoral. A sua função naquele momento era a manutenção das atividades de monitoramento para a implementação desta nova estrutura política democrática. Em dezembro de 1994 se tem a posse do presidente da república, Joaquim Chissano, e dos novos parlamentares moçambicanos. O país se encontrava em condições estáveis, assim em janeiro de 1995 a missão da UNOMOZ é finalizada.

A operação de *peacebuilding* em Moçambique foi considerada um dos casos de sucesso da atuação das Nações Unidas na década de 1990. Paris (2004) relata que após o processo eleitoral, além da pacificação do país a economia moçambicana se desenvolveu devido ao apoio de instituições como o FMI e o Banco Mundial. É interessante destacar que estes financiamentos só foram possíveis após a adoção das condicionalidades impostas por estas instituições; estas condicionalidades estavam relacionadas à liberalização da economia e da democratização do Estado.

A missão de *peacebuilding* que supervisionou a preparação e realização das eleições de 1994 em Moçambique serviu para reforçar e acelerar o processo de liberalização econômica e política que estava em curso desde o início de 1980. [...] Na verdade, Moçambique é amplamente aclamada como uma história de sucesso econômico com

¹⁰³ The elections represented a milestone in Mozambique's transition away from a one-party socialist state and toward a market-oriented democracy - a process which had been ongoing for several years, and which was driven primarily by Mozambique's need for financial aid and other types of assistance from international agencies and Western governments.

potencial para a continuidade de altas taxas de crescimento. (PARIS, 2004, p. 144, tradução nossa¹⁰⁴).

É importante destacar que as consequências e os resultados das operações de *peacebuilding* ocorrem em longo prazo. Sendo assim, a partir dos desdobramentos das operações de paz em Moçambique é possível analisar que o consenso para a construção da paz proposto por Richmond (2004) – através da democratização e do desenvolvimento da região – foi em certa medida alcançado. A partir da classificação proposta por Richmond (2005) a UNOMOZ tinha como meta inicial a construção da paz através de um modelo ortodoxo da paz liberal, em que há a transferência de normas e valores relacionados ao modelo político com o objetivo de pacificar a região. Mesmo com alguns desvios durante este processo é possível afirmar que em Moçambique ocorreu a aplicação efetiva deste modelo.

Mesmo que a missão da UNOMOZ tenha sido satisfatória e a economia moçambicana estivesse em crescimento é interessante destacar o outro lado da conjuntura interna do país. Paris (2004) relata que o processo de liberalização econômica trouxe investimentos para Moçambique, porém este se concentrava em setores industriais específicos já que a política de modernização preteriu parte significativa da população rural. Ou seja, há o aumento da desigualdade social dentro do país, as cidades mais urbanizadas se encontravam em pleno desenvolvimento enquanto as áreas rurais não recebiam recursos necessários para a especialização de sua produção. Além disso, as condicionalidades externas trouxeram como consequência “cortes nos gastos sociais do governo, mandatados pelas instituições financeiras internacionais, tornou mais difícil para muitos moçambicanos (80 por cento dos quais vivem na zona rural) obter as necessidades básicas, incluindo alimentos, abrigo e tratamento médico.” (PARIS, 2004, p.146, tradução nossa¹⁰⁵).

Dessa forma o autor destaca que a desigualdade social é um fator que futuramente poderia ameaçar a estabilidade de uma região que passou por um processo de pacificação. É importante ressaltar que não existem análises de um risco imediato do retorno aos conflitos após as ações da UNOMOZ. Porém a disparidade nas rendas e no desenvolvimento somente

¹⁰⁴ The peacebuilding mission, which oversaw the preparation and conduct of the 1994 elections in Mozambique, served to reinforce and to expedite a process of economic and political liberalization that had been ongoing since the early 1980s. [...] Indeed, Mozambique is widely touted as an economic success story with the potential for continued high rates of growth.

¹⁰⁵ [...] cutbacks in government social spending mandated by the international financial institutions made it more difficult for many Mozambicans (80 percent of whom live in the countryside) to obtain basic necessities, including food, shelter, and medical treatment.

de locais estratégicos em Moçambique trouxe consequências como o aumento da violência nas áreas rurais do país.

Moçambique continua a viver de acordo com a sua reputação, continua a ser vista como uma história de sucesso de *peacebuilding*. Até o momento, o registro de democratização pós-guerra em Moçambique tem sido relativamente favorável, com os antigos adversários aparentemente mudando suas discordâncias do campo de batalha para as urnas. Políticas de liberalização econômica também têm sido benéficas de muitas formas – a maioria notavelmente, contribuindo para altos níveis de crescimento do PIB e incentivando novos fluxos de investimento estrangeiro. Mas essas mesmas reformas econômicas também aprofundaram cismas existentes e as fontes tradicionais de tensão política no país, e aparentemente, contribuíram para a disseminação ou a violência criminal, que, pelo menos, põe em dúvida a afirmação Wilsoniana que a liberalização promove a paz estável e duradoura, mesmo no que é geralmente visto como um dos casos mais bem sucedidos de construção da paz em 1990. (PARIS, 2004, p.147, tradução nossa¹⁰⁶).

Assim esta desigualdade na sociedade moçambicana pode ser analisada como uma ação contrária ao que se esperava na aplicação do modelo democrático liberal. Richmond (2005) argumenta que a inconstância dos novos sistemas políticos e econômicos criam Estados ainda instáveis devido às disparidades econômicas, sociais e políticas da região. Ayers (2006) e Fayemi (2009) argumentam que o modelo de democratização e desenvolvimento ocidental possui características inflexíveis, dessa forma a sua aplicação muitas vezes proporciona resultados diferentes ao esperado. Assim, a partir da visão pós-colonial é possível questionar a universalidade destes modelos e em especial na generalização de sua aplicação em operações de paz.

A reestruturação de Moçambique a partir do modelo ocidental trouxe o desenvolvimento da região, porém o seu posicionamento em relação aos países ocidentais ainda é diferenciado – devido à própria concepção desenvolvimentista e de modernização implementada na região. Liden (2009) destaca a existência de binarismos nos discursos dos países desenvolvidos e das organizações internacionais nas ações de *peacebuilding*, estes pregam o princípio da potencialidade da igualdade dos Estados, porém esta igualdade não é atingida. Duffield (2001) analisa que novas relações de dominação indireta são criadas a

¹⁰⁶ Whether Mozambique continues to live up to its reputation as a peacebuilding success story remains to be seen. As of this writing, the record of Mozambique's postwar democratization has been relatively favorable, with the former adversaries apparently shifting their disagreements from the battlefield to the ballot box. Economic liberalization policies have also been beneficial in many ways - most notably, by contributing to high levels of GNP growth and encouraging new flows of foreign investment. But these same economic reforms have also deepened existing schisms and traditional sources of political tension in the country, and have apparently contributed to the spread or criminal violence, which at least casts doubt on the Wilsonian claim that liberalization promotes stable and lasting peace, even in what is generally viewed as one of the most successful cases of peacebuilding in the 1990s.

partir das premissas liberais. Em que há a disseminação e a reafirmação da ideia de que um processo de pacificação sustentável só poderia ser gerido por atores externos devido ao seu conhecimento e elevado nível de desenvolvimento.

[...] todos os indivíduos devem ser tratados como potencialmente modernos, civilizados, racionais, pacíficos e desenvolvidos – não importam quais são suas histórias, tradições, normas e valores. Os mesmos princípios políticos devem, portanto, permanecer em todos os lugares, e desenvolvimento torna-se uma questão do progresso das instituições políticas ao invés da questão da natureza humana. Pelo apego às representações institucionais ocidentais do final positivo das oposições binárias que constituem o pensamento político liberal (resumida na noção de "democracia liberal de mercado"), o discurso é, ainda assim, trancado em uma lógica colonial. A "paz sustentável" permanece dependente de uma cura de transição de governo liberal. Em outras palavras, as pessoas afetadas são representadas como os blocos de construção de uma casa ideal, construída por funcionários internacionais e engenheiros morais estrangeiros. (LIDÉN, 2009, p. 5, tradução nossa¹⁰⁷).

A partir deste pensamento crítico se torna necessário compreender quais são os significados locais da aplicação de modelos políticos e econômicos externos através das ações de *peacebuilding*. Pois os resultados considerados satisfatórios para as potências ocidentais e organizações internacionais podem ser interpretados de outra forma pelas populações locais. Mesmo que o processo de pacificação em Moçambique tenha sido satisfatório, os moldes implementados para a reconstrução do Estado trouxeram outros problemas como o aumento da desigualdade social. Assim, Liden (2009) destaca que é preciso diminuir a distância entre as práticas que são idealizadas e as que são vividas pela população local.

5.2 Implicações dos Acordos de Paz em Ruanda

A tentativa de se instalar um sistema democrático multipartidário em Ruanda, a partir de 1991, não teve consequências imediatas, já que a população *tutsi* ainda detinha pouca representação política e consequentemente a pressão e os ataques dos *hutus* aos *tutsis* não diminuíram. O presidente ruandês Habyarimana também não tinha interesse no aumento da participação dos *tutsis* em seu governo. De acordo com Desforges (1999), a partir de 1992 a

¹⁰⁷ [...] all individuals should be treated as potentially modern, civilized, rational, peaceful and developed – no matter what their histories, traditions, norms and values are. The same political principles should therefore abide everywhere, and development becomes a question of the progress of political institutions rather than human nature. By clinging to Western institutional representations of the positive end of the binary oppositions that constitute liberal political thought (summed up in the notion of 'liberal market democracy'), the discourse is nonetheless still locked in a colonial logic. 'Sustainable peace' remains dependent upon a transitional cure of liberal governance. In other words, the people affected are represented as the building blocks of a dream house built by international personnel and foreign moral engineers.

oposição aumenta a pressão, com grandes protestos populares, para que o presidente aceitasse a divisão do poder com os representantes políticos da população *tutsi*.

Com a abertura para o diálogo com os partidos da oposição e com a Frente Patriótica Ruandesa (RPF), uma parcela da população *hutu* se demonstrou insatisfeita com as ações de Habyarimana, o que culminou na formação de um novo partido político denominado de Coalizão para a Defesa da República (CDR). Este partido detinha características extremistas e divulgava abertamente sua oposição à população *tutsi*. Mesmo com a CDR fazendo críticas ao posicionamento do governo e do partido de Habyarimana, o MRND (Movimento Revolucionário Nacional pelo Desenvolvimento), segundo argumentação de Desforges (1999) existia um apoio informal entre estes dois partidos, mas o governo não poderia ser associado publicamente a um partido que tinha um posicionamento radical em relação aos *tutsis*.

Em Abril de 1992, o presidente ruandês acorda com a incorporação dos partidos de oposição a um governo de coalizão. O MRND, porém, continua como maioria no governo – tendo uma atuação em setores estratégicos do país, como o ministério da Defesa – e Habyarimana continua como o presidente de Ruanda. Gourevitch (2006) relata que, mesmo com a nova proposta de um governo multipartidário, os ataques dos *hutus* aos *tutsis* ocorriam frequentemente, já que grupos rebeldes de *hutus* se encontravam mais organizados. O Movimento Revolucionário Nacional pelo Desenvolvimento auxiliava estes grupos, além de promover o ódio contra os *tutsis*.

Os meios de comunicação, principalmente por meio de comunicados propagados na radio estatal ruandesa, também contribuíram para o aumento da escalada da violência pelo país. Outro fator importante para o crescimento dos ataques dentro do país foi, em muitos casos, a falta da aplicação da lei e o fácil acesso a armamentos no país.

Na ausência de uma aplicação imparcial e eficaz das leis, aqueles que atacaram por motivos políticos multiplicaram seus abusos. Os criminosos comuns também aproveitaram do enfraquecimento da aplicação da lei para aumentar os assaltos e roubos. Armas de fogo de repente se tornam fáceis de obter, isso ocorre em parte como resultado de uma maior circulação de armas de fogo devido o aumento dos conflitos, e também pela distribuição de armamentos realizada por funcionários do governo. Granadas poderiam ser compradas no mercado por menos de US\$ 2,53. A disponibilidade de armas e granadas tornou o trabalho dos criminosos mais fáceis, certamente mais rentável e maior a probabilidade destes armamentos serem fatais para as vítimas. Em algumas comunidades, a Polícia Nacional e os soldados assassinaram e violentaram os civis que deveriam ser protegidos. Não era possível contar com a proteção do Estado, assim os ruandeses que seguiam as leis passaram também a investir em armamentos, já que temiam ataques por causa de sua política [...] (DESFORGES, 1999, p. 48, tradução nossa¹⁰⁸).

¹⁰⁸ In the absence of an impartial, effective enforcement of the laws, those who attacked with political motives multiplied their abuses. Common criminals profited too from the laxity of law enforcement to increase assaults

O governo de Habyarimana e os seus partidos aliados tinham consciência da importância da imagem externa de Ruanda, já que o governo detinha significativa dependência econômica de investidores externos. De acordo com Desforges (1999), os gastos militares, sociais e econômicos do país aumentaram como consequência dos crescentes conflitos entre *hutu* e *tutsis*. Essa situação fez crescer ainda, a dependência do país a instituições econômicas internacionais, como o Banco Mundial, e a importantes países europeus. Para não perder estes investimentos, era necessário manter uma melhor imagem de Ruanda, assim Habyarimana tenta diminuir as repercussões de ataques aos *tutsis* e ao mesmo tempo argumenta que o governo estaria negociando com a oposição para a formação de uma nova administração.

Neste mesmo período, o governo ruandês implementa um novo projeto econômico para obter um maior auxílio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. De acordo com Paris (2004), esta nova política econômica deveria reduzir os gastos do governo, promover a liberalização das importações, o fim dos subsídios para os produtores agrícolas, estabelecer um mercado autorregulado, sem interferência do governo, e, por fim, privatizar as empresas estatais.

Embora o objetivo imediato destas reformas fosse restaurar a estabilidade macroeconômica e a competitividade da economia de Ruanda, um número de doadores internacionais argumentava que estas medidas poderiam também auxiliar na redução das tensões políticas no país e assim levaria ao fim a crise econômica de Ruanda. (PARIS, 2004, p. 72, tradução nossa¹⁰⁹).

A necessidade de criar uma imagem positiva de Ruanda para outros países também estava relacionada às pressões internacionais para que, dentro do país, ocorresse um efetivo processo de democratização, por meio de eleições multipartidárias democráticas. Em Ruanda, porém, o processo de transformação política para uma democracia multipartidária ficou concentrado entre a elite política *hutu*. Clapham (1998) argumenta que os *tutsis* não tinham uma real inserção política no governo; assim, foi criada uma divisão entre os *hutus* mais

and robberies. Firearms had suddenly become easy to get, partly as a result of the war-time increase in the circulation of guns, partly as the result of distribution of weapons by officials. Grenades could be bought at the market for less than US\$ 2.53. The availability of guns and grenades made the work of criminals easier, more certain to be profitable, and more likely to prove fatal for the victims. In some communities, National Police and soldiers raped, pillaged, or even murdered the civilians they were supposed to be protecting. Unable to count on protection from the state, law-abiding Rwandans who feared attack because of their politics or their wealth also invested in guns [...]

¹⁰⁹ Although the immediate goal of these reforms was to restore macroeconomic stability and competitiveness to the Rwandan economy, a number of international donors argued that these measures would also help to reduce political tensions within the country by bringing the Rwandan economic crisis to an end.

radicais ligados às forças armadas e os moderados que apoiavam a maior inserção dos *tutsis* e tinham algumas conexões com a Frente Patriótica Ruandesa.

A Organização da Unidade Africana (OUA) auxiliou, inicialmente, na tentativa de constituição da paz em Ruanda através de negociações com o governo em relação à situação dos refugiados. A partir de 1991, com as pressões para o estabelecimento de um governo multipartidário, a organização assumiu o papel de mediador entre o governo de Habyarimana e os grupos de oposição ao seu governo. De 1991 a 1993 ocorrem diversas rodadas de negociação entre *tutsis* e *hutus* na tentativa de pacificação do país, principalmente entre o governo de Habyarimana e a Frente Patriótica Ruandesa. Devido a grande pressão da oposição interna e de outros países, além de pressões de organizações internacionais, as partes conseguem entrar em concordância em relação a alguns aspectos referentes à estrutura política e social do país. Assim, alcançam um acordo final denominado Acordo de Arusha.

Este acordo foi assinado pelo presidente ruandês em Agosto de 1993 na Tanzânia, e deveria por fim ao conflito entre as duas partes. Segundo Clapham (1998), este foi um acordo que teve a participação de importantes países e organizações. A Tanzânia teve o papel de mediador direto para a assinatura do acordo; delegações do Burundi, Zaire, Uganda (países fronteiriços com Ruanda), França, Alemanha, Estados Unidos também estiveram presentes no processo de negociação. A Organização da Unidade Africana juntamente com a ONU também estiveram presentes como observadores

O Acordo de Arusha relacionava diversas temáticas como a origem do poder executivo – com a promoção de novas eleições parlamentares –, a junção dos dois grupos em um exército nacional, a volta dos exilados políticos a Ruanda, dentre outros fatores. Ficou definido que, a ONU enviaria uma força de paz, neutra, para auxiliar na supervisão e implementação destes acordos entre as partes.

Os chamados Acordos de Arusha garantiam o direito de regresso aos exilados de Ruanda, prometiam a integração dos dois exércitos em conflito em uma única força nacional de defesa e estabeleciam o projeto de um amplo governo de transição, composto de representantes de todos os partidos políticos nacionais, incluindo a FPR. Habyarimana continuaria presidente até que se realizassem eleições, mas seu poder seria basicamente formal. E, o que é crucial, durante o período de implementação da paz, uma força de paz das Nações Unidas atuaria em Ruanda. A FPR nunca tivera a esperança de vencer sua guerra no campo de batalha; seu objetivo havia sido forçar um acordo político, e parecia tê-lo conseguido em Arusha. (GOUREVITCH, 2006, p. 97)

De acordo com Desforges (1999), o governo de transição deveria ter a participação de três grupos principais, a Frente Patriótica Ruandesa (RPF), o grupo político do presidente

Habyarimana e a representação do bloco partidário do Movimento Revolucionário Nacional pelo Desenvolvimento (MRND). Clapham (1998) argumenta que, após os acordos, a Frente Patriótica Ruandesa conseguiu, de forma rápida, o repatriamento de seus exilados e a participação política igual no Conselho de Ministros, que estava encarregado pela transição política do país a partir da formulação de um novo governo.

A rápida inserção da RPF em Ruanda ocorreu devido ao seu elevado nível de organização política e militar, diferente dos grupos *hutus* que formavam o governo ruandês. Estes não tinham uma representação concisa, já que o governo de Habyarimana não tinha controle sobre todos os grupos que o apoiavam, deixando, assim, os negociadores do governo sem a representatividade dos ideais de todos os grupos envolvidos.

Exemplo disso era, o “Poder Hutu” – grupo que tinha grande influência dentro do governo ruandês – que decidiu não participar das negociações do Acordo de Arusha, pois acreditavam que nenhum acordo deveria ser feito entre o governo e os representantes dos *tutsis*, acusando, inclusive, Habyarimana de traição por ter fechado negociação com as demais partes interessadas pela paz na região. Desforges (1999) também argumenta que, pouco tempo antes da assinatura dos acordos, o bloco político do MRND se dividiu. Isso, segundo ele, abriu um espaço para que os opositores desrespeitassem o acordo, ameaçando, assim, o processo de construção da paz.

A proposta de uma reforma econômica, política e social em Ruanda foi baseada em pressupostos do modelo da paz liberal, segundo os quais o fim do conflito e a pacificação ocorreriam a partir do desenvolvimento de valores democráticos e liberais. Partindo da premissa exposta por Hegre (2004), no sentido de que a paz democrática interna e internacional, aliadas ao desenvolvimento socioeconômico, levaria à paz. E também a partir da conceituação de paz liberal realizada por Richmond (2005), pode-se afirmar que, em Ruanda, se teve a intenção da aplicação dos modelos da paz institucional e constitucional. Acreditava-se que, a partir da instituição de regras formuladas pelo Estado, juntamente com a promoção do livre-comércio e da democracia, ocorreria o fim do conflito e a paz no território seria alcançada.

A partir da exposição em relação à repercussão da assinatura do Acordo de Arusha, pode-se analisar que o governo Habyarimana sofreu grande pressão internacional para aceitá-lo, principalmente de organizações internacionais e países investidores, que acreditavam na possibilidade que o desenvolvimento de uma democracia liberal levaria ao fim dos conflitos. De acordo com Paris (2004), cerca de 70% dos investimentos públicos realizados em Ruanda eram financiados por agentes externos, havendo, por isso, uma grande dependência do país a

estes atores. Em contrapartida a estas pressões, muitos grupos *hutus* que apoiavam o governo não concordaram com tal ação, aumentando, assim, as chances de que as propostas contidas no acordo não fossem implementadas. Existia, ainda, a probabilidade do aumento das retaliações contra os *tutsis*.

A introdução de formas políticas “liberais”, baseadas na abertura e na concorrência, em um cenário no qual o controle de recursos escassos é monopolizado pelo Estado, e no qual o próprio Estado é monopolizado por uma pequena elite que procura defender os seus interesses, seja pela manipulação ou pela força. Em Ruanda, onde a elite estava profundamente ameaçada e propensa a recorrer à violência, as perspectivas para uma transferência pacífica do poder através da negociação de um quadro constitucional foi, na melhor das hipóteses, reduzida. (CLAPHAM, 1998, p. 203/204), tradução nossa¹¹⁰).

Dessa forma, Paris (2004) analisa que neste período havia certa imprecisão na intermediação dos atores internacionais, em relação à ideia de que a aplicação do Acordo de Arusha e a implementação de um novo modelo político e econômico em Ruanda (a constituição de uma democracia liberal) levaria ao fim do conflito entre *hutus* e *tutsis* e, finalmente, a pacificação do país. Assim, Clapham (1998) argumenta que nas negociações de Arusha, estes atores detinham um plano de ações pré-estabelecido para a mediação do conflito, e que a aplicação deste modelo traria a resolução das divergências, mas não analisavam os impactos e as consequências imediatas para as partes envolvidas no conflito.

A Organização das Nações Unidas, em especial os países do Conselho de Segurança, analisaram o pedido de envio de uma missão de paz a Ruanda como uma grande oportunidade para restaurar sua imagem, arranhada por diversas repercussões negativas devido ao fracasso das operações de paz na Somália. Fenton (2004) argumenta que a operação de paz para Ruanda era vista pelo Conselho de Segurança como uma missão que não teria dificuldades. Isso porque as duas partes envolvidas no Acordo de Arusha consentiram com a entrada de uma operação de paz da ONU no país com o objetivo de auxiliar na efetivação dos acordos, ao mesmo tempo em que o governo de Habyarimana e a Frente Patriótica Ruandesa pareciam respeitar o cessar-fogo.

Os diversos atores internacionais, envolvidos na negociação de paz de Ruanda, em especial as Nações Unidas, compartilhavam um mesmo consenso democrático liberal sobre o

¹¹⁰ The introduction of 'liberal' political forms, based on openness and competition, into a setting in which the control of scarce resources is monopolized by the state, and in which the state itself is monopolized by a small elite, creates inherent conflicts, because it is only to be expected that the elite will seek to defend its interests, either by manipulation or by force. In Rwanda, where that elite was deeply threatened and prone to resort to violence, the prospects for a peaceful transfer of power through a negotiated constitutional framework were, at best, slight.

que era necessário para a construção da paz. Assim, Richmond (2005) argumenta que esta operação seria construída por meio da política da “paz como governança”, na qual estes atores aplicariam seus pressupostos no território ruandês.

Um único paradigma – o internacionalismo liberal – parece orientar o trabalho da maioria dos organismos internacionais envolvidos na construção da paz. A questão central desse paradigma é a suposição de que a base mais segura para a paz, tanto dentro como entre os Estados, é a democracia de mercado, ou seja, um sistema político democrático liberal e uma economia orientada para o mercado. A construção da paz (peacebuilding) é de fato uma enorme experimento de engenharia social, uma experiência que envolve o transplante de modelos ocidentais de organização social, política e econômica em Estados devastados pela guerra com o objetivo de controlar o conflito civil: em outras palavras, a pacificação através da liberalização política e econômica. (PARIS, 1997, p. 56, tradução nossa¹¹¹).

Em Outubro de 1993, a ONU aprova a Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR), que tinha como objetivo auxiliar na manutenção da paz no país, como havia sido acordado entre as partes em Arusha. De acordo com Paris (2004), a UNAMIR tinha como principais funções a contribuição para garantir a segurança em Kigali (capital de Ruanda), o monitoramento do acordo de cessar-fogo entre o governo e a RPF, e a fiscalização entre as fronteiras do país com Uganda. Esta missão tinha, ainda, a função de supervisionar a aplicação dos acordos relacionados à reforma militar, fiscalizar a situação do governo transitório - levando a novas eleições -, monitorar a volta dos refugiados e garantir o auxílio para que o trabalho de assistência humanitária fosse realizado.

Havia grandes limitações econômicas no escopo de atuação da UNAMIR, além de orçamento baixo para as provisões necessárias, tais como armamentos e demais equipamentos e logística. De acordo com Desforges (1999), a ONU passava por uma política de contenção de gastos nas operações de paz, já que um dos maiores financiadores destas operações, os Estados Unidos, decidiram realizar cortes em seus financiamentos para a organização.

Um perito em operações militares da ONU recomendou que na UNAMIR fosse incluso um mínimo de 8.000 soldados. O General Romeo Dallaire, nomeado como comandante da operação pediu 4.500. Os EUA propunham inicialmente 500. Quando o Conselho de Segurança finalmente agiu em 05 de Outubro de 1993, foi

¹¹¹ A single paradigm - liberal internationalism - appears to guide the work of most international agencies engaged in the peacebuilding. The central tenet of this paradigm is the assumption that the surest foundation for peace, both within and between states, is market democracy, that is, a liberal democratic polity and a market-oriented economy. Peacebuilding is in effect an enormous experiment in social engineering - an experiment that involves transplanting Western models of social, political, and economic organization into war-shattered states in order to control civil conflict: in other words, pacification through political and economic liberalization.

estabelecido à Missão de Assistência das Nações Unidas em Ruanda (UNAMIR) o nível de 2.548 soldados. (DESFORGES, 1999, p. 99, tradução nossa¹¹²).

As operações de paz em Ruanda, por meio da UNAMIR, inicialmente progrediram, como as negociações entre as partes para a instalação de um governo transitório. Porém, os partidos aliados ao governo de Habyarimana demonstravam certa resistência aos acordos e a atuação dos *peacekeepers* dentro do território ruandês. Fenton (2004) expõe que, a partir do final de 1993 e início de 1994, os conflitos entre *hutus* e *tutsis* aumentaram, principalmente pela parte extremista *hutu* (como a CDR e outro grupos) demonstrando que o presidente já não tinha controle sobre as ações de todas as representações *hutus*. Em igual período, representantes da Frente Patriótica Ruandesa passaram a desconfiar da efetividade da atuação UNAMIR.

Juvénal Habyarimana foi nomeado presidente do governo de transição no início de Janeiro de 1994, mas a falta de acordo impediu que as demais disposições do acordo de Arusha fossem implementadas. Além disso, em Fevereiro de 1994 se teve um aumento da tensão e da violência política entre os principais partidos. Isso levou a uma frustração entre os membros do Conselho de Segurança que culminou com a ameaça do Conselho de retirar sua força de paz do território se um rápido progresso não fosse feito. Por sua parte, a FPR tinha sido cautelosa com a grande presença da ONU, porque acreditava-se que a França, um aliado chave do governo de Ruanda, utilizava a operação de paz para proteger os seus aliados em Kigali. Dessa forma, a FPR procurou limitar o tamanho e a atuação da operação da ONU. (FENTON, 2004, p. 126, tradução nossa¹¹³).

Desforges (1999) argumenta que muitas das funções das operações de paz da ONU em Ruanda propostas pelos acordos firmados entre as partes não foram completamente realizadas, e, em alguns momentos, até modificadas, justamente pela falta de recursos enfrentada pelos *peacekeepers*. O autor cita como exemplo de tais ações, a garantia da segurança no país. Inicialmente o Acordo de Arusha determinava que as forças de paz da ONU auxiliariam na garantia da segurança em todo território ruandês, porém, devido as

¹¹² One U.N. military expert had recommended that UNAMIR include a minimum of 8,000 soldiers. General Romeo Dallaire, named as commander, had asked for 4,500. The U.S. initially proposed 500. When the Security Council finally acted on October 5, 1993, it established the U.N. Assistance Mission in Rwanda (UNAMIR) at a level of 2,548 troops.

¹¹³ Tradução nossa: Juvénal Habyarimana was appointed President of the transitional government in early January 1994, but lack of agreement prevented the other provisions of the Arusha agreement from being implemented. In addition, February 1994 saw increased tension and political violence between the main parties. This led to frustration among members of the Security Council culminating in a threat from the UNSC to withdraw the peacekeeping force if more rapid progress was not made. For its part, the RPF was wary of a large UN presence because it believed that France, a key ally of the Rwandan government, was using the peacekeeping operation to protect its allies in Kigali. Consequently, the RPF sought to limit the size of the UN operation.

dificuldades enfrentadas pelo Conselho de Segurança, estas forças passaram a contribuir somente para a segurança da capital (Kigali) e regiões próximas.

A população de Ruanda passou a desconfiar da atuação e do poder da UNAMIR, em relação à garantia de segurança do país e o monitoramento da implementação dos acordos por parte dos *hutus* e *tutsis*. Gourevitch (2006) expõe que o receio aos *peacekeepers* estava ligado às recentes missões de paz realizadas pela ONU que haviam fracassado; além do seu limitado poder se comparado a outras missões. Estas restrições estão relacionadas às determinações produzidas pelo Conselho de Segurança para a missão, já que os *peacekeepers* não estavam autorizados a utilizar a força – somente em auto defesa – somada a uma escassez de armamentos para a operação.

Como em outras operações, a UNAMIR poderia usar suas armas “normalmente apenas para autodefesa”. O uso da força para dissuasão ou retaliação foi proibido e o uso para autodefesa era legítimo, foi definido no sentido de “resistência às tentativas por meio eficaz para evitar que a Força exercesse as funções sob o mandato da UNAMIR”. A principal regra era que o uso da força fosse mínimo. De acordo com essas indicações a força foi levemente armada. (DESFORGES, 1999, p. 100, tradução nossa¹¹⁴).

As Nações Unidas esperavam que o modelo liberal democrático disseminado no início dos anos noventa nas operações de paz, fosse um dos fatores determinantes para a construção de um novo governo e a manutenção da paz em Ruanda, considerando que o novo governo multipartidário seria eleito de forma democrática. Assim Richmond (2004) argumenta que, a partir deste consenso democrático liberal, ocorreriam mudanças estruturais que promoveriam o fim da violência.

A partir da entrada efetiva da UNAMIR em Ruanda, os próprios participantes da missão perceberam que os extremistas *hutus* se armavam rapidamente e diversos ataques aos *tutsis* foram relatados nesta mesma época. A UNAMIR enviou ao Conselho de Segurança diversos relatórios alertando para a situação no país, requerendo, também, um maior auxílio para a missão efetivar suas ações. Em um destes relatórios citado por Desforges (1999), o comandante da missão, Romeo Dellaire, alerta para a recorrência dos conflitos, mesmo após a determinação dos acordos, e o papel que operação deveria ter frente a estas situações.

¹¹⁴ Like other such operations, UNAMIR was to use weapons “normally for self-defense only.” The use of force for deterrence or retaliation was forbidden and self-defense, which was legitimate, was defined to mean “resistance to attempts by forceful means to prevent the Force from discharging its duties under the mandate of UNAMIR.” The overriding rule was to be the use of minimum force. In accord with these directions, the force was lightly armed.

No parágrafo 17, Dallaire enuncia em linguagem extremamente forte e clara a responsabilidade da força se confrontados com crimes contra a humanidade. Lê-se: Também pode ser étnicos ou politicamente motivados os atos criminosos cometidos durante este mandato, que será moral e legalmente exigir que a UNAMIR utilize de todos os meios disponíveis para detê-los. Exemplos disso são as execuções, ataques a pessoas deslocadas ou refugiadas, conflitos étnicos, ataques a soldados desmobilizados, etc. (DESFORGES, 1999, p. 100, tradução nossa¹¹⁵).

Além dos crescentes ataques dos *hutus* aos *tutsis*, havia um receio pela segurança dos próprios *peacekeepers*, já que estes não eram bem vistos por parte de grupos radicais *hutus*. Estes grupos não concordavam com a aplicação dos Acordos de Arusha, e também pelo fato de que parte das tropas da ONU que estavam em Ruanda era proveniente da Bélgica, existindo, assim, um sentimento de repúdio justificado por todo o período da colonização belga em Ruanda.

Desforges (1999) expõe que, até meados de 1994, diversos relatórios – não só da UNAMIR, mas de observadores e embaixadas de países que participavam da operação – alertavam para a eminência de um conflito de maiores proporções. Isso porque existiam provas de que grupos radicais *hutus* – muitas vezes acobertados pelo próprio governo – se armavam rapidamente e tinham planos de ataques à população tutsi (não somente a RPF, mas grupos políticos e civis). Pedidos para a mudança no foco de atuação da UNAMIR foram feitos pelo comandante da operação ao Conselho de Segurança, na tentativa de impedir o crescimento da violência na região; porém, o Conselho permaneceu com os objetivos originais das operações de paz em Ruanda.

No entanto, a base consensual da operação parecia mais sólida do que era na realidade. General Romeo Dallaire, o Comandante canadense da Força da UNAMIR, argumentou que a avaliação da ONU sobre a base consensual de que a operação foi superficial “e não refletem claramente que houve uma considerável oposição entre os elementos linha-dura do governo, e mais importante, a sua milícia para o acordo de paz. Da mesma forma, os oficiais da RPF, acreditavam que a participação do governo ruandês no processo de Arusha foi uma estratégia para dar mais tempo para a preparação do plano de genocídio. (FENTON, 2004, p. 127, tradução nossa¹¹⁶).

¹¹⁵ In paragraph 17, Dallaire spelled out in extraordinarily strong and clear language the responsibility of the force if confronted with crimes against humanity. It reads: There may also be ethnically or politically motivated criminal acts committed during this mandate which will morally and legally require UNAMIR to use all available means to halt them. Examples are executions, attacks on displaced persons or refugees, ethnic riots, attacks on demobilized soldiers, etc.

¹¹⁶ However, the consensual basis of the operation appeared more solid than it was in reality. Brigadier-General Roméo Dallaire, the Canadian Force Commander of UNAMIR, has argued that the UN's assessment of the consensual basis of the operation was superficial "and did not clearly reflect that there was considerable opposition among the hard-liner government elements, and more importantly, their militia to the peace agreement. Similarly, RPF officials believed that the Rwandan government's participation in the Arusha Process was a delaying strategy in order to give it time to more fully prepare for the planned genocide.

A mídia em Ruanda foi forte aliada para o aumento da violência contra os *tutsis*. O governo detinha a maioria dos meios de comunicação e grupos radicais, como a CDR (Coalização para a Defesa da República), também tinham acesso a estas mídias. Dessa forma, rádios e jornais divulgavam falsas notícias, em que simulavam ataques *tutsis* a *hutus*, passando mensagens de ódio contra a minoria em questão. Gourevitch (2006) argumenta que destas ações surgiram consequências como represálias por parte de representantes *tutsis* da Frente Patriótica Ruandesa aos *hutus*.

O principal veículo utilizado pelos diretores da CDR para difundir seus conceitos sobre a supremacia étnica hutu para a população de Ruanda foi uma estação de rádio privada – Radio Télévision Libres des Milles Collines (RTL) - cujas transmissões foram, de acordo com um observador ocidental, “o mais virulento e eficaz incitamento ao ódio e violência” contra a população tutsi de Ruanda. Durante e imediatamente após as negociações dos Acordos de Arusha, a matança de civis *tutsis* tornaram-se mais frequentes. Crescendo a evidência que milícias *hutus* associadas ao CDR e ao partido do governo foram responsáveis por alguns desses crimes. (PARIS, 2004, p. 73, tradução nossa¹¹⁷).

A UNAMIR passa a perder sua credibilidade no território ruandês, pois detinha o conhecimento dos meios que geravam o crescimento da violência no país, mas não podia atuar de uma forma mais incisiva. Desforges (1999) argumenta que a operação de paz da ONU não foi autorizada a interferir em ações que claramente incitavam o conflito entre *hutus* e *tutsis*, como por exemplo, a apreensão que não pode ser feita de um significativo arsenal de armas, que os *hutus* adquiriram neste período. A operação também não conseguiu aprovação do Conselho de Segurança para o fim das transmissões da rádio RTL, este último exemplo seria mais difícil de conseguir aceitação, já que uma das metas da UNAMIR era a reconstrução dos meios de comunicação. Assim o impedimento de transmissão da RTL poderia colocar em contradição as proposições da operação.

As ações de contestação ao acordo de paz entre *tutsis* e *hutus* e às ações das Nações Unidas em Ruanda demonstram a diferente percepção do local em relação às ações de *peacebuilding*. Liden (2009) relata que em muitas operações de paz há um distanciamento das formulações das políticas intervencionistas e as consequências das aplicações destas. Ou seja, as premissas externas podem ser reinterpretadas a partir das perspectivas locais. No

¹¹⁷ The CDR's principals vehicle for spreading its concepts of Hutu ethnic supremacy to the population of Rwanda was a private radio station - Radio-Télévision Libres des Milles Collines (RTL) - whose broadcasts were, according to one Western observer, "the most virulent and effective incitement to hatred and violence" against Rwanda's Tutsi population. During and immediately after the negotiation of the Arusha Accords, the killing of tutsi civilians became more frequent. Evidence mounted that hutu militia groups associated with the CDR and the ruling party were responsible for some of these killings.

contexto de Ruanda o governo *hutu* incorpora algumas medidas democráticas e liberais não com o objetivo de estabelecer a paz no país, mas para manter a credibilidade com credores externos. A finalidade do crédito não era para o investimento em ações que promovessem o desenvolvimento de Ruanda e sim o financiamento de ações militares contra os *tutsis*.

O Secretário Geral da ONU, Boutros-Ghali, tenta negociar com o presidente Habyarimana as questões relativas ao desrespeito dos acordos firmados entre o governo *hutu* e a RPF, ameaçando em última instância, levar esta temática ao Conselho de Segurança. Porém, o presidente ruandês não demonstrava sinais de cooperação, mas ao mesmo tempo Boutros-Ghali se mostrava reticente em acionar medidas mais drásticas, já que o Conselho não demonstrava muito interesse no aumento dos gastos da operação da UNAMIR e na própria situação que ocorria em Ruanda. Desforges (1999) relata que a situação foi levada no último momento para o Conselho, e somente em Fevereiro de 1994 este se posicionou em relação ao caso.

Em 13 de Janeiro, Boutros-Ghali definiu uma meta de quarenta e oito horas para conseguir deter os preparativos de violência de Habyarimana, porém ele esperou até o dia 10 de Fevereiro para levar a questão ao Conselho de Segurança, apesar dos indícios anteriores de que o presidente de Ruanda não tinha a intenção de cooperar. A breve declaração emitida pelo Conselho em 17 de Fevereiro “expressando preocupação” em relação a situação apenas reforçou a impressão tímida da ONU - ou talvez a indiferença – em face aos preparativos para o massacre. (DESFORGES, 1999, p.131, tradução nossa¹¹⁸).

No dia 6 Abril de 1994, Juvenal Habyarimana, regressava de uma reunião com chefes de Estados do continente africano. Em que, de acordo com Desforges (1999), o presidente ruandês havia consentido aplicar a transição governamental multipartidária em Ruanda. Fenton (2004) afirma que a instalação deste governo transitório estava planejada para o dia 8 do mesmo mês, porém, na sua viagem de regresso, o avião que o transportava cai, ocasionando a morte dos presidentes de Ruanda e do Burundi (o também *hutu*, Cyprien Ntaryimira).

Há uma indefinição, nos estudos sobre Ruanda, em relação à causa da morte de Habyarimana. Autores como Fenton (2004) argumentam que o avião em que o presidente estava foi abatido pelo grupo extremista *hutu*. Gourevitch (2006) e Paris (2004) descrevem como um acidente, mas não concluem se este foi intencional. Já Desforges (1999) relata que o

¹¹⁸ On January 13, Boutros-Ghali set a goal of getting Habyarimana to halt the preparations for violence within forty-eight hours, but he then waited until February 10 to take the matter to the Security Council, despite indications much earlier that the Rwandan president did not intend to cooperate. The mild statement issued by the council on February 17 “expressing concern” over the situation only reinforced the impression of U.N. timidity—or perhaps indifference—in face of the preparations for slaughter.

avião foi abatido intencionalmente, mas não se sabe por quem. O autor argumenta que os *tutsis* da RPF, os *hutus* moderados, e grupos extremistas *hutus* (como a CDR) teriam diferentes motivos para assassinar o presidente. Mesmo que as informações sobre a morte do presidente sejam incertas, pode-se analisar que este acontecimento desencadeou grandes reações de violência no território ruandês.

Com a morte de Habyarimana, a Frente Patriótica Ruandesa esperava que a mudança para um governo multipartidário fosse facilitada, juntamente com o apoio da UNAMIR. Porém devido ao grande número de especulações em relação à morte do presidente, graves acontecimentos foram desencadeados em Ruanda. Diversos grupos políticos aproveitaram a situação para iniciar ataques aos seus opositores. Desforges (1999) afirma que os partidários de Habyarimana acusaram as tropas belgas – que pertenciam a UNAMIR – pela morte do governante, já os grupos extremistas *hutus* (como a CDR e a parcela mais radical do governo) acusaram os *tutsis* da Frente Patriótica Ruandesa.

Paris (2004) relata que imediatamente os grupos *hutus* iniciaram ataques a grupos políticos formados por *tutsis* e *hutus* moderados, aos representantes da igreja, ativistas sociais e jornalistas que se posicionavam a favor da transição democrática no país. Assim, qualquer pessoa considerada influente na sociedade ruandesa contrária ao regime *hutu*, ou favorável à implementação dos acordos firmados em Arusha, seria assassinada. Integrantes das forças armadas do presidente Habyarimana, juntamente com as milícias *hutus*, iniciaram diversos ataques a civis, em especial aos *tutsis*. Um dia após o início dos ataques, a Frente Patriótica Ruandesa, ao perceber que a aplicação dos acordos não ocorreria, inicia a retaliação aos grupos *hutus*.

Neste momento, a UNAMIR necessitava agir de forma rápida, porém o comandante da operação tinha consciência que suas ações eram limitadas, devido às atribuições do mandato, ao número de *peacekeepers*, à restrição de equipamentos e armamentos, entre outros fatores. Assim, não foi possível interferir diretamente no conflito entre *tutsis* e *hutus*. Inicialmente, o comandante Dallaire decidiu negociar entre as partes, na tentativa de garantir a aplicação dos acordos, dessa forma, a operação traça uma estratégia de proteção a determinados políticos e pessoas influentes (que seriam essenciais para o governo transitório).

Fenton (2004) cita como exemplo a tentativa de proteger a suposta primeira ministra do governo de transição, Agathe Uwilingiyimana, um dos principais alvos dos grupos *hutus*, considerando que ela tinha um papel fundamental para o novo governo e na aplicação do Acordo de Arusha. As ações dos *peacekeepers*, porém, eram restritas, estes não puderam

retaliar os rebeldes *hutus* e assim não conseguiram impedir a morte dela e das demais pessoas que eram importantes para o estabelecimento de um novo governo.

Atuando de acordo com os princípios tradicionais das operações de paz se deixou a força vulnerável, uma vez que os extremistas *hutus* ganharam o controle e anunciaram no dia 08 de Abril a formação de um governo “provisório”. Uma das duas partes estáveis com quem a ONU tinha concordado com a implantação da UNAMIR, ou seja, o governo de Ruanda estava tumultuado. Implantada com um número limitado de pessoas, levemente armadas e dispersas por toda Kigali e no resto do país, fez com que a UNAMIR não estivesse em condições de responder com força aos ataques da FAR e da *Interahamwe* sobre os civis. Eles foram, no entanto, capazes de oferecer proteção limitada a grandes grupos de civis aterrorizados em vários pontos de Kigali, através da sua presença. (FENTON, 2004, p.129, tradução nossa¹¹⁹).

Neste período de tensão, além das poucas ações realizadas pela UNAMIR os *peacekeepers* também sofriam ameaças dos grupos rebeldes. Fenton (2004) relata que um grupo de soldados belgas, pertencente à operação de paz, foi capturado pelas Forças Armadas Ruandesas (FAR), culminando com a morte dos soldados. O autor argumenta que uma das justificativas para a morte destes *peacekeepers* era a de que o governo Belga, até os anos 1980, se apresentava como um grande fornecedor de armamentos para o governo ruandês, e a partir da década de 1990 este fornecimento foi interrompido. Porém a mídia ruandesa criou informações que acusavam os belgas de apoiarem a Frente Patriótica Ruandesa.

A partir destes relatos de violência sistemática – principalmente contra os *tutsis* – e do desrespeito por parte dos *hutus* aos acordos firmados, o Conselho de Segurança da ONU inicialmente mostrou preocupação em relação aos fatos, recriminou os assassinatos e pediu às partes que cessassem os atos violentos. Porém, nenhuma ação imediata efetiva foi realizada. A UNAMIR continuava com as mesmas atribuições, e não recebeu mais recursos para a missão. Pelo contrário, após o assassinato de *peacekeepers* belgas, o governo da Bélgica requereu a saída de todos os seus soldados de Ruanda.

Os militares do governo de Habyarimana – em especial as Forças Armadas Ruandesas –, juntamente com os grupos políticos *hutus*, formaram um novo governo, em que os militares detinham uma grande influência nas decisões políticas. Os assassinatos aos *tutsis* continuaram, com o governo incentivando a própria população *hutu* a matar os *tutsis*.

¹¹⁹ Operating according to traditional peacekeeping principles left the force vulnerable once the extremist Hutu elements gained control and announced the formation of an "interim" government on 8 April. One of the two stable parties with whom the UN had agreed to the deployment of UNAMIR, namely the Rwandan government, was in turmoil. Deployed with a limited number of personnel, lightly armed, and dispersed throughout Kigali and the rest of the country meant that UNAMIR was not in a position to respond with the force to the attacks of the FAR and *interahamwe* on civilians. They were however, able to offer limited protection to large groups of terrorized civilians at various gathering points throughout Kigali largely through their presence.

Gourevitch (2006) argumenta que os *hutus* foram manipulados pelo governo (através dos diversos fatores já expostos) e que a população se tornou sua maior arma, já que os *hutus* eram a maioria em Ruanda. Não existem dados concretos em relação aos números de mortos durante este período, mas diversos autores estimam que, em aproximadamente cem dias, mais de oitocentos mil ruandeses, em sua maioria, *tutsis*, foram mortos.

Membros das milícias locais e camponeses comuns hutus logo começaram a matar os civis tutsis em todo o país. Durante os próximos três meses, algo entre quinhentos mil e um milhão de ruandeses tutsis foram assassinados pelos seus compatriotas hutus, e cerca de quatro milhões (aproximadamente metade da população de Ruanda antes da guerra) foram deslocados de suas casas em “um dos atos mais intensamente violentos da história”. (PARIS, 2004, p. 73, tradução nossa¹²⁰).

Após quase um mês de conflitos, e diversos requerimentos da UNAMIR ao Conselho de Segurança, o Secretário Geral da organização leva ao Conselho três opções para a situação de Ruanda. Fenton (2004) expõe que a primeira seria o reforço imediato da operação para coagir as partes ao fim do conflito. A segunda opção consistia na retirada parcial da UNAMIR do território, em que ficaria um pequeno número de *peacekeepers* para negociar a volta ao processo de paz, firmado no Acordo de Arusha. Já a última opção seria a retirada completa das forças de paz de Ruanda.

Após diversas discussões, os membros do Conselho decidiram colocar em prática a segunda opção, em que somente parte da tropa seria mantida em território ruandês para a negociação de um acordo de paz entre as partes, ou seja, as suas funções também foram limitadas. A opção de reforço das tropas e uma atuação mais enérgica desta não foram aprovadas devido aos altos gastos a serem providos pela organização, ao mesmo tempo em que se tinha uma insegurança para o estabelecimento da paz na região após a morte do presidente Habyarimana.

Fenton (2004) argumenta que importantes membros do Conselho de Segurança não tinham interesse no reforço desta operação de paz, a exemplo da França, um dos principais parceiros comerciais (principalmente em exportação de armamentos) e um dos grandes financiadores do governo *hutu*. Os Estados Unidos tinham um direcionamento de sua política externa para promoção de valores democráticos e liberais, principalmente nas operações de

¹²⁰ Member of local militias and ordinary Hutu peasants soon began killing Tutsi civilians throughout the country. Over the next three months, somewhere between five hundred thousand and one million Rwandan tutsis were murdered by their Hutu compatriots, and an estimated four million (roughly half of Rwanda's prewar population) were displaced from their homes in "one of history's most intensely violent acts".

paz em que participava. A operação em Ruanda, porém, não era considerada de extrema importância e o governo estadunidense não desejava aumentar seus gastos.

No final do mês de Maio de 1994, devido a fortes pressões internacionais - advindas de Organizações Não Governamentais, de países que não eram membros do Conselho de Segurança, da Organização da Unidade Africana, e de próprios grupos ruandeses que relatavam o massacre que ocorria no país – os membros do Conselho decidem reconsiderar as suas decisões. Muitos desses grupos já caracterizavam os acontecimentos como um genocídio.

Assim é decidida a criação da UNAMIR II, que estaria encarregada da proteção dos civis e, ao mesmo tempo, de promover um auxílio aos deslocados. Fenton (2004) argumenta que a decisão de não intervir no conflito mostrou o receio do Conselho em assumir grandes riscos e, dessa forma, a primeira missão (UNAMIR) seria a retirada da região.

A maioria dos observadores políticos de Ruanda concluiu que o genocídio foi cuidadosamente planejado e orquestrado por um grupo relativamente pequeno de hutus pertencentes à elite do regime político, militar e econômico, incluindo membros do próprio partido de Habyarimana, que tinham criado e estavam no controle da rede de milícias locais que realizaram a primeira onda de assassinatos (embora o genocídio tenha se tornado menos organizado, com a participação de camponeses hutus estimulados pelas estações de rádios controladas pelo governo, juntou-se à agitação). O genocídio efetivamente terminou com a missão de peacebuilding (construção da paz) da ONU em Ruanda, já que a atenção da comunidade internacional foi deslocada para a nova crise de refugiados causados por centenas de milhares de hutus que fugiam para os países vizinhos. (PARIS, 2004, p. 74, tradução nossa¹²¹).

A partir deste cenário, partindo do pressuposto de Galtung (1969) sobre a paz negativa e a paz positiva, as funções delegadas a UNAMIR conseguiram estabelecer a paz negativa, já que antes da morte do presidente ruandês – fato que culminou a volta do enfrentamento das partes envolvidas – as duas partes do conflito, *tutsis* e *hutus*, concordaram no cessar fogo, dessa forma o fim da violência direta ocorreu. A paz positiva, porém, não foi alcançada, já que não se conseguiu instaurar bases para que a paz perdurasse, e dessa forma não ocorreu o fim da violência estrutural.

“O trágico insucesso do processo de paz em Ruanda baseava-se na suposição de que uma expansão da participação política que culminaria na realização de eleições democráticas,

¹²¹ Most observers of Rwandan politics have concluded that the genocide was carefully planned and orchestrated by a relatively small group of Hutus belonging to the regime's political, military, and economic elite, including members of Habyarimana's own party, who had created and were in control of the network of local militias that conducted the initial wave of killings (although the genocide became less organized as ordinary Hutu villagers, spurred on by government-controlled radio stations, joined in the frenzy). The genocide effectively ended the UN peacebuilding mission in Rwanda, as the international community's attention shifted to the new refugee crisis caused by hundreds of thousands of Hutus fleeing into neighboring countries.

seria capaz de criar as bases para a reconciliação nacional e a paz.” (PARIS, 2003, p.450, tradução nossa¹²²). Adicionado aos fatores estruturais da UNAMIR – como, por exemplo, a restrição econômica e logística –, a tentativa da construção de bases políticas multipartidárias juntamente com a promoção de eleições democráticas, não foi suficiente para a promoção da paz no território ruandês.

Partindo da classificação proposta por Richmond (2005) em relação às etapas da aplicação do modelo da paz liberal nas intervenções, é considerado que as operações de paz em Ruanda podem ser classificadas em duas etapas: a ortodoxa e a conservadora. O objetivo inicial desta intervenção era baseado na fase ortodoxa, em que se tem uma transferência de valores e normas ligados ao modelo político a ser implementado para a construção da paz.

A partir destes princípios, a ONU elaborou o mandato da UNAMIR, em que esta operação deveria incentivar e auxiliar na aplicação dos acordos firmados em Arusha, e principalmente, buscar o desenvolvimento de uma democracia liberal em Ruanda. Porém devido aos acontecimentos internos, esta operação também pode ser classificada em certa medida como conservadora, já que ocorreu a tentativa de transferir um modelo de paz por atores externos, que associavam a construção da paz ao desenvolvimento econômico e político do país.

Os *tutsis*, representados pela Frente Patriótica Ruandesa, começam a ganhar força dentro de Ruanda e, no mês de Julho de 1994, o grupo conseguiu dominar o poder político e militar na capital Kigali. O número de adeptos à sua política aumenta e o exército *hutu*, junto com grupos extremistas se enfraquece. Os *hutus* perderam seu poder, pois, mesmo sendo maiores em quantidade eram menos organizados politicamente, já que existiam divergências em relação à participação das forças armadas nas decisões políticas.

Dessa forma, a RPF chega ao poder político ruandês e anuncia o estabelecimento de um novo governo, em que seria composto por líderes do próprio grupo e por alguns políticos que haviam sido selecionados para o governo de transição (estipulado no Acordo de Arusha). Paris (2004) argumenta que, mesmo com o fim do conflito direto entre *hutus* e *tutsis*, ainda existiam diversos problemas a serem solucionados, não representando a chegada da RPF ao poder como uma solução efetiva para o país.

O fracasso das operações de paz em Ruanda pode ser explicado por diversos fatores já abordados neste trabalho. A partir das perspectivas críticas elaboradas por Richmond (2005) e

¹²² Rwanda's tragically unsuccessful peace process rested on the assumption that an expansion in political participation, culminating in the holding of democratic elections, would create the foundations for national reconciliation and peace.

Hegre (2004), pode se analisar que a ideia de construção da paz em Ruanda, por meio da promoção do modelo democrático liberal, não levou ao fim das divergências entre *hutus* e *tutsis*. Devido às especificidades internas da região, a aplicação de um modelo externo não foi efetiva, deixando de existir, assim, uma relação direta entre os incentivos para o desenvolvimento econômico e o fim dos conflitos internos.

Líden (2009) ressalta que o processo para a implementação da paz liberal muitas vezes é simplificado e generalizado. Assim ao ser aplicado em diferentes casos os resultados almejados pelos países do Norte muitas vezes não são alcançados, Ruanda pode ser considerada uma das diversas distorções da aplicação da democracia liberal. A partir do pensamento pós-colonial o autor destaca a necessidade do desenvolvimento de ações que não criassem Estados dependentes das condicionalidades ocidentais, mas sim a construção de mecanismos que permitissem a autonomia das sociedades locais.

A condição pós-colonial não é nativa, indígena, tradicional, pré-moderno ou pré-colonial. É um estado irreversível de hibridismo; misturas heterogêneas do moderno e um não moderno, liberal e não liberal, indígena e estrangeira, local e global. A resposta política à crítica da construção da paz liberal não deve, portanto, ser a negação da agência internacional, mas o engajamento com base em uma melhor concepção das condições da ação legítima e eficiente que promova, em vez de compromissos, autonomia local. Neste contexto, a conceituação de "autonomia local" faz a diferença política. (LIDÉN, 2009, p. 10, tradução nossa¹²³).

Assim a relação entre o local e o global – explicado por Darby (2004) – deve ser modificada. Pois o local não pode ser definido somente como o tradicional ou o atrasado, este passa a ser uma manifestação em menor escala do global. Ou seja, Líden (2009) argumenta que a hibridização destas regiões não permite a utilização de binarismos e diferenciações. As ações de intervenções devem ser geridas por esta nova mentalidade, não havendo a imposição de modelos de reconstrução estatal que estão distantes das realidades locais.

5.3 Comparações entre Moçambique e Ruanda

¹²³ The postcolonial condition is not native, indigenous, traditional, pre-modern or pre-colonial. It is an irreversible state of hybridity; heterogeneous mixtures of the modern and a-modern, liberal and a-liberal, indigenous and foreign, local and global. The political response to the critique of liberal peacebuilding should therefore not be the denial of international agency but engagement based on a better conception of the conditions of legitimate and efficient action that furthers rather than compromises local autonomy. In this connection, the conceptualization of 'local autonomy' makes a political difference.

As operações de paz em Moçambique e em Ruanda ocorreram no mesmo período – início da década de 1990 – em uma conjuntura em que as Nações Unidas juntamente com os países desenvolvidos viam a necessidade de intervenções nestas regiões. Os dois países passavam por conflitos internos que desestruturaram os seus sistemas de governança, proporcionando graves problemas econômicos e sociais para as populações locais. Como foi argumentado por Jahn (2007a) e Duffield (2001) a ideia de subdesenvolvimento pela não adoção de práticas ocidentais de modernização representava uma ameaça ao sistema internacional capitalista, assim o processo de intervenção nestas regiões ocorre através de uma pressão externa por mudanças estruturais que promovessem a adoção de democracias liberais. Assumia-se que essas ações auxiliariam na pacificação e reconstrução dos dois países.

Moçambique e Ruanda podem ser considerados casos antagônicos, pois, a partir da análise desenvolvida neste capítulo, a operação de paz da UNOMOZ foi considerada um dos casos de maior sucesso da época. Enquanto em Ruanda, a UNAMIR não conseguiu aplicar o seu mandato e ainda presenciou um dos maiores conflitos internos já ocorridos. Os fatores que determinaram o sucesso e o fracasso destas operações de paz estão em diversas esferas: especificidades sociais internas, interferência de atores externos, características dos conflitos e os próprios atributos das missões de paz influenciaram no processo de pacificação destes países.

Para que seja possível comparar os dois casos é necessário retomar algumas questões pontuadas no capítulo histórico. O primeiro ponto a ser destacado está relacionado às características das sociedades coloniais em Ruanda e Moçambique. É possível afirmar que a colonização e a dominação europeia nestas regiões ocorrem de forma gradual. Em Ruanda, o colonizador percebeu que o complexo nível de organização política e social seria a principal dificuldade no processo de dominação. Já em Moçambique os interesses iniciais de Portugal na região eram limitados, além dos altos níveis de miscigenação entre os colonos e os povos locais; assim a interferência direta na sociedade foi um processo gradativo.

Após a afirmação do poder colonial nestes países é possível analisar uma característica convergente destas sociedades coloniais: a sobreposição de um grupo local em relação a outro. Em Moçambique eram os assimilados e em Ruanda os *tutsis*, estes grupos detinham vantagens nas esferas políticas, sociais e econômicas. Essas ações eram justificadas pelo pensamento eurocêntrico de que determinados grupos sociais detinham características mais próximas às sociedades da Europa e por isso deveriam ter privilégios em relação a outros grupos que seriam caracterizados como ‘atrasados’ e que não teriam a possibilidade de ‘alcançar a civilização’.

É interessante analisar que as ações de exclusão dos colonizadores belgas em relação aos *hutus* em Ruanda foram mais drásticas comparadas aos mecanismos portugueses de dominação em Moçambique. Pois a colonização belga detinha como uma de suas características marcantes a incitação de ações violentas contra os *hutus*. Assim a exclusão de parte da sociedade criou um sentimento de revanchismo, em que os *hutus* passam a se articular contra os *tutsis*. Ou seja, estes mecanismos de diferenciação tiveram como consequência o aumento da rivalidade entre os grupos internos.

Em Moçambique mesmo com divergências, ocorre uma união de diferentes partes da sociedade moçambicana para a formação de um grupo de oposição ao governo português, ao mesmo tempo Portugal ignorava as pressões externas para concessão de independência de suas colônias. A FRELIMO almejava a independência do país e lutou contra o governo português até o alcance de negociações para o estabelecimento da independência do país. O processo de independência em Ruanda foi diferente, o governo belga já era pressionado pelos atores externos para este processo de concessão – o que foi determinante naquele momento era a forte pressão do grupo *hutu* para a mudança de governo e o alcance do poder. Assim os *tutsis* são destituídos de seus privilégios, os colonizadores passam a beneficiar o grupo oposto e com isso, após a concessão de independência, os *hutus* se tornam os novos governantes.

Os distintos processos de independência dos países levaram a diferentes consequências internas. Em Ruanda a rivalidade entre os grupos aumenta, e naquele momento as ações de exclusão e violência são direcionadas aos *tutsis*. O governo ruandês incorporou um modelo de desenvolvimento ocidental e um sistema político multipartidário, contudo, na prática as estruturas políticas e sociais não inseriam a população *tutsi*. A administração *hutu* era opressiva, mas adotava algumas medidas desenvolvimentistas para a obtenção de crédito e financiamento externo. Estes tipos de contradições nas ações podem ser explicados pelo argumento desenvolvido por Bhabha (2003) sobre a formação de espaços híbridos como consequência do processo de colonização e a contínua influência dos países ocidentais na sociedade ruandesa.

Em Moçambique, após o processo de independência, a FRELIMO estabelece um governo socialista. No período da Guerra Fria o país sofreu dificuldades econômicas e ao mesmo tempo fortes pressões do bloco capitalista para a mudança do sistema político; estas eram baseadas no argumento de que a mudança para um sistema democrático liberal possibilitaria o alcance do desenvolvimento econômico e a igualdade social. Naquele momento surge um grupo opositor ao governo moçambicano, a RENAMO.

A partir destas comparações infere-se que as diferenças dos conflitos internos e as próprias características dos grupos opositores nos dois países podem ter influenciado nos resultados das aplicações das operações de *peacebuilding*. Enquanto que em Ruanda a diferenciação e o ódio entre *tutsis* e *hutus* foram disseminados desde o período da colonização belga, em Moçambique a FRELIMO e RENAMO não tinham vínculos sociais tão fortes. Pois o grupo opositor ao governo comunista moçambicano se forma somente após a independência do país e inicialmente não tinha uma pretensão de governança ou inserção na sociedade, seu objetivo inicial era somente a desestabilização do país e como consequência do governo da FRELIMO.

Paris (2004) analisa que a partir destas características distintas, o conflito em Moçambique – inicialmente – não conteria características exclusivas de um conflito interno. Como já exposto no capítulo histórico, a RENAMO foi um grupo organizado por opositores da Rodésia e que depois passam a receber apoio da África do Sul. Ou seja, as pretensões iniciais eram a desestabilização de Moçambique, assim a não participação na sociedade e no sistema político são justificadas pela origem do grupo.

[...] há um consenso generalizado de que a guerra em si foi uma imposição estrangeira no país. A Renamo não teria colocado uma ameaça militar séria, ou mesmo política ao governo, sem o patrocínio e estímulo da Rodésia e África do Sul. Além disso, a evidência disponível sugere que houve pouco apoio popular para a própria campanha de guerrilha da Renamo; em vez disso, a grande maioria dos moçambicanos comuns não queriam ter nada a ver com o conflito. Assim, quando o grupo rebelde perdeu o apoio estrangeiro no início de 1990, não havia praticamente nenhum apoio populacional em Moçambique para a continuação da luta armada, que por sua vez reduziu o perigo ou a retomada dos combates no período pós-conflito. (PARIS, 2004, p. 145, tradução nossa¹²⁴).

Um ponto em comum entre os dois estudos de caso – Ruanda e Moçambique – foram as características das operações de paz da ONU nestes locais. As missões ocorreram em períodos relativamente próximos, a UNOMOZ no final de 1992 e a UNAMIR em 1993. Os mandatos das missões foram expedidos somente após o estabelecimento dos acordos de paz entre as partes conflitantes. Ou seja, as duas missões tinham como característica ações de *peacebuilding*, já que havia o respeito ao acordo de paz e um dos principais objetivos destas

¹²⁴ [...] there is a widespread agreement that the war itself was a foreign imposition on the country. Renamo would not have posed a serious military, or even political, threat to the government without the sponsorship and prodding of Rhodesia and South Africa. Furthermore, the available evidence suggests that there was little popular support for Renamo's guerrilla campaign itself; rather, the vast majority of ordinary Mozambicans wanted to have nothing to do with the conflict. Thus, when the rebel group lost its foreign backing in the early 1990s, there was virtually no popular support within Mozambique for a continuation of the armed struggle, which in turn reduced the danger or renewed fighting in the postconflict period.

missões era auxiliar na reconstrução dos sistemas políticos através da promoção de novas eleições nos países.

Como já exposto por Lidén (2009) a crítica pós-colonial às operações de *peacebuilding* está direcionada principalmente ao fato da aplicação de um modelo – democrático e desenvolvimentista – pré-definido para diferentes realidades. Dessa forma é possível perceber a influência do internacionalismo liberal nestas operações de paz, em que as especificidades internas muitas vezes não foram levadas em consideração para a formulação destas políticas.

A partir do histórico das operações de paz em Moçambique e Ruanda apresentado neste capítulo é possível perceber que os pressupostos das missões eram similares, porém as consequências da aplicação deste modelo foram distintas. Enquanto que em Moçambique o processo foi considerado satisfatório, em Ruanda as ações dos *peacekeepers* juntamente com as especificidades internas levaram ao retorno dos conflitos entre as partes.

Peacebuilding por definição deveria abordar as causas da guerra civil, na teoria liberal estas são apresentados como repressão, queixas e oportunidades decorrentes da falta de funcionamento ou instituições políticas e econômicas legítimas. Desde que uma guerra civil ocorra em um "país em desenvolvimento" o remédio é, portanto, pré-determinado e o contexto só importa para a sua implementação. (Lidén, 2009, p. 4, tradução nossa¹²⁵).

As diferenças nos resultados das operações de *peacebuilding* ocorreram por diversos fatores já expostos nesta análise, mas também é preciso destacar que alguns acontecimentos durante as ações da ONU também influenciaram para os distintos desdobramentos. De acordo com a United Nations – UNOMOZ (2013), a missão em Moçambique contava com um contingente de aproximadamente 8000 *peacekeepers*. Enquanto que o mandato da UNAMIR designava pouco mais que 2000 soldados e especialistas para a missão. Ou seja, inicialmente, esperava-se que a missão em Ruanda fosse mais simples que em Moçambique. Infere-se que a operação de paz em um Estado que passava por uma mudança estrutural de suas bases políticas e econômicas (a mudança de um sistema socialista para o capitalista) seria mais complexa que a de um país que já estava inserido neste sistema ocidental.

O fator econômico, associado às condições sociais e políticas já expostas, trouxe consequências similares, mas em momentos diferentes para Moçambique e Ruanda. As

¹²⁵ Peacebuilding is per definition supposed to address the root causes of civil war, and in liberal theory these are presented as repression, grievances and opportunities resulting from a lack of functioning or legitimate political and economic institutions. As long as a civil war takes place in a 'developing country' the remedy is therefore pre-given and context only matters to its implementation

pressões externas para a abertura dos mercados em Moçambique permitiu concessão de crédito ao país. O governo da FRELIMO utilizou estes benefícios para a estabilização do país, concomitantemente havia o progresso das negociações para a conciliação com a RENAMO. Porém, mesmo após a promoção de novas eleições, os investimentos econômicos privilegiaram os centros urbanos; assim, ocorre o aumento da desigualdade social no país. Em Ruanda, a adoção mecanismos econômicos liberais juntamente com o recebimento de investimentos não contribuiu para a estabilização econômica do país. O governo *hutu* não aplicou estes investimentos na melhoria do país e, assim, não gerou uma melhor distribuição de renda. O efeito foi contrário, proporcionando o aumento da revolta por parte dos *tutsis* e, conseqüentemente, o crescimento da pressão para a implementação de um novo governo.

Inicialmente a população moçambicana teve uma resistência a UNOMOZ, porém a proposta de desmobilização, inserção do grupo da RENAMO no processo político e a promoção de novas eleições foram bem vistas pelos moçambicanos. Um dos fatores para o rápido consentimento da RENAMO em relação a estas ações é justificado pelas próprias características internas do grupo – que perdia força no território e ganhou maiores vantagens com a sua inserção na política e na sociedade moçambicana.

A missão da ONU em Moçambique foi considerada por muitos e pela própria organização internacional um caso de sucesso na década de 1990; em que a influência do modelo democrático liberal através da operação de *peacebuilding* auxiliou no processo de estabilização da região. Porém como já foi exposto neste capítulo as conseqüências, da implementação destas ações, também trouxe o aumento da desigualdade social no interior do país. Ou seja, mesmo com a efetividade na reestruturação política, este modelo não levou em consideração as características locais e por isso não foram incorporadas ações políticas e econômicas que beneficiassem todo o território moçambicano.

Em Ruanda a UNAMIR enfrentou a resistência de grupos extremistas *hutus* em relação à formação de um exército nacional e a promoção de um novo governo multipartidário. Com esta atmosfera de insegurança os próprios *tutsis* passam a desconfiar da efetividade da missão de *peacebuilding*. Um fato que merece ser destacado foi a morte do presidente Habyarimana, esta foi a causa imediata para que os grupos *hutus* quebrassem os acordos de paz e as medidas já realizadas pelas operações da ONU. Devido a estes fatores as ações de violência contra os *tutsis* voltam a ocorrer com maior intensidade em Ruanda. Naquele momento a missão da ONU não detinha mandato legal para intervir contra os *hutus* – já que em seu mandato estavam inseridas somente questões relacionadas à ações humanitárias e medidas que tinham como objetivo a construção de um novo sistema político no país.

A partir destes princípios, pode-se inferir que os problemas enfrentados pela UNAMIR, como a provisão escassa de soldados e armamentos, dentre outros fatores de ordem estrutural, seriam justificados pela ONU a partir dos objetivos da missão; já que o cenário vislumbrado não mostrava a necessidade da utilização de forças militares. Porém esta premissa de que a instalação de um sistema democrático traria paz ao Estado ruandês surtiu efeitos contrários, já que a parte extremista *hutu* sempre se mostrou contrária aos acordos. A força de paz, diante das dificuldades enfrentadas, não teve capacidade para conter a ascensão do conflito.

No mínimo, então, o esforço para mover Ruanda na direção da democracia não teve a influência pacificadora que os construtores da paz internacional (peacebuilders) tinham a expectativa e aparentemente esperavam. A comunidade internacional tinha apresentado um plano para o compartilhamento de poder seguido por eleições democráticas como um meio de resolver a guerra civil de Ruanda, mas as tentativas de promover a paz e a estabilidade em Ruanda, promovendo a liberalização política por fim “saiu pela culatra”, e da pior maneira possível. (PARIS, 2004, p. 76, tradução nossa¹²⁶).

A partir dos casos comparados é possível afirmar que o mesmo modelo utilizado para a promoção da democracia liberal em Moçambique e Ruanda gerou resultados distintos. A partir do pensamento pós-colonial Lidén (2009) ressalta que as operações de paz são necessárias, mas suas premissas e modelos devem ser reformulados. Soluções alternativas devem ser consideradas, em que as características locais sejam inseridas na formulação das políticas de assistência.

Uma das opções para as operações de *peacebuilding* seria a construção de políticas híbridas que não fossem dirigidas somente pelos pressupostos democráticos liberais dos países ocidentais, mas também pela aceitação e participação das sociedades locais. Utilizando este ponto de vista, Lidén (2009) sugere intervenções em menores escalas para que ocorra um consenso entre as representações locais, e assim, a organização de eleições. Dessa forma, o desenvolvimento destas ações estará associado às práticas locais, em que o objetivo é a criação de mecanismos de pacificação que garantam a auto governança desses países.

¹²⁶ At the very least, then, the effort to move Rwanda in the direction of democracy did not have the pacifying influence that international peacebuilders had hoped for and apparently expected. The international community had presented the plan for power sharing followed by democratic elections as a means of resolving Rwanda's civil war, but attempts to foster peace and stability in Rwanda by promoting political liberalization ultimately backfired, and in the worst possible way.

6 CONCLUSÃO

Com o final da Guerra Fria, os países ocidentais desenvolvem novas práticas para a aplicação de seus pressupostos com vistas à construção da paz em regiões consideradas instáveis – que enfrentavam grandes problemas sociais, políticos e econômicos –, por meio da promoção de Estados baseados em regimes políticos democráticos, sustentados por princípios da economia liberal. Importantes organizações internacionais como a ONU e o FMI tiveram papel fundamental para a ascensão destas abordagens, em especial no continente africano, onde muitos países enfrentavam conflitos desta natureza.

Naquele período, os propósitos levantados por estes atores caminhavam por uma direção na qual a promoção de um Estado ao *status* de democrático e liberal diminuiria a instabilidade da região, levando, inclusive, em algumas situações, à promoção da paz. Porém, neste período, muitas das tentativas de aplicar modelos econômicos e políticos externos a países com grandes especificidades internas proporcionaram efeitos contrários ao desejado por estas organizações internacionais.

A partir da perspectiva pós-colonial utilizada neste trabalho é possível associar que o discurso dessas operações de paz, em especial das missões de *peacebuilding* de Moçambique e Ruanda, possui semelhanças com os princípios eurocêntricos e desenvolvimentistas. Porém é necessário observar algumas particularidades nas missões da ONU. Lidén (2009) destaca que nas missões de *peacebuilding* há a promoção dos interesses dos países ocidentais, mas esta não é uma ação consciente, pois se imagina que há o compartilhamento de uma mesma identidade. Dessa forma o questionamento sobre essas missões não está necessariamente na intenção das operações de paz, mas na ideia da construção de identidade geral que deve ser disseminada.

O objetivo desta pesquisa era analisar, através da perspectiva crítica pós-colonial, a influência dos pressupostos democráticos e liberais da Organização das Nações Unidas (ONU), através das operações de paz, na tentativa da resolução dos conflitos internos e reconstrução dos Estados de Moçambique e Ruanda na década de 1990. A partir deste estudo é possível afirmar que as políticas adotadas para a promoção de democracias liberais não foram o fator determinante para o estabelecimento da paz nestes países.

Em Moçambique é possível analisar que as operações de paz da ONU foram um dos mecanismos que auxiliariam na estabilização do país, porém diversas condições internas também ampararam este processo. Pode-se afirmar que um dos importantes fatores estava na característica do grupo opositor à FRELIMO. Pois com o passar do tempo a RENAMO

perdeu forças no território moçambicano, e com a proposta de reconstrução do país este grupo seria inserido na sociedade e no sistema político local sem arcar com nenhuma responsabilidade por suas ações no passado. As pressões externas para a implementação de um novo sistema político e econômico também vieram de organizações como o Banco Mundial e o FMI. Assim a UNOMOZ serviu como um mecanismo facilitador para a pacificação e reestruturação do Estado.

Em Ruanda infere-se que os objetivos de se implementar uma democracia liberal, por meio das operações de paz da ONU, coordenadas pela UNAMIR, influenciaram para o crescimento da rivalidade entre *hutus* e *tutsis* e, consequentemente, o genocídio de 1994. É importante ressaltar que, desde a colonização de Ruanda pelos belgas se têm a criação de uma rivalidade entre *hutus* e *tutsis*; sendo esta também responsável por diversos confrontos que ocorreram ao longo dos tempos. Até a independência do país, a população *tutsi* detinha maiores vantagens nos setores políticos, sociais e econômicos, e dessa forma dominavam a população *hutu*. Com a independência, as relações políticas em Ruanda foram modificadas e os *hutus* passam a se sobrepôr aos *tutsis*. A partir destas mudanças, pode-se analisar que os dois grupos, cada qual ao seu tempo, foram perseguidos e excluídos, de acordo com quem se posicionava no poder. Assim, é possível afirmar que o genocídio de 1994 também foi resultante dessa rivalidade, construída ao longo da história do país.

Paris (2004) argumenta que a responsabilidade do genocídio não pode ser direcionada completamente ao projeto de democratização, já que os motivos são complexos e variados. Por outro lado, uma das explicações que levaram os *hutus* a realizarem o genocídio seria que, nesta ação, residiria uma das últimas tentativas da parte extremista para a não aplicação do Acordo de Arusha e para impedir a implementação de uma democracia liberal em Ruanda. Já que este novo sistema permitiria uma divisão do poder com a população *tutsi*, num momento em que a Frente Patriótica Ruandesa aumentava sua influência dentro do país.

Por que os extremistas hutus planejaram e conduziram o genocídio? A evidência sugere que o assassinato em massa de *tutsis* foi o último esforço para bloquear a implementação dos Acordos de Arusha. Planos para a liberalização política, incluindo o governo de coalizão de transição e eleições democráticas, teriam desafiado o domínio da elite *hutu* que cercava Habyarimana e controlava os militares. Como Howard Adelman e Astrid Suhrke colocam que, os acordos “representavam um ataque frontal à base de poder erguida pelo regime de Habyarimana durante 20 anos de governo – a negação do regime autoritário do ‘poder *hutu*’, e especialmente, da base da região noroeste do poder *hutu*, em que foi

a constituição regional e a espinha dorsal política do regime. (PARIS, 2004, p. 74, tradução nossa¹²⁷).

Após o que foi exposto neste trabalho é possível analisar que as operações de paz – em especial as de *peacebuilding* – em Moçambique e Ruanda, tinham um objetivo político. Este era a reconstrução dos países por meio da implementação de um modelo econômico e político liberal, que promovessem ações democráticas e a abertura de suas economias. Liden (2009) destaca que em geral, as críticas do pós-colonialismo em relação a estas ações são justificadas pelo fato de que estas operações de paz seriam um mecanismo para a consolidação do poder dos países ocidentais através da disseminação e a sobreposição de sua cultura para outras regiões que detinham características distintas – em especial as particularidades híbridas das sociedades pós-coloniais. É importante ressaltar que a crítica proposta pela vertente pós-colonial não é a extinção das ações de *peacebuilding*, mas a reformulação das bases conceituais destas operações.

Autores como Paris (2004), Richmond (2005) e Darby (2004) corroboram com esta ideia, argumentando que os discursos das operações de paz destoam dos significados locais dessas missões. Existe uma grande diferença entre a forma que os países ocidentais percebem o modelo de pacificação e a absorção deste pela população local; assim é possível aplicar estas premissas nos dois casos estudados neste trabalho. Em Moçambique mesmo que a missão da ONU tenha sido analisada como satisfatória, as medidas liberais adotadas aumentaram a desigualdade social no país, em que se tem o investimento nas grandes cidades e a população rural perde significativos recursos. Em Ruanda os mecanismos utilizados pela ONU para a implementação de uma democracia liberal foram aplicados pelos *hutus* para retardar o processo de pacificação e a intensificar os ataques aos *tutsis*.

Assim, Liden (2009) conclui que a mensagem do modelo ocidental pode ser assimilada de diversas formas e em alguns casos geram-se distorções do modelo proposto. A partir da perspectiva pós-colonial, sugere-se a reformulação das premissas dessas missões de *peacebuilding*, buscando soluções alternativas híbridas em que devem ser consideradas as questões locais.

¹²⁷ Why did Hutu extremists plan and conduct the genocide? The evidence suggests that the mass killing of Tutsis was a last-ditch effort to block implementation of the Arusha Accords. Plans for political liberalization, including the transitional coalition government and democratic elections, would have challenged the dominance of the Hutu clique that surrounded Habyarimana and controlled the military. As Howard Adelman and Astrid Suhrke put it, the accords "represented a frontal attack on the power base erected by the Habyarimana regime during 20 years of rule - a denial of authoritarian rule, of 'Hutu power', and especially Northwestern-based Hutu power which was the regional constituency and political backbone of the regime".

A partir desta pesquisa, foi possível aprofundar os estudos pós-coloniais com temáticas relacionadas à política e segurança internacional – em especial ao estudo das operações de *peacebuilding* da ONU na década de 1990. A comparação entre Moçambique e Ruanda proporcionou resultados além do que inicialmente se esperava; ao longo desse trabalho, questões como o processo de colonização, a formação de novos grupos sociais e suas características, foram determinantes para a compreensão dos conflitos internos e as consequências das operações de paz nestes locais. Outro ponto importante que foi abordado é a necessidade de se repensar os padrões utilizados nas missões de paz, já que a aplicação de modelos externos proporcionaram resultados adversos. Assim, este trabalho pode ser utilizado como embasamento para um futuro estudo sobre as consequências, em longo prazo, das operações de paz da ONU, em Moçambique e Ruanda.

REFERÊNCIAS

- Acordo de Arusha. Acordo de Paz firmado entre *Hutus* e *Tusis* em 1993. Disponível em: <<http://www.incore.ulst.ac.uk/services/cds/agreements/pdf/rwan1.pdf>>. Acesso em: 14 de Abril de 2012.
- Agenda Para a Paz. Relatório do Secretário-Geral nos termos da declaração adotada pela Reunião de Cúpula do Conselho de Segurança em 31 de janeiro de 1992. Disponível em: <http://www.unrol.org/files/A_47_277.pdf>.
- AKE, Claude. Rethinking African Democracy. **Journal of Democracy**, v. 2, n.1, p. 32-44. 1991.
- AMIN, Samir. **Eurocentrism: modernity, religion, and democracy: a critique of eurocentrism and culturalism**. 2nd ed. New York: Monthly Review Press, 2009.
- AYERS, Alison J. Beyond the imperial narrative: African political historiography revisited. In: JONES, Branwen Gruffydd (Ed.). **Decolonizing international relations**. Maryland: Rowman and Littlefield, 2006. Cap. 7, p. 155-177.
- ARNAUT, Luiz. LOPES, Mônica Ana. **História da África – uma introdução**. 2 ed. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.
- BEKOE, Dorina A. **Implementing Peace Agreements – Lessons from Mozambique, Angola and Liberia**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2008.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003
- BLANEY, David; INAYATULLAH. Neo-Modernization? IR and the Inner Life of Modernization Theory. **European Journal of International Relations**. v. 8, p. 103-137, 2002.
- CABAÇO, José Luis. **Moçambique: Identidade, Colonialismo e Libertação**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CAMPBELL, Susanna; CHANDLER, David; SABARATNAM, Meera. **A Liberal Peace? – The Problems and Practices of Peacebuilding**. Londres e Nova York: Zed Books, 2011.
- CAU, Hilario Simões. **A construção do Estado em Moçambique e as Relações com o Brasil**. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas.
- Carta das Nações Unidas** e Estatuto da Corte Internacional de Justiça, 1945. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf>.
- CLAPHAM, Christopher. Rwanda: The Perils of Peacemaking. **Journal of Peace Research**, v. 35, n. 2, p. 193-210, 1998.

CONNOLLY, Eileen; O'NEILL, Morína. 'Good Governance' and the New Aid Agenda in the Context of Aid Harmonization. **Centre for International Studies, School of Law and Government**. s/d.

COUTO, Mia. **A Confissão da Leoa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p.117-183, 2006.

DAHL, Robert Alan. **Democracy and its Critics**. New Haven: Yale University Press, 1982.

DAHL, Robert Alan. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed.,1989.

DAHL, Robert Alan. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 1997.

DARBY, Phillip; PAOLINI, Albert. Bridging International Relations and Postcolonialism. **Alternatives**, v. 19, 1994.

DARBY, Phillip. Pursuing the political: a postcolonial rethinking of relations international. **Millennium**, Letchworth, v. 33, n. 1, p. 1-32, 2004.

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU. **Capstone Doctrine. United Nations**. 2008. Disponível em: <http://pbpu.unlb.org/pbps/library/capstone_doctrine_eng.pdf>. Acesso em: 10 de Junho de 2012.

DESFORGES, Alison. **Leave None to Tell the Story – Genocide in Rwanda**. Human Rights Watch, p. 1- 595, mar. 1999.

DIAMOND, Jared M. Malthus na África: O Genocídio em Ruanda. In: DIAMOND, Jared M. **Colapso**. Rio de Janeiro: Record, 2005. Cap. 10, p. 377-397.

DINERNAM, Alice. Revolution, **Counter-Revolution and Revisionism in Postcolonial Africa: The case of Mozambique, 1975 – 1994**. New York: Routledge, 2006.

DÖPCKE, Wolfgang. A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras a África Negra. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 42, p. 77-109, 1999.

DOYLE, Michel W. Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs – parts I & II. **Philosophy and Public Affairs**, v. 12, n. 3 e 4, p.205-235 e 323-353, 1983.

DUFFIELD, Mark. **Global governance and the new wars. The merging of development and security**. Londres: Zed Books, 2001.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development. The Making and Unmaking of Third World**. Princenton, NJ: Princenton University Press, 1995.

FAYEMI, Ademola Kazeem. Towards an african theory of democracy. **Thought and Practice: A Journal of the Philosophical Association of Kenya (PAK)**, Ojo, v.1, n.1, p. 101-126, junho 2009.

FENTON, Neil. **Understanding the UN Security Council – Coercion or Consent?** Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2004.

FISCHER, Markus. **The Liberal Peace: Ethical, Historical, and Philosophical Aspects.** BCSIA Discussion Paper, Kennedy School of Government, Harvard University, 2000.

FRY, Peter. Pontos de Vista sobre a Descolonização em Moçambique. **RBCS**, v.26, n.76, p. 207-211, 2011.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v .6, p. 167-191, 1969.

GROVOGUI, Siba N. Criticism and form: speech acts, normativity, and the post-colonial gaze. In: DEBRIX, François (Org.). **Language, agency and politics in a constructed world.** Nova York: M.E. Sharpe, 2003.

GROVOGUI, Siba N. **Beyond eurocentrism and anarchy: memories of international order and institutions.** New York: Palgrave Macmillan, 2006.

GOULD, Stephen Jay. **A Falsa Medida do Homem.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOUREVITICH, Philip. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã estaremos mortos com nossas famílias.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. Informações sobre a história do país. Disponível em: <<http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique/resHistorico> >. Acesso em: 04 de junho de 2013.

HALPERIN, Sandra. International Relations Theory and Hegemony of Western Conceptions of Modernity. In: JONES, Branwen Gruffydd (Org.) **Decolonizing International Relations.** Maryland: Rowman and Littlefield, 2006. Cap.2, p.43-64.

HATZFELD, Jean. **Uma temporada de facões: relatos do genocídio em Ruanda.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HEGRE, Havard. **The Limits of the Liberal Peace.** 2004. 338 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Oslo, Departamento de Ciências Políticas, Oslo.

HIBOU, Béatrice. The World Bank: Missionary Deeds (and Misdeeds). In: SCHRAEDER, Peter J. **Exporting Democracy: Retic Vs. Reality.** Colorado: Lynne Rienner, 2002. Cap. 10, p. 173-191.

HISTÓRICO DAS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/history.shtml>>. Acesso em: 10 de Junho de 2012.

HOBSON, Christopher; SMITH, Tony; OWEN, John M; GEIS, Anna; ISH-SHALOM, Piki. Between the theory and practice of democratic peace. **International relations**, v. 25, p.147-184, 2011.

HOFFMANN, Stanley. The Crisis of Liberal Internationalism. **Foreign Policy**, n. 98, p. 159-177, 1995.

HUMAN RIGHTS WATCH AFRICA. **Relatório sobre o genocídio de Ruanda, dados históricos, informações sobre o posicionamento dos principais atores externos**. Disponível em: <<http://www.grandslacs.net/doc/2502.pdf>>. Acesso em: 20 de Agosto de 2012.

JACKSON, Robert H; ROSBERG, Carl G. Soberanía y subdesarrollo: estatalidad jurídica en la crisis africana. **Revista Acadêmica de Relaciones Internacionales**, vol.8, p. 1-38, 2008.

JAHN, Beate. The Tragedy of Liberal Diplomacy: Democartization, Intervention, Statebuilding (Part I). **Journal of Intervention and Peacebuilding**, v.1, n.1, 2007a.

JAHN, Beate. The Tragedy of Liberal Diplomacy: Democartization, Intervention, Statebuilding (Part II). **Journal of Intervention and Peacebuilding**, v.1, n.2, 2007b.

JONES, Branwen Gruffydd. Introduction: international relations, eurocentrism, and imperialism. In: JONES, Branwen Gruffydd. **Decolonizing international relations**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2006. Introdução, p. 1-19.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Tradução: Marco A. Zingano. Porto Alegre: L&PM, 1989.

KENKEL, Kai Michael. Five generations of peace operations: from the “thin blue line” to “painting a country blue. **Rev. Bras. Polít. Int.** 56 (1): 122-143. 2013.

KI-ZERBO, Joseph; HOLENSTEIN, René. **Para quando a África?**: entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

KRISHNA, Sankaran. **Globalization & postcolonialism: hegemony and resistance in the twenty-first century**. Maryland: Rowman and Littlefield, 2009.

LIDÉN, Kristoffer. Peace, Self-Governance and International Engagement: A Postcolonial ethic of Liberal Peacebuilding. **Working Paper prepared for the ISA convention**, New York, 14-18 February, 2009.

LOPES, Carlos. **Compasso de Espera – O fundamental e o acessório na crise africana**. Porto: Afrontamento. 1997.

MACUANE, José Jaime. Os paradoxos do desenvolvimento à la carte. **Artigo apresentado na XI Assembleia Geral da CODESRIA**, Maputo 6 a 10 de Dezembro de 2005.

MANZO, Kate. Critical humanism: postcolonialism and postmodern ethics. In: CAMPBELL, David; SHAPIRO, Michael (Orgs.). **Moral spaces – rethinking ethics and world politics**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações**. São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

M'BOKOLO, Elikia. A África equatorial do oeste. In: MAZRUI, A. A. (Ed.); WONDJI, C. (Ed. Ass.). **História geral da África, VIII: África desde 1935**. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 8, p. 229-260. (Coleção História Geral da África da UNESCO, v. 8).

MELLO, Natália Nóbrega. **Desenvolvimento Global ao Paradigma da Ordem e Estabilidade: representação dos países pobres na teoria do desenvolvimento político norte-americana**. Universidade de São Paulo. Programa de Pós Graduação em Ciências Políticas. Dissertação. 2009.

MENICUCCI, Telma. "Sociologia histórica comparativa: questões metodológicas". **Locus – Revista de História**, Juiz de Fora, vol. 4, n. 1, 1998.

MOORE, Jr. Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**. Lisboa: Cosmos, 1975.

MUNANGA, Kabengele. Identidade étnica, poder e direitos humanos. **Revista Thot África**, São Paulo, n. 80, p. 19-30, 2004.

OBI, Cyril I. NO CHOICE, BUT DEMOCRACY: Prising the People out of Politics in Africa? **Claude Ake Memorial Papers** No. 2. Department of Peace and Conflict Research Uppsala University & Nordic Africa Institute Uppsala. 2008.

OLIVEIRA, Ricardo Soares. A África desde o Fim da Guerra Fria. **Relações Internacionais**. Dezembro, p.93-114. 2009.

O'NEILL, Morina. CONNOLLY, Eileen. Good Governance' and the New Aid Agenda in the Context of Aid Harmonization. **Centre for International Studies**, School of Law and Government, Dublin City University. s/d.

OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU. **Informações sobre as operações de paz da ONU**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/early.shtml>>. Acesso em: 10 de Junho de 2012.

OSMANÇAVUŞOĞLU, Emel. **Challenges to United Nations Peacekeeping Operations in the Post –Cold War Era**. *Journal of International Affairs*, vol, 4, n.4, p. 1-8, dez./fev.1999/ 2000.

OWEN, John M. How Liberalism Produces Democratic Peace. **International Security**, v. 19, n. 2, p. 87-125, 1994.

PARIS, Roland. Peacekeeping and the Constrains of Global Culture. **European Journal of International Relations**, vol. 9, p. 441-473, 2003.

PARIS, Roland. **At War's End – Building Peace After Civil Conflict**. Nova York: Cambridge University Press, 2004.

PARIS, Roland. Peacebuilding and the Limits of Liberal Internationalism. **International Security**, vol. 22. p. 54-89, 2008.

PENNA FILHO, Pio. Segurança seletiva no pós-Guerra Fria: uma análise da política e dos instrumentos de segurança das Nações Unidas para os países periféricos – o caso africano. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 47, p. 31-50, 2004.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PRZEWORSKI, Adam. LIMONGI, Fernando. Modernization: Theory and Facts. **Cambridge University Press**, v. 49, n.2, p. 155-185, jan 1997.

PUREZA, José Manoel. et al. As Novas Operações de Paz das Nações Unidas: O caso de Agola, Timor Leste e Moçambique. **Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra**, n.290, p.1-37, 2007.

READER, John. **África- Biografia de um Continente**. Portugal: Publicações Europa – América, 2002. p. 656-667.

RIST, Gilbert. **The history of Development – From Western Origins to Global Faith**. Londres: Zed Books, 2008.

RICHMOND, Oliver P. UN Peace Operations and the Dilemmas of the Peacebuilding Consensus. **International Peacekeeping**, v. 11, n. 1, p. 83-101, 2004.

RICHMOND, Oliver P. **Understanding the Liberal Peace**. Universidade de St. Andrews, p. 1- 25, 2005. Texto disponível em: <http://www.standrews.ac.uk/intrel/media/Richmond_understanding_the_liberal_peace.pdf>.

ROBINSON, David Alexander. **Curse on the Land: A History of the Mozambican Civil War**, 2006, 373f. Tese (Doutorado) – University of Western Australia, Departamento de História.

ROSTOW, Walt W. The Stages of Economic Growth. **The Economic History Review, New Series**, v. 12, n.1, p. 1-16. 1959.

RWANDA. **African Studies Center**. University of Pennsylvania. Disponível em: <<http://www.africa.upenn.edu/NEH/rwhistory.htm>>. Acesso em: 04 junho de 2013.

SAID, Edward, W. **Orientalismo – O oriente como invenção do Ocidente**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTISO, Carlos. Good Governance and Aid Effectiveness: The World Bank and Conditionality. **The Georgetown Public Policy Review**. v. 7, .n.1, pp.1-22. 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Do pós-moderno ao pós-colonial: e para além de um e outro**. Trabalho apresentado na Conferência de Abertura do VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em 16 a 18 de setembro de 2004, em Coimbra.

SAURIN, Julian. International Relations, as Imperial Ilusion; or, the Need to Decolonize IR. In: JONES, Branwen Gruffydd (Org.) **Decolonizing International Relations**. Maryland: Rowman and Littlefield, 2006. Cap.1, p.23-42.

SCHUMPETER, Joseph A (Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann). — Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SÉMELIN, Jacques. **Purificar e Destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

SERRANO, Carlos. WALDMAN, Maurício. **Memória da África; a temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2007.

SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margaret. “The uses of comparative history in macro-social inquiry”. **Comparative Studies in Society and History**, vol. 22, n. 2, 1980.

SPIVAK, Gayatri Charkravorty. **Pode o Subalterno Falar?** . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

SUMICH, Jason. Construir uma nação: ideologias da modernidade da elite moçambicana. **Análise Social**, v. XLIII, n. 2, p. 319-345, 2008.

TRUMAN LIBRARY. **Discurso de Harry S. Truman**. Disponível em: <http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/50yr_archive/inagural20jan1949.htm>. Acesso em: 13 de Maio de 2013.

UNITED NATIONS – UNAMIR. **Informações sobre o mandato da operação de paz da ONU em Ruanda**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unamirM.htm>>. Acesso em: 21 de Novembro de 2012.

UNITED NATIONS – UNOMOZ. **Informações sobre o mandato da operação de paz da ONU em Moçambique**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/onumozM.htm>>. Acesso em: 21 de Abril de 2013.

YOUNG, Robert J. C. **Postcolonialism – An Historical Introduction**. Oxford: Blackwell, 2001.